

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Pressão sobre ganhos económicos
conquistados a custo

ABR
2026



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Pressão sobre ganhos económicos
conquistados a custo

**ABR
2026**



Copyright ©2026 International Monetary Fund

Cataloging-in-Publication Data

IMF Library

Edição portuguesa

Departamento de Serviços Institucionais e Instalações do FMI

Divisão de serviços linguísticos, secção portuguesa

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : hard-won gains under pressure.

Other titles: Sub-Saharan Africa : hard-won gains under pressure. | Hard-won gains under pressure. | Regional economic outlook: Sub-Saharan Africa.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2026. | Apr. 2026. | Includes bibliographical references.

Identifiers:

9798229042178	(paper)
9798229041355	(ePub)
9798229041317	(Web PDF)
9798229041478	(French paper)
9798229041553	(French Web PDF)
9798229041492	(Portuguese paper)
9798229042215	(Portuguese Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan—Economic policy.

Classification: LCC HC800.R44 2026

O relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos de publicação podem ser feitos online ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090, U.S.A.

T. +(1) 202.623.7430

F. +(1) 202.623.7201

publications@IMF.org

bookstore.IMF.org

elibrary.IMF.org



Todas as edições de *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* podem ser consultadas em IMF.org

Índice

Agradecimentos	v
Grupos de países	vi
Pressupostos e convenções	vii
Resumo	viii
1. Pressão sobre ganhos económicos conquistados a custo	1
O ano de 2025 foi positivo para a região	2
Mas a guerra veio ensombrar as perspetivas.....	4
Riscos descendentes significativos num contexto de elevada incerteza e vulnerabilidade	6
Políticas prioritárias para manter a estabilidade e impulsionar o crescimento	8
Políticas monetária e cambial: Assegurar a estabilidade de preços e adaptar-se ao novo choque.....	8
Política orçamental: Equilibrar a credibilidade com a flexibilidade	10
Acelerar o crescimento impulsionado pelo setor privado e a diversificação.....	12
Garantir o apoio às reformas a nível nacional e internacional	12
Referências	18
2. Cortes na ajuda à África Subsariana: Desta vez é diferente	19
Um choque sem igual.....	20
A ajuda tem sido um recurso fundamental para muitos	20
Nos últimos quinze anos, verificou-se uma mudança nos fluxos para empréstimos multilaterais e empréstimos em condições concessionais	21
O ano de 2025 registou uma queda acentuada, especialmente nos países vulneráveis	23
Os países da região já sofreram cortes avultados no passado... ..	24
...mas este choque é diferente	25
O impacto macroeconómico será mais severo para as populações mais vulneráveis da região.....	25
...e dependerá crucialmente das escolhas em termos de políticas.....	26
Escolhas difíceis num mundo menos benigno	28
Referências	31
3. Reconfiguração do crescimento da África Subsariana: Reformas para desbloquear a dinâmica do setor privado	33
O imperativo do crescimento: Porque não se pode adiar mais as reformas	34
Reformas estruturais: Qual o panorama na África Subsariana?.....	35
Colher os dividendos das reformas	36
Como implementar reformas: Conceção, sequência de execução e economia política	37
A via a seguir	41
Referências	42
Apêndice estatístico	44
AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor	46
AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	47
AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	48
AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas.....	49

QUADROS

África Subsariana: grupos de países	vi
África Subsariana: países membros de grupos regionais.....	vi
África Subsariana: abreviaturas dos países	vii

CAIXAS

Caixa 1.1. Análise atualizada das tarifas dos Estados Unidos e do seu impacto no comércio na África Subsariana	14
Caixa 1.2. Colocar a inteligência artificial ao serviço do desenvolvimento: uma necessidade estratégica	16

FIGURAS

Figura 1.1. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2022-2025	2
Figura 1.2. África Subsariana: Inflação global, 2015-2025	2
Figura 1.3. Saldo orçamental, 2019-25.....	2
Figura 1.4. África Subsariana: Termos de troca, 2024-2025	3
Figura 1.5. África Subsariana: taxas de câmbio, 2023-2026	3
Figura 1.6. África Subsariana: Índice de condições financeiras.....	3
Figura 1.7. Preços das matérias-primas, janeiro 2024-2026	4
Figura 1.8. Diferenciais das obrigações soberanas, fevereiro-março de 2026	4
Figura 1.9. África Subsariana: Crescimento do PIB real	5
Figura 1.10. África Subsariana: Variação do saldo da conta corrente em relação ao ano anterior, 2026	5
Figura 1.11. África Subsariana: Variação do saldo orçamental em relação ao ano anterior, 2026	5
Figura 1.12. Impacto adicional no crescimento do PIB e na inflação decorrente do cenário pessimista, 2026-2027	7
Figura 1.13. África Subsariana: Desequilíbrios macroeconómicos, 2024-25	7
Figura 1.14. Consolidação orçamental adicional necessária para atingir um saldo primário de estabilização da dívida em 2026	10
Figura 1.15. Ineficiência da despesa orçamental em domínios específicos, 2000-2024	11
Figura 1.1.1. Tarifas aduaneiras ponderadas pelo comércio.....	14
Figura 1.2.1 Exposição da força de trabalho à inteligência artificial, 2024.....	16
Figura 2.1. Dependência da África Subsariana em relação à ajuda pública ao desenvolvimento, 2024.....	20
Figura 2.2. Distribuição setorial da ajuda pública ao desenvolvimento, 2024.....	21
Figura 2.3. Composição do financiamento externo por nível de rendimento, 2010-2024	21
Figura 2.4. Distribuição da ajuda pública ao desenvolvimento por doador	22
Figura 2.5. Ajuda pública bilateral ao desenvolvimento por nível de rendimento e de fragilidade, 2015-2025	23
Figura 2.6. Reação do saldo orçamental a um choque na ajuda pública ao desenvolvimento.....	24
Figura 2.7. Principais problemas identificados pelas equipas do FMI especializadas nos países da região.....	26
Figura 2.8. Países de baixo rendimento da África Subsariana: Impacto dos cortes na ajuda pública ao desenvolvimento.....	27
Figura 3.1. PIB <i>per capita</i> , 1965-2025,	34
Figura 3.2. Crescimento da produtividade do trabalho, 1991-2024	34
Figura 3.3. África Subsariana: Decomposição do crescimento do PIB, 2000-2009	34
Figura 3.4. África Subsariana: Investimento público e privado e crescimento nos países ricos em recursos naturais (excluindo exportadores de petróleo), 2000-2024.....	35
Figura 3.5. África Subsariana: Dividendos decorrentes da redução das lacunas em relação aos mercados emergentes em domínios críticos de reformas estruturais.....	36
Figura 3.6. África Subsariana: Distância em relação aos mercados emergentes em certos domínios de política estruturais, 2022.....	37
Figura 3.7. África Subsariana: Dividendos em termos de crescimento estimados para reformas de “profundidade elevada” e de “profundidade baixa e média”.....	40

Agradecimentos

A edição de abril de 2026 do relatório ***Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana – Pressão sobre ganhos económicos conquistados a custo*** foi elaborado por uma equipa do FMI composta por Saad Quayyum (chefe de equipa), Michele Fornino, Cleary Haines, Can Sever, Nikola Spatafora e Felix Vardy, sob a orientação de António David, Amadou Sy e Montfort Mlachila.

O documento contou com o contributo de Jared Bebee, Thibault Lemaire, Sergii Meleshchuk, Tewodaj Mogues, Pedro Rodriguez e Andrew Tiffin.

Esta edição inclui dois capítulos analíticos:

“Cortes na ajuda à África Subsariana: Desta vez é diferente” foi elaborado por uma equipa do FMI composta por Athene Laws (chefe de equipa), Chie Aoyagi, Maurizio Leonardi e Hamza Mighri, sob a orientação de António David e Amadou Sy.

“Reconfiguração do crescimento na África Subsariana: Reformas para desbloquear a dinâmica do setor privado” foi elaborado por uma equipa do FMI composta por Grace Li (chefe de equipa), Amirah Arifin, Hicham Bennouna, Fiona Hesse-Triballi e Balazs Stadler, sob a orientação de Nikola Spatafora e Constant Lonkeng.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Bryan Weaver.

A edição final e produção foram supervisionadas por Nokuthula Nkhoma, do Departamento de Comunicação do FMI.

Grupos de países

ÁFRICA SUBSARIANA: GRUPOS DE PAÍSES

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países pobres em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países frágeis e afetados por conflitos ¹
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burkina Faso	Burkina Faso
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Burundi
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Camarões
Gabão	Eritreia	Comores	Botsuana	Eritreia	Chade
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Etiópia	Comores
Nigéria	Guiné	Essuatíni	Camarões	Gâmbia	Eritreia
Rep. do Congo	Libéria	Etiópia	Comores	Guiné	Etiópia
Sudão do Sul	Mali	Gâmbia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné-Bissau
	Namíbia	Guiné-Bissau	Essuatíni	Libéria	Mali
	Níger	Lesoto	Gabão	Madagáscar	Moçambique
	Rep. Centro-Africana	Madagáscar	Gana	Maláui	Níger
	Rep. Dem. do Congo	Maláui	Guiné Equatorial	Mali	Nigéria
	Serra Leoa	Maurícias	Lesoto	Moçambique	Rep. Centro-Africana
	Tanzânia	Moçambique	Maurícias	Níger	Rep. Dem do Congo
	Zâmbia	Quénia	Namíbia	Rep. Centro-Africana	Rep. do Congo
	Zimbabué	Ruanda	Nigéria	Rep. Dem. do Congo	São Tomé e Príncipe
		São Tomé e Príncipe	Quénia	Ruanda	Sudão do Sul
		Seicheles	Rep. do Congo	Serra Leoa	Zimbabué
		Senegal	São Tomé e Príncipe	Sudão do Sul	
		Togo	Seicheles	Tanzânia	
		Uganda	Senegal	Togo	
			Zâmbia	Uganda	
				Zimbabué	

¹ Países frágeis e afetados por conflitos com base na classificação do Banco Mundial, *Classification of Fragile and Conflict-Affected Situations*, FY2026.

ÁFRICA SUBSARIANA: PAÍSES MEMBROS DE GRUPOS REGIONAIS

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental ¹ (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	Rep. Dem. do Congo	Angola	Botsuana	Cabo Verde
Côte d'Ivoire	Gabão	Eritreia	*Quénia	Botsuana	Essuatíni	Côte d'Ivoire
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Essuatíni	*Ruanda	Comores	Lesoto	Gâmbia
Mali	República	Etiópia	*Somália	Essuatíni	Namíbia	Gana
Níger	Centro-Africana	Madagáscar	Sudão do Sul	Lesoto		Guiné
Senegal	República do Congo	Maláui	*Tanzânia	Madagáscar		Guiné-Bissau
Togo		Maurícias	*Uganda	Maláui		Libéria
		Quénia		Maurícias		Nigéria
		Rep. Dem. do Congo		Moçambique		Senegal
		Ruanda		Namíbia		Serra Leoa
		Seicheles		Rep. Dem. do Congo		Togo
		Uganda		Seicheles		
		Zâmbia		Tanzânia		
		Zimbabué		Zâmbia		
				Zimbabué		

¹ O Burkina Faso, o Mali e o Níger anunciaram a sua retirada da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a 28 de janeiro de 2024.

Pressupostos e convenções

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

Nos quadros, a elipse (...) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.

O sinal (-) entre anos ou meses (por exemplo, 2011–2012 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2011/2012) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2012).

“Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a quarto de 1 ponto percentual).

Nesta publicação, o termo “país” não se refere necessariamente a uma entidade territorial que constitui um Estado, tal como definido pelo direito e práticas internacionais. O termo também pode ser utilizado para algumas entidades territoriais que não são Estados, mas cujas estatísticas são compiladas separadamente e de forma independente.

As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas no mapa não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Fundo Monetário Internacional sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

ÁFRICA SUBSARIANA: ABREVIATURAS DOS PAÍSES

AGO	Angola	ERI	Eritreia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BDI	Burundi	ETH	Etiópia	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BEN	Benim	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SYC	Seicheles
BFA	Burkina Faso	GHA	Gana	MWI	Maláui	TCD	Chade
BWA	Botsuana	GIN	Guiné	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CAF	República Centro-Africana	GMB	Gâmbia	NER	Níger	TZA	Tanzânia
CIV	Côte d'Ivoire	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
CMR	Camarões	GNQ	Guiné Equatorial	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COD	República Democrática do Congo	KEN	Quénia	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
COG	República do Congo	LBR	Libéria	SLE	Serra Leoa	ZWE	Zimbabué
COM	Comores	LSO	Lesoto	SSD	Sudão do Sul		
CPV	Cabo Verde	MDG	Madagáscar				

Resumo

Após um sólido ano de 2025, a África Subsariana entrou em 2026 tirando partido dos benefícios gerados por progressos na estabilização conquistados a custo. A atividade económica conheceu uma aceleração generalizada em todos os grupos de países, com um crescimento regional estimado em cerca de 4,5% – o mais rápido em uma década –, o que reflete fatores externos favoráveis e boas políticas, especialmente em várias grandes economias da região. A inflação moderou-se até ao final de 2025 devido à queda dos preços mundiais dos bens alimentares e do petróleo, à diminuição das pressões cambiais e à aplicação de políticas monetárias suficientemente restritivas em vários países. A situação orçamental melhorou, sustentada por um crescimento mais forte e pela evolução favorável das taxas de câmbio.

No entanto, a guerra no Médio Oriente turvou as perspetivas. Os preços do petróleo, do gás e dos fertilizantes, juntamente com os custos do transporte marítimo, registaram um aumento acentuado. Além disso, o choque perturbou o comércio com os parceiros do Golfo, reduziu o número de turistas e afetará provavelmente as remessas enviadas para alguns países. A redução da apetência pelo risco agravou as condições de financiamento, num contexto em que muitos países dispõem de reservas limitadas. Prevê-se que o crescimento da região ascenda a 4,3% em 2026, 0,3 ponto percentual abaixo da previsão feita antes da guerra, com variações significativas entre os países. Os países pobres em recursos naturais e importadores de petróleo deparam-se com uma deterioração da balança comercial e um aumento do custo de vida, enquanto os países exportadores de petróleo beneficiarão do aumento das receitas de exportação, mas continuarão expostos à volatilidade e aos riscos de políticas pró-cíclicas. Prevê-se que a inflação mediana aumente de 3,4% no final de 2025 para 5,0% no final de 2026. A pobreza, a insegurança alimentar e outros indicadores sociais, já fragilizados pela pandemia, poderão deteriorar-se ainda mais com a redução da ajuda externa e a subida dos preços dos bens alimentares. Segundo as estimativas do corpo técnico do FMI, um aumento de 20% nos preços internacionais dos bens alimentares poderia colocar mais de 20 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada ou grave na região.

Os riscos descendentes são consideráveis num contexto de incerteza mundial e vulnerabilidades macroeconómicas regionais. Um prolongamento do conflito poderia aumentar ainda mais os preços do petróleo, dos fertilizantes e dos bens alimentares e desencadear um período de aversão ao risco, aumentando acentuadamente os custos de financiamento e forçando um ajustamento abrupto nos países com grandes necessidades de refinanciamento. Neste cenário, o produto poderia contrair-se 0,6% na região, registando um impacto mais acentuado nos países importadores de petróleo, enquanto a inflação poderia aumentar 2,4 pontos percentuais em 2026, face ao cenário de base elaborado antes da guerra.

As autoridades devem priorizar a formulação de políticas que respondam ao choque a curto prazo e reforcem a resiliência a médio prazo. As prioridades a curto prazo consistem em manter as expectativas de inflação bem ancoradas e proteger as populações mais vulneráveis do aumento do custo de vida, através de medidas de apoio direcionadas e limitadas no tempo. As estratégias orçamentais devem conciliar credibilidade e flexibilidade. Os países exportadores de petróleo devem considerar as receitas extraordinárias como temporárias e reconstituir as suas reservas. Os países importadores de petróleo devem preservar as despesas sociais e de desenvolvimento prioritárias, procurando ao mesmo aumentar a mobilização de receitas internas, melhorar a eficiência das despesas e reforçar a gestão das finanças públicas. As autoridades nacionais devem acelerar as reformas estruturais em prol do crescimento e da diversificação. A integração regional pode fomentar o crescimento e melhorar a resiliência da cadeia de abastecimento, num contexto geopolítico em mutação. O aprofundamento dos mercados financeiros nacionais pode facilitar o acesso a um maior volume de financiamento em moeda nacional. Para colocar a inteligência artificial ao serviço da produtividade, será necessário alargar o acesso a fontes de energia elétrica fiáveis, bem como efetuar investimentos em infraestruturas digitais, no desenvolvimento de competências, na cibersegurança e na governação de dados.

1. Pressão sobre ganhos económicos conquistados a custo

Em 2025, a atividade económica ganhou impulso em todos os grupos de países, com um crescimento estimado em cerca de 4,5% – o mais rápido em uma década –, refletindo fatores externos favoráveis e boas políticas. A inflação moderou-se até ao final de 2025 e a situação orçamental melhorou. Após um sólido ano de 2025, a África Subsariana entrou em 2026 tirando partido dos benefícios gerados por progressos na estabilização conseguidos a custo. No entanto, a guerra no Médio Oriente turvou as perspetivas. Os preços do petróleo, do gás, dos fertilizantes, bem como do transporte marítimo, escalaram, perturbando o comércio. Prevê-se que o crescimento da região ascenda a 4,3% em 2026, 0,3 ponto percentual abaixo da previsão feita antes da guerra, com variações significativas entre os países. Os países pobres em recursos naturais e importadores de petróleo deparam-se com uma deterioração das balanças comerciais e um aumento do custo de vida, enquanto os países exportadores de petróleo beneficiarão do aumento das receitas de exportação, mas continuarão expostos à volatilidade e aos riscos de políticas pró-cíclicas. Os riscos descendentes são consideráveis num contexto de incerteza mundial e vulnerabilidades macroeconómicas regionais. Um prolongamento do conflito poderia aumentar ainda mais os preços, gerar aversão ao risco e desencadear um período de aversão ao risco, aumentando acentuadamente os custos de financiamento e forçando um ajustamento abrupto nos países com grandes necessidades de refinanciamento. As autoridades devem priorizar a formulação de políticas que respondam ao choque a curto prazo e reforcem a resiliência a médio prazo.

Guerra no Médio Oriente põe à prova a resiliência

Choque



AUMENTO DOS PREÇOS
DA ENERGIA, DOS FERTILIZANTES,
E DO TRANSPORTE MARÍTIMO

PERTURBAÇÃO DO COMÉRCIO E TURISMO

Impacto

- DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
- SITUAÇÃO DOS IMPORTADORES DE PETRÓLEO DEGRADA-SE
- + RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS PARA OS EXPORTADORES DE PETRÓLEO
- AUMENTO DA INFLAÇÃO
- SEGURANÇA ALIMENTAR EM RISCO

Medidas



POLÍTICA
MACROECONÓMICA
PRUDENTE
PROCURANDO
A ESTABILIDADE



APOIO DIRECIONADO
AOS MAIS VULNERÁVEIS
PROTEGENDO A
SEGURANÇA ALIMENTAR



REFORMAS
MAIS CÉLERES
PROMOVENDO
A PRODUTIVIDADE

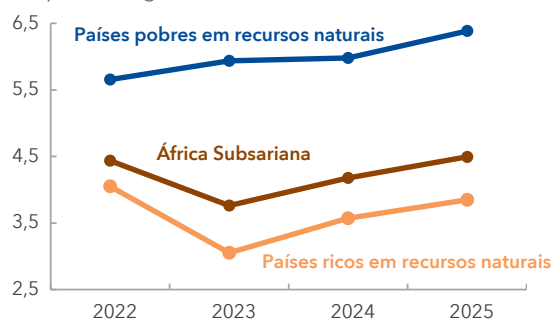
O presente capítulo da edição de abril de 2026 das Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana foi elaborado por uma equipa do FMI composta por Saad Quayyum (chefe de equipa), Michele Fornino, Cleary Haines, Can Sever, Nikola Spatafora e Felix Vardy, sob a orientação de António David, Amadou Sy e Montfort Mlachila.

O ano de 2025 foi positivo para a região

Em 2025, a atividade económica cresceu ao ritmo mais rápido registado desde há mais de uma década, com o crescimento do PIB a acelerar para 4,5%, em comparação com 4,2% em 2024. A melhoria foi **generalizada**, abrangendo países ricos e pobres em recursos naturais, Estados frágeis e países de baixo rendimento (Figura 1.1). Os resultados superaram as projeções de outubro de 2025, impulsionados pelo desempenho mais forte de grandes economias, como a Etiópia e a Nigéria, onde **os efeitos positivos das decisões acertadas em matéria de políticas internas** se tornaram progressivamente mais evidentes. O crescimento ultrapassou os 6% em 10 economias e o Benim, a Côte d'Ivoire, a Etiópia, o Ruanda e o Uganda foram algumas das economias que registaram o crescimento mais rápido a nível mundial. **A inflação mediana recuou para 3,4% no final de 2025**, face a 4,8% no final de 2024, devido à queda dos preços mundiais dos bens alimentares e do petróleo, à atenuação das pressões cambiais e à aplicação de uma orientação restritiva da política monetária em vários países (Figura 1.2). O número de países com inflação de dois dígitos diminuiu.

Figura 1.1. África Subsariana: Crescimento do PIB real, 2022-2025

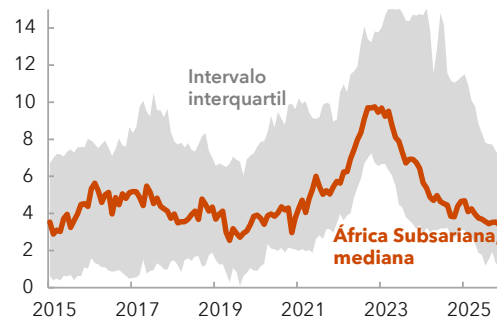
(em percentagem)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Figura 1.2. África Subsariana: Inflação global, 2015-2025

(em percentagem, em termos homólogos)



Fontes: Autoridades nacionais; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

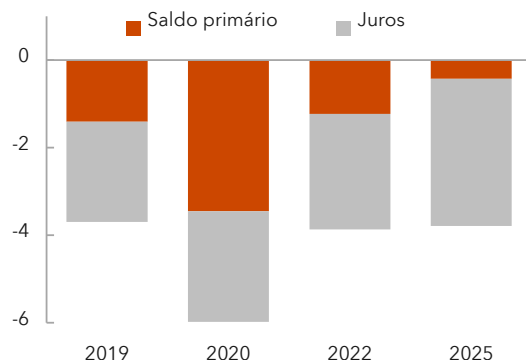
A região também fez progressos sustentados no plano orçamental. O défice orçamental do país mediano recuou de 3,4% do PIB em 2024 para 3,0% em 2025, o que, juntamente com um crescimento mais forte e uma evolução favorável das taxas de câmbio, **contribuiu para reduzir a dívida pública mediana** de 57,2% do PIB em 2024 para 53,1% em 2025. A Etiópia, o Gana e a Zâmbia registaram progressos significativos na reestruturação da dívida soberana ao longo do ano.

O **saldo da conta corrente melhorou**. O défice mediano da conta corrente recuou de 4,2% em 2024 para 3,8% em 2025, apoiado por uma forte procura de exportações e pelos elevados preços destas, bem como por fluxos robustos de remessas em determinados países (por exemplo, a Etiópia e a Nigéria).

Estes resultados positivos devem-se, em parte, a boas políticas. A execução de reformas macroeconómicas e de esforços de estabilização, nomeadamente o reforço das finanças públicas (Figura 1.3), criou condições para um crescimento mais robusto e uma inflação reduzida. O realinhamento das taxas de câmbio na sequência das reformas do mercado cambial (Etiópia e Nigéria), a redução dos subsídios aos combustíveis (Angola, Etiópia e Nigéria), a implementação de medidas relativas às receitas orçamentais, a melhoria dos quadros monetários (África do Sul) e a adoção de reformas estruturais começaram a dar frutos,

Figura 1.3. Saldo orçamental, 2019-25

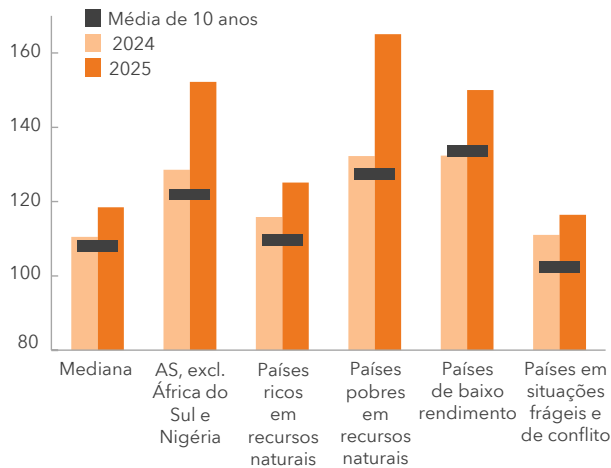
(em percentagem do PIB, média ponderada)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Figura 1.4. África Subsaariana: Termos de troca, 2024-2025

(Índice 2010 = 100)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

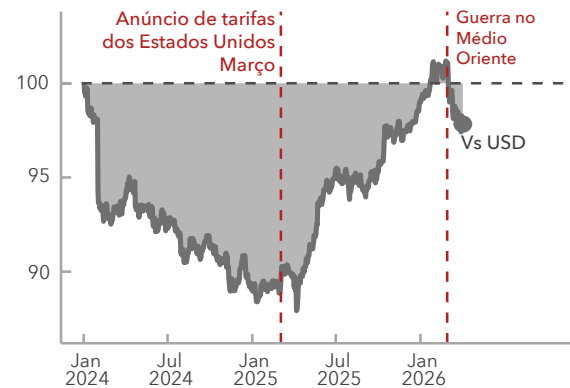
Nota: AS = África Subsaariana.

traduzindo-se numa melhoria dos saldos externos, numa dinâmica de inflação mais estável e numa trajetória mais clara para o investimento privado. Estas medidas de política contribuíram para melhorar as notações do risco soberano em vários países, incluindo a África do Sul, o Gana e a Zâmbia.

Um ambiente externo favorável contribuiu igualmente para isso. A maioria dos países registou melhorias nos seus termos de troca (Figura 1.4), porque os preços de importantes matérias-primas de exportação (como o ouro e o cobre) subiram ou permaneceram elevados (por exemplo, o café), ao passo que os preços das importações (petróleo, produtos alimentares e bens provenientes da China) baixaram. O impacto negativo da incerteza causada pelas mudanças da política comercial dos Estados Unidos foi limitado (ver Caixa 1.1). Além disso, as condições financeiras mundiais acomodáticas levaram a um aumento da apetência pelo risco e à procura de rendimento por parte de investidores mundiais, o que contribuiu para reduzir as taxas de juro passivas impostas às entidades soberanas africanas. As emissões de Eurobonds ascenderam a 14 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em 2025 e 5,5 mil milhões de dólares nos primeiros dois meses de 2026. Estes fatores contribuíram para que as moedas valorizassem face ao dólar dos Estados Unidos ao longo do ano (Figura 1.5). A maioria dos países da região (por exemplo, a África do Sul, Gana, Moçambique e Quênia) começou a reduzir as taxas de juro à medida que as pressões inflacionistas se atenuaram e que os bancos centrais consideraram que as expectativas de inflação estavam bem ancoradas. Esta evolução, a par do crescimento da massa monetária, contribuiu para uma flexibilização constante das condições financeiras, o que promoveu a atividade económica (Figura 1.6).

Figura 1.5. África Subsaariana: taxas de câmbio, 2023-2026

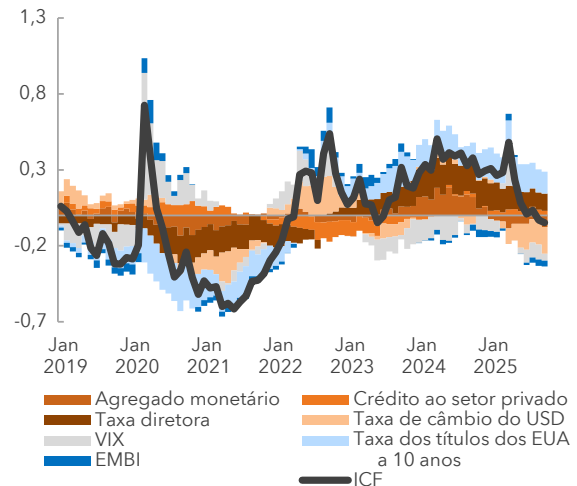
(Índice da taxa de câmbio ponderada pelo comércio, 31 de dezembro de 2023 = 100)



Fontes: Bloomberg L.P.; FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 1.6. África Subsaariana: Índice de condições financeiras

(Abaixo de 0 = abaixo da média para o período)



Fontes: Estatísticas Monetárias e Financeiras do FMI; Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

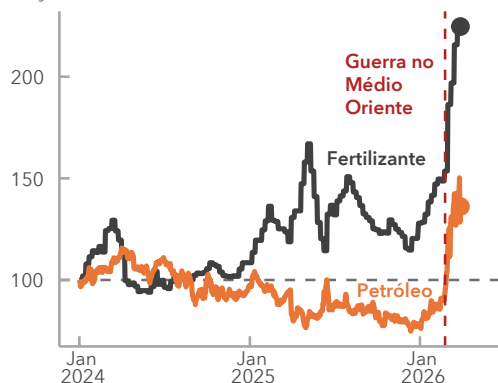
Nota: valores mais elevados do índice de condições financeiras (ICF) indicam condições financeiras mais restritivas. O índice combina o agregado monetário, o crédito ao setor privado e a taxa de câmbio face ao dólar dos Estados Unidos, o diferencial do EMBI, a taxa de juro diretora nacional, a taxa de rendibilidade dos títulos do Tesouro dos EUA a 10 anos e o índice VIX, utilizando ponderações iguais. Todas as séries correspondem a pontuações Z calculadas dentro de cada país. O ICF regional corresponde à média simples dos índices de 24 países. EMBI = Índice de Obrigações dos Mercados Emergentes; FCI = Índice de Condições Financeiras; VIX = Índice de Volatilidade da Chicago Board Options Exchange.

Mas a guerra veio ensombrar as perspetivas

A região foi afetada por um novo choque da oferta. A guerra no Médio Oriente fez subir os preços do petróleo e do gás, reduzindo a disponibilidade de combustível em vários países, nomeadamente na Etiópia, no Quênia, na República Democrática do Congo, no Maláui, na Serra Leoa e na Zâmbia, e levou ao aumento dos preços na bomba em países como o Mali, o Maláui, a Nigéria e o Zimbabuê. Em algumas economias, as perturbações no abastecimento de combustível estão a afetar a produção de eletricidade, os transportes e a atividade mineira. A subida dos preços dos fertilizantes (Figura 1.7) representa um risco adicional para a produção agrícola e constitui uma fonte de inflação alimentar, enquanto as perturbações no transporte marítimo aumentam os custos e pressionam o comércio internacional. A queda observada no setor do turismo (como no Ruanda e nas Seicheles) e a diminuição das remessas poderão agravar ainda mais as posições externas de algumas economias. As condições financeiras também se tornaram mais restritivas, o que levou a um aumento dos prémios de risco e da taxa de rentabilidade das obrigações de dívida pública – especialmente entre os países importadores de combustíveis (Figura 1.8). Com a valorização do dólar dos Estados Unidos, estes desenvolvimentos intensificaram as pressões cambiais em várias economias (incluindo a África do Sul, o Gana e Moçambique) e estão a influenciar as decisões de investimento.

Figura 1.7. Preços das matérias-primas, janeiro 2024-2026

(Índice, 5 de janeiro de 2024 = 100; dados de 27 de março de 2026)

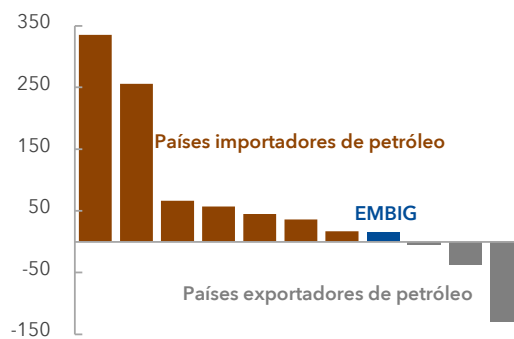


Fonte: Bloomberg, L.P.

Nota: O preço do petróleo refere-se ao preço dos contratos futuros do petróleo bruto Brent. O preço do fertilizante é o da ureia granulada NOLA do Golfo dos EUA.

Figura 1.8. Diferenciais das obrigações soberanas, fevereiro-março de 2026

(Pontos base, variação desde o início da guerra no Médio Oriente)



Fontes: Bloomberg L.P.; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Dados disponíveis até 25 de março de 2026. EMBIG= índice mundial das obrigações dos mercados emergentes.

O crescimento económico da região deverá diminuir ligeiramente para 4,3% em 2026, 0,3 ponto percentual abaixo das projeções de janeiro, enquanto a inflação mediana deverá aumentar para 5,0% até ao final de 2026. No entanto, estas perspetivas apresentam um grau considerável de heterogeneidade, prevendo-se uma aceleração do crescimento em vários países exportadores de petróleo, graças ao aumento das receitas das exportações e ao aumento da despesa pública, mas uma desaceleração do crescimento em países de baixo rendimento e Estados frágeis, muitos dos quais são importadores de petróleo e têm reservas limitadas (Figura 1.9). Embora os preços das principais matérias-primas não combustíveis (tais como o ouro e o cobre) tenham registado uma queda desde o início da guerra, continuam a situar-se acima da média de 2025. O diferencial mediano das obrigações soberanas dos países da região continua bem abaixo dos níveis registados em abril de 2025. Até à data, estes fatores favoráveis têm atenuado o impacto líquido do choque. Prevê-se que o crescimento volte a acelerar para 4,4% em 2027 e que a inflação mediana diminua para 3,9% até ao final de 2027, em consonância com o pressuposto do cenário de referência de que o choque deverá ser de curta duração.

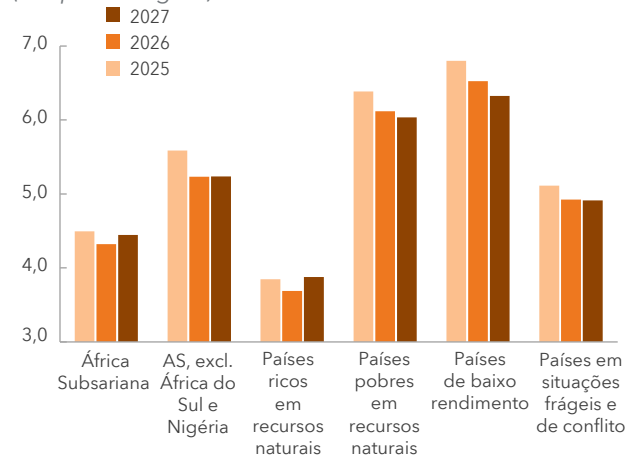
Os saldos da conta corrente deverão variar de país para país. Segundo as projeções, o défice mediano da conta corrente deverá diminuir em 0,3 ponto percentual do PIB, passando para 3,5% do PIB em 2026. Esta evolução reflete melhorias em relação a 2025, na ordem de 1,1 pontos percentuais do PIB nos países exportadores de petróleo, que beneficiam do aumento dos preços do petróleo, e de 0,7 ponto percentual do PIB nos países ricos em recursos naturais não petrolíferos, que beneficiam da subida dos preços dos metais. Nos países pobres em recursos naturais, prevê-se que o défice da conta corrente se agrave em cerca de 1,4 pontos percentuais do PIB (Figura 1.10).

As projeções apontam para um agravamento do défice orçamental na maioria dos países. O défice orçamental mediano ascendeu a 3,2% do PIB em 2026, um aumento de 0,2% do PIB em relação a 2025. No entanto, as projeções divergem consideravelmente entre os diferentes grupos de países: prevê-se que os défices aumentem cerca de 1 ponto percentual do PIB nos países exportadores de petróleo, enquanto os países ricos em recursos naturais não petrolíferos deverão registar uma diminuição de 0,1 ponto percentual do PIB (Figura 1.11).¹ Projeta-se que os défices em países pobres em recursos naturais permaneçam globalmente inalterados em relação ao ano passado. No entanto, a manutenção dos preços administrados dos combustíveis está a atrasar a transmissão dos custos e a aumentar os riscos orçamentais, bem como as probabilidades de se incorrer em derrapagens das despesas públicas em vários países. Em países como os Camarões, a Côte d'Ivoire, o Ruanda, o Senegal e o Togo, os preços na bomba continuam controlados, por enquanto, o que permite conter a inflação a curto prazo, mas esta situação aumenta os encargos com os subsídios, as necessidades de financiamento externo e o risco de ajustamentos mais drásticos no futuro.

Para além do choque atual, um importante desafio é o facto de se prever que a qualidade de vida melhore a um ritmo muito mais lento do que em economias de mercados emergentes e em desenvolvimento de fora da região. A médio prazo, projeta-se que o crescimento do rendimento *per capita* na África Subariana seja de 2,3%, face aos 3,6% projetados noutras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. Nas economias ricas em recursos naturais, onde os ganhos obtidos através dos recursos naturais não são geralmente distribuídos

Figura 1.9. África Subariana: Crescimento do PIB real

(em percentagem)

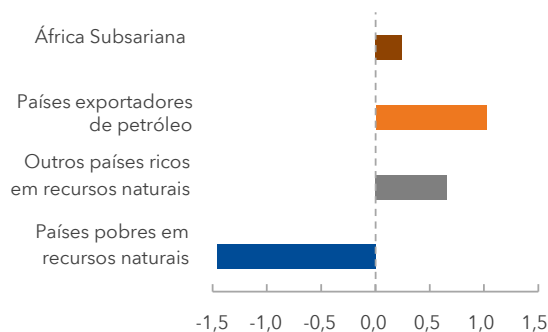


Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: AS = África Subariana.

Figura 1.10. África Subariana: Variação do saldo da conta corrente em relação ao ano anterior, 2026

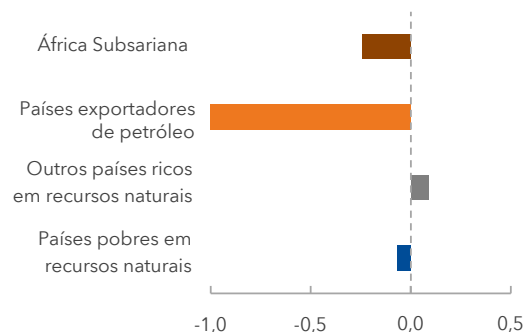
(em pontos percentuais do PIB)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Figura 1.11. África Subariana: Variação do saldo orçamental em relação ao ano anterior, 2026

(em pontos percentuais do PIB)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

¹ Prevê-se que o défice orçamental dos países exportadores de petróleo, excluindo a Nigéria, melhore de 3,3% do PIB em 2025 para 2,5% do PIB em 2026.

pela população, o crescimento do rendimento *per capita* deverá atingir apenas 1,8%. A pobreza e outros indicadores sociais agravaram-se muito durante a pandemia de COVID-19 e enfrentam agora novos desafios, devido à redução da ajuda externa (ver Capítulo 2 da edição de abril de 2026 das *Perspectivas Económicas Regionais para a África Subsariana*). Se este novo choque se prolongar, poderá agravar o grau de insegurança alimentar na região.

Riscos descendentes significativos num contexto de elevada incerteza e vulnerabilidade

O aumento da volatilidade dos preços das matérias-primas e uma inversão do sentimento do mercado suscitariam riscos graves a curto prazo. Além disso, a intensificação da guerra no Médio Oriente provocaria um novo aumento dos preços do petróleo, dos fertilizantes e dos bens alimentares, prejudicando o crescimento, especialmente nos países importadores de petróleo, e agravando a inflação em toda a região. No plano financeiro, vários mutuários soberanos enfrentam amortizações avultadas e estão, por isso, a planejar recorrer à emissão de novos títulos de dívida nos mercados como parte da sua estratégia de financiamento. Se as condições financeiras mundiais se tornarem subitamente mais restritivas, os custos de financiamento poderão aumentar significativamente, exigindo um ajustamento abrupto.

Segundo um cenário muito pessimista, uma guerra prolongada combinada com um período de aversão ao risco resultaria num produto ainda mais baixo e numa inflação mais elevada (Figura 1.12).² Para além dos efeitos diretos mais profundos, a maior duração e gravidade do choque provocaria uma desaceleração da economia mundial, o que contribuiria para a redução do produto da região em 0,6 %, em 2026, e em 0,4 %, em 2027, em relação ao cenário de base pré-guerra.

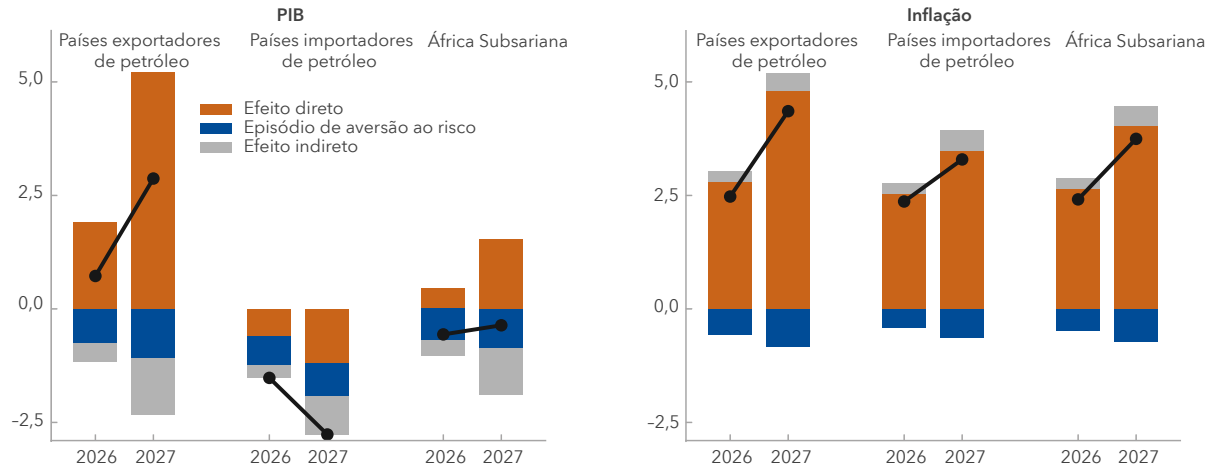
As repercussões deste cenário variam de país para país. Neste contexto, o PIB dos países exportadores de petróleo beneficiaria dos fortes efeitos diretos e positivos do aumento dos preços do petróleo, que seriam parcialmente mitigados pelos efeitos indiretos negativos e pelas consequências do aumento dos custos de financiamento. Os países importadores de petróleo, por outro lado, são fortemente afetados, com o produto real a diminuir 1,5 pontos percentuais em 2026 e 2,8 pontos percentuais em 2027. A inflação regional aumentaria até 2,4 pontos percentuais em 2026 e 3,8 pontos percentuais em 2027. Estes efeitos inflacionários seriam mais pronunciados nos países exportadores de petróleo devido ao forte crescimento da atividade económica e do investimento previsto nas projeções. O impacto na conta corrente seria heterogéneo, com melhorias significativas nos países exportadores de petróleo (3,4 e 5,7 pontos percentuais do PIB em 2026 e 2027, respetivamente) e deteriorações nos países importadores de petróleo (-1,2 e -2,8 pontos percentuais do PIB em 2026 e 2027, respetivamente).

Os riscos políticos e de segurança a nível nacional poderão agravar-se, especialmente em períodos eleitorais e em contextos frágeis. A conjuntura política tem sido desafiante: a transição política pacífica no Maláui contrasta acentuadamente com os protestos da geração Z em Madagáscar, com as tentativas de golpe de Estado no Benim e na Guiné-Bissau, com os desafios para a segurança no Sahel e na República Democrática do Congo, e com a violência observada no decorrer das eleições na Tanzânia. Por haver várias eleições agendadas para 2026-2027, existe o risco de os esforços de reforma abrandarem e de as tensões sociais aumentarem, nomeadamente devido ao aumento dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares.

² As simulações são realizadas utilizando o modelo AFRMOD do FMI (Andrle et al., 2015). Mais concretamente, os preços do petróleo aumentariam 100% a partir do segundo trimestre de 2026, em relação às projeções de base da atualização do *World Economic Outlook* de janeiro de 2026, e manter-se-iam nesse nível em 2027 antes de regressarem às projeções de base em 2028, enquanto os preços do gás na Europa e na Ásia aumentariam 200% durante o mesmo período, e os preços das matérias-primas alimentares aumentariam 5% em 2026 e 10% em 2027; as expectativas de inflação a um ano aumentariam, no máximo, 100 pontos base nas economias avançadas até 2027 e até 130 pontos base nas economias de mercados emergentes, excluindo a China, também até 2027; um período significativo de aversão ao risco aumentaria os prémios de risco das empresas nas economias avançadas e na China em 100 pontos base em 2026, mantendo-se nesse nível em 2027, enquanto as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, excluindo a China, registariam um alargamento do diferencial das obrigações soberanas de 100 pontos base no mesmo período, juntamente com um aumento do diferencial das obrigações das empresas de 200 pontos base.

Figura 1.12. Impacto adicional no crescimento do PIB e na inflação decorrente do cenário pessimista, 2026-2027

(Desvio em pontos percentuais em relação ao cenário de base)



Fonte: cálculos do corpo técnico do FMI.

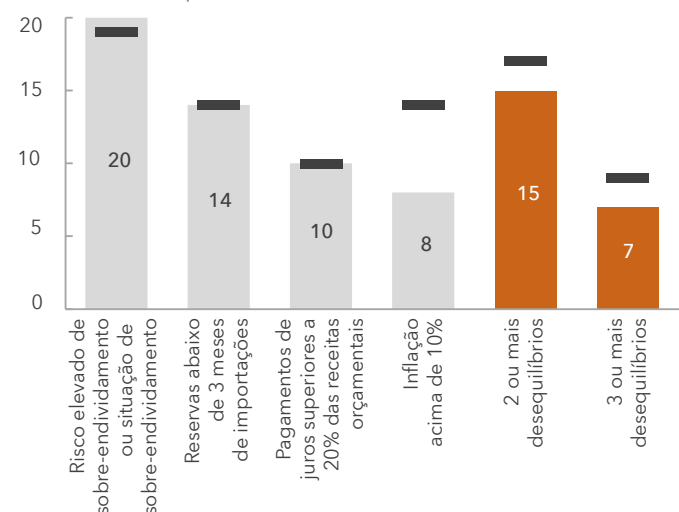
Nota: Os pontos pretos representam o impacto de um cenário pessimista, medido em desvios expressos em pontos percentuais em relação ao cenário de base, tanto para o PIB real como para a inflação medida pelo IPC. O impacto total é desagregado em três: um efeito direto, resultante do aumento dos preços das matérias-primas; uma componente relacionada com um episódio de aversão ao risco decorrente do aumento dos prémios de risco; e um efeito indireto, que reflete as expectativas de inflação mais elevadas e uma política monetária mais restritiva. Consultar a nota de rodapé 3 para obter todos os detalhes do cenário pessimista.

Os choques climáticos e as perturbações nas cadeias de abastecimento de fertilizantes são suscetíveis de afetar negativamente a atividade agrícola e pôr em risco a segurança alimentar. As recentes inundações na África do Sudeste relembram a elevada vulnerabilidade da região a fenómenos meteorológicos extremos, enquanto a escassez no fornecimento de fertilizantes pode reduzir a produtividade agrícola ou aumentar os custos. Estes choques podem também colocar obstáculos consideráveis, especialmente numa altura em que a ajuda externa é mais escassa. Segundo os modelos utilizados, um aumento de 20% do preço internacional de bens alimentares essenciais poderia traduzir-se num aumento de até 47% dos níveis de malnutrição infantil nos países mais afetados, e num aumento mediano de 28% em todos os países da região.³ Globalmente, no período de maior repercussão dos preços internacionais nos preços nacionais, estima-se que dois milhões de crianças com menos de cinco anos possam sofrer de malnutrição aguda, e mais de 20 milhões de pessoas se encontrem em situação de insegurança alimentar moderada ou grave em toda a região (estimativas do corpo técnico do FMI com base na publicação de Heady e Ruel, 2023; FAO et al., 2025; e Nguyen e Thévenot, em processo de publicação).

Para além dos riscos, as vulnerabilidades macroeconómicas continuam também elevadas em grande parte da região. Cerca de um terço dos países continua a deparar-se com vulnerabilidades concomitantes nas áreas orçamental, externa, monetária e financeira, o que limita a margem de manobra para a implementação de políticas e complica as respostas aos choques (Figura 1.13). Para os países que se deparam com vários

Figura 1.13. África Subsariana: Desequilíbrios macroeconómicos, 2024-25

(em número de países)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: as barras representam 2025 e as linhas representam 2024.

³ Os preços futuros do trigo aumentaram cerca de 7% desde o início da guerra.

desequilíbrios, como o Burundi, o Maláui, a Serra Leoa e o Zimbábue, a melhoria dos termos de troca verificada em 2025 proporcionou um alívio temporário, mas são necessárias reformas mais profundas. **Mais de um terço da região está em elevado risco de sobre-endividamento ou já se encontra de facto numa situação de sobre-endividamento** e, em 21 países, os défices orçamentais são superiores ao nível necessário para estabilizar a dívida. As vulnerabilidades associadas à dívida refletem não só o legado de choques anteriores e de derrapagens nas políticas, mas também o desafio estrutural de financiar grandes necessidades de desenvolvimento num contexto de receitas internas limitadas. **Os encargos com o serviço da dívida também são elevados, o que pode comprometer o financiamento das despesas de desenvolvimento prioritárias.** O aumento das taxas de juro efetivas e a redução da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) provocaram um aumento da percentagem de receitas afetada ao pagamento de juros (ver capítulo 2 da edição de abril das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*).

O recurso crescente a financiamento interno aprofundou a relação entre os bancos e as entidades soberanas e o crédito ao setor público tem crescido a um ritmo mais acelerado do que o crédito ao setor privado. Esta tendência é particularmente acentuada na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), onde a dívida pública representa 43% dos ativos dos bancos. Com uma ligação tão forte entre os bancos e as entidades soberanas, é possível que as crises orçamentais desencadeiem crises financeiras. Este novo choque pode exercer uma pressão adicional sobre o setor financeiro, uma vez que o aumento dos custos energéticos deteriorará as finanças das famílias e das empresas, enquanto o agravamento dos défices orçamentais poderá aumentar os riscos soberanos aos quais os bancos estão expostos.

Políticas prioritárias para manter a estabilidade e impulsionar o crescimento

A guerra no Médio Oriente está a pôr à prova os ganhos de estabilização conseguidos a custo na África Subsariana. Muitos países importadores de combustíveis estão a deparar-se com uma deterioração das balanças comerciais e riscos inflacionários, ao passo que os países exportadores de combustíveis continuam expostos a fenómenos de volatilidade e pró-ciclicidade. Prevê-se que a incerteza continue elevada. Esta situação, que chega após os numerosos choques sentidos nos últimos anos, ilustra a importância de conceber e executar políticas e quadros que sejam resilientes às frequentes perturbações macroeconómicas externas.

Neste contexto, a **prioridade a curto prazo** é manter as políticas macroeconómicas ancoradas, proteger o máximo possível os grupos mais vulneráveis face ao aumento do custo de vida e evitar que os países exportadores de combustíveis adotem políticas económicas pró-cíclicas. Ao mesmo tempo, os países devem prosseguir com a implementação de uma **agenda de reformas de médio prazo** coerente, focada em: 1) reforçar os quadros monetários e cambiais; 2) mobilizar receitas internas e melhorar a eficiência da despesa; e 3) acelerar as reformas da governação e do ambiente de negócios com vista a fomentar o investimento privado e aumentar a produtividade.

Políticas monetária e cambial: Assegurar a estabilidade de preços e adaptar-se ao novo choque

A maioria dos bancos centrais terá de encontrar um equilíbrio delicado entre controlar a inflação e apoiar o crescimento. O choque poderá desestabilizar as expectativas de inflação. Portanto, os bancos centrais terão de acompanhar atentamente a evolução dos preços e ajustar as políticas caso as expectativas de inflação comecem a aumentar. A independência dos bancos centrais, aliada a uma comunicação transparente das suas políticas,

será essencial para preservar a estabilidade de preços e ancorar as expectativas de inflação, especialmente num contexto de fortes repercussões dos efeitos cambiais na inflação. A decisão de os bancos centrais ignorarem ou não o choque na oferta de matérias-primas irá variar de país para país, em função da dinâmica da inflação.

Nos países onde a inflação se encontra acima da meta ou está a acelerar, uma orientação restritiva da política monetária pode contribuir para ancorar as expectativas de inflação. Esta situação poderá justificar uma pausa na redução do grau de restritividade da política monetária ou um aumento das taxas de juro, caso as expectativas de inflação estejam a aumentar. O novo choque suscita o risco de efeitos indiretos, especialmente em contextos em que os mercados cambiais são pouco profundos e a transmissão monetária é fraca, pelo que uma redução prematura da restritividade da política monetária poderá revelar-se dispendiosa. Em alguns países, onde a inflação está enraizada ou o quadro monetário é menos robusto, será necessária uma coordenação com as políticas orçamentais, nomeadamente no que diz respeito à redução da dependência do financiamento do banco central (como é o caso, por exemplo, do Burundi, do Maláui e do Sudão do Sul).

Nos países onde a inflação se mantém dentro da meta ou está contida, justifica-se igualmente uma abordagem cautelosa. Embora os bancos centrais possam ignorar parcialmente o choque da oferta, devem acompanhar atentamente as pressões cambiais emergentes e a repercussão dos preços da energia na inflação, mantendo-se prontos para tornar a política monetária mais restritiva, se necessário, a fim de manter as expectativas de inflação bem ancoradas.

Os países terão de calibrar a sua resposta cambial em função do regime que têm em vigor e tendo em conta as margens de reserva de que dispõem e a persistência do choque:

- Os países que dispõem de um regime de paridade cambial terão de alinhar a sua política monetária com a do país com o qual têm paridade, a fim de minimizar o diferencial da taxa de juro ajustada ao risco. As autoridades terão de aplicar medidas de consolidação orçamental para corrigir os desequilíbrios externos e manter margens de reserva.
- Os países sem paridade cambial e com margens de reserva limitadas deverão procurar preservar a sustentabilidade externa. Permitir uma depreciação da taxa de câmbio para ajudar a economia a adaptar-se ao choque externo constitui uma primeira linha de defesa. Porém, essa medida deve ser coordenada com as políticas monetária e orçamental, a fim de manter as expectativas de inflação bem ancoradas. A obtenção de ajuda internacional pode permitir mitigar alguns dos desafios relacionados com a balança de pagamentos, bem como as pressões cambiais.
- Os países sem regime de paridade cambial e com margens de reserva suficientes poderão considerar a implementação de intervenções cambiais para travar as pressões cambiais, se existir um risco significativo de desancoragem da inflação na presença de um quadro monetário fraco ou de um mercado cambial pouco profundo.⁴ No entanto, as reservas podem esgotar-se rapidamente se as pressões cambiais forem elevadas. Em todos os casos, as intervenções nos mercados cambiais não podem substituir ajustamentos macroeconómicos necessários.

Os bancos centrais deverão ainda monitorizar de forma rigorosa os riscos emergentes para o setor financeiro, sobretudo aqueles que se manifestam através dos balanços dos bancos, das relações entre os bancos e as entidades soberanas e da volatilidade dos fluxos de capitais. Devem certificar-se de que os bancos dispõem de reservas de capital e de liquidez suficientes para absorver choques e que cumprem as normas macroprudenciais em vigor.

⁴ Ver o Quadro Integrado de Políticas do FMI e o relatório publicado pelo FMI (2022), que aborda a forma como o quadro se aplica à África Subsariana.

Política orçamental: Equilibrar a credibilidade com a flexibilidade

As prioridades orçamentais a curto prazo devem ser adaptadas às circunstâncias de cada país:

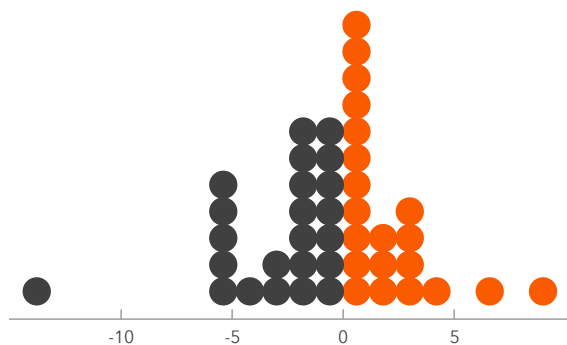
- **Devem evitar-se os subsídios generalizados ou o controlo de preços**, uma vez que são medidas onerosas do ponto de vista orçamental, que causam distorções e são difíceis de eliminar. Quando se prevê que os aumentos expressivos dos preços sejam apenas temporários, é possível justificar a implementação de medidas cuidadosamente direcionadas para minimizar perturbações sociais e económicas graves, garantindo, ao mesmo tempo, que os mecanismos de formação de preços funcionem o melhor possível.
- **Para os países exportadores de petróleo**, qualquer receita extraordinária deve ser considerada temporária e utilizada, antes de mais, para reforçar a resiliência da economia, regularizando pagamentos em atraso, reconstituindo reservas orçamentais e externas e reduzindo dívida interna dispendiosa. Estas medidas devem ser apoiadas por regras orçamentais e mecanismos de estabilização transparentes e bem concebidos, que ajudem a gerir a volatilidade, a atenuar a despesa e a reforçar a credibilidade (FMI 2012, Eyraud, Gbohoui e Medas 2023). Os aumentos excessivos de despesa pró-cíclica podem ser difíceis de reverter e podem alimentar a inflação ou a valorização da taxa de câmbio real.
- **Os países importadores de petróleo com maior margem orçamental** (como a Tanzânia e o Ruanda) devem recorrer a mecanismos de transferências direcionadas e limitadas no tempo, bem como a medidas de proteção social escaláveis e adaptativas destinadas a atenuar o impacto do aumento do custo de vida nas populações vulneráveis, sem comprometer as despesas prioritárias. **Os países importadores de petróleo com pouca margem orçamental** devem reorientar as suas prioridades de despesa para medidas de apoio social mais eficientes em termos de custos, direcionadas às famílias com rendimentos mais baixos; acelerar a mobilização de receitas internas; reduzir o crescimento da despesa pública fora do âmbito da proteção social (como aumentos salariais reais para funcionários públicos ou despesas públicas de baixa prioridade); e reforçar os mecanismos de controlo da despesa para evitar situações de mora e salvaguardar a sustentabilidade da dívida.

Nos países em que a sustentabilidade da dívida representa um risco importante, continua a ser essencial proceder a esforços de consolidação adicionais (Figura 1.14). Contudo, essas medidas devem proteger as despesas sociais e de desenvolvimento mais rentáveis, nomeadamente em termos de educação, cuidados de saúde e serviços básicos (como o acesso à água, ao saneamento e à energia). O setor da saúde, em particular, irá exigir um aumento significativo do apoio a nível nacional, nomeadamente para preservar funções essenciais de saúde pública e garantir a continuidade dos serviços essenciais, à medida que os programas financiados por doadores forem sendo retirados ou reduzidos (ver Capítulo 2 da edição de abril de 2026 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*).

A mobilização de receitas internas continua a ser fundamental para qualquer estratégia orçamental de médio prazo robusta.

O desempenho das receitas na região melhorou nos últimos três anos, mas as receitas continuam, em geral, a ser insuficientes para satisfazer as grandes necessidades sociais e de desenvolvimento da região e, ao mesmo tempo, assegurar a sustentabilidade da dívida. A edição de outubro de 2025 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana* e o estudo de Schneider et al. (2025) fornecem orientações sobre a forma como os países podem reforçar a cobrança de receitas.

Figura 1.14. Consolidação orçamental adicional necessária para atingir um saldo primário de estabilização da dívida em 2026
(em percentagem do PIB, número de países)

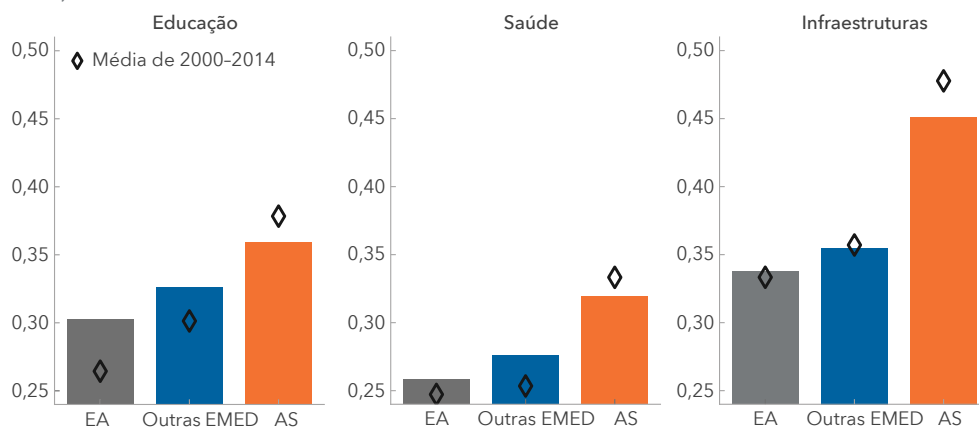


Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Uma gestão mais eficiente da despesa pública pode também permitir libertar recursos orçamentais significativos, melhorando ao mesmo tempo a prestação de serviços. Nos setores da educação, da saúde e das infraestruturas, não se trata apenas de analisar os montantes gastos, também é preciso avaliar a eficácia com que os recursos públicos se traduzem em resultados. Para o país mediano, as lacunas em termos de eficiência observadas nos setores da saúde e das infraestruturas são cerca de duas vezes maiores na África Subsaariana do que noutras economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da região (Figura 1.15). Na região, as lacunas são maiores nos países ricos em recursos naturais e nos países exportadores de petróleo, ao passo que os países pobres em recursos naturais têm registado alguns progressos nos últimos anos no que toca a aproximar-se da fronteira de eficiência. As lacunas na eficiência são reflexo de uma seleção e execução de projetos fracas no que toca ao investimento em infraestruturas, de uma manutenção inadequada, de ineficiências nos processos de contratação pública, de uma orçamentação fragmentada e de uma limitada prestação de contas sobre os resultados.

Figura 1.15. Ineficiência da despesa orçamental em domínios específicos, 2000-2024

(Índice)



Fontes: FMI, *Fiscal Monitor*, outubro de 2025; e cálculos do pessoal do FMI

Nota: as barras representam o valor médio, calculado para o período de 2015 a 2024, da lacuna de eficiência mediana anual em cada um dos grupos de países selecionados. As lacunas de eficiência assumem valores que variam entre 0 (eficiência total) e o 1 (ineficiência total). Estes índices medem as distâncias entre, por um lado, os níveis mensuráveis de resultados alcançados por um Estado em cada um dos três setores – educação, saúde e infraestruturas – e, por outro lado, os níveis que poderiam ser alcançados graças a uma gestão baseada nas melhores práticas, para qualquer nível de despesa. O valor de referência das melhores práticas é identificado através de um quadro baseado na análise estocástica da fronteira, conforme se descreve no [apêndice online do Capítulo 1 do Fiscal Monitor de outubro de 2025](#). EA = economias avançadas; EMED = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento; AS = África Subsaariana.

O reforço da gestão das finanças públicas – incluindo através do controlo dos compromissos de despesas, da gestão de tesouraria e da prevenção de pagamentos em atraso – pode reduzir o desperdício e melhorar a credibilidade do orçamento (Lopez-Murphy *et al.*, 2026). As reformas na gestão do investimento público devem assegurar, acima de tudo, que os projetos passem por um processo de avaliação minucioso, uma seleção transparente e uma execução e avaliação *ex post* mais rigorosas, a fim de garantir que as infraestruturas financiadas proporcionam ganhos de produtividade duradouros. Existem medidas setoriais – como o destacamento de professores e profissionais de saúde, a aquisição de medicamentos e de material escolar, e o planeamento dos trabalhos de manutenção – que podem melhorar os resultados sem acarretar um aumento proporcional da despesa. Com o tempo, a divulgação de indicadores de desempenho e o reforço das entidades responsáveis pela auditoria e supervisão podem contribuir para uma melhor relação custo-benefício e para a redução das perdas.

Acelerar o crescimento impulsionado pelo setor privado e a diversificação

A implementação de reformas estruturais que reduzam os custos da atividade empresarial, estimulem a concorrência e reforcem setores de rede permitirá diminuir os prémios de risco soberano e privado, atrair investimento e impulsionar a produtividade, o que é particularmente importante num contexto externo instável (ver Capítulo 3 da edição de abril de 2026 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*). As reformas que visam especificamente as empresas públicas ativas em setores de rede (energia, transportes, telecomunicações) devem centrar-se na melhoria da governação, da transparência e da recuperação dos custos, assegurando ao mesmo tempo uma regulamentação adequada e protegendo as populações mais pobres através de medidas sociais bem concebidas.

O reforço da integração regional pode fomentar o crescimento e melhorar a resiliência da cadeia de abastecimento, num contexto geopolítico em mutação. Os progressos realizados no âmbito do projeto da Zona de Comércio Livre Continental Africana – nomeadamente no que diz respeito à redução das barreiras não tarifárias, à modernização dos procedimentos aduaneiros e ao aprofundamento do comércio de serviços – permitirão reduzir os custos do comércio, acelerar o desalfandegamento e criar mercados mais amplos e mais diversificados para o comércio de bens e serviços locais (ElGanainy et al. 2023; Montagnat-Rentier et al. 2025). Entre as prioridades imediatas está a conclusão das negociações sobre regras de origem e concessões tarifárias.

A digitalização, incluindo a aplicação de soluções de inteligência artificial pragmáticas e de baixo custo na administração das receitas públicas, na prestação de serviços e na inclusão financeira, pode melhorar a produtividade e as capacidades do Estado. Porém, estas iniciativas têm de ser acompanhadas de investimentos em redes de energia, conectividade, competências, cibersegurança e governação de dados, a fim de gerar confiança e aumentar a adesão a essas ferramentas (ver Caixa 1.2).

O aprofundamento dos mercados de capitais internos pode desbloquear financiamento adicional em moeda nacional, melhorar a transmissão das políticas e reforçar a estabilidade financeira. Os países devem adotar medidas que desenvolvam os mercados de obrigações em moeda nacional e diversifiquem os instrumentos de poupança internos, reforcem as infraestruturas e a transparência dos mercados e alarguem a base de investidores. A melhoria dos registos de garantias, dos sistemas de informação de crédito e dos quadros de insolvência pode estimular o crédito privado e reduzir os prémios de risco. O reforço das relações entre bancos e entidades soberanas realça a necessidade de exercer uma supervisão prudencial rigorosa, de existirem quadros de resolução credíveis e de proceder a uma monitorização cuidadosa da concentração das exposições, a fim de limitar os riscos sistémicos (*Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*, edição de outubro de 2025). A expansão de soluções que promovam a inclusão financeira digital através de plataformas interoperáveis, de uma regulamentação proporcionada e de uma melhor proteção do consumidor permitirá mobilizar poupanças, reduzir os custos de transação e promover o crescimento das pequenas empresas.

Garantir o apoio às reformas a nível nacional e internacional

Os esforços de reforma devem ser acompanhados por uma comunicação clara e por consultas inclusivas, de modo a superar os obstáculos decorrentes da economia política. O envolvimento ativo das partes interessadas (diálogos com o parlamento, a sociedade civil, os sindicatos, o meio académico e o setor privado) pode melhorar a conceção e a legitimidade das reformas (*Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana*, edição de abril de 2025). A divulgação de informações sobre os objetivos da reforma, os benefícios esperados, as vantagens e desvantagens e os prazos de execução poderá reduzir o nível de incerteza e reforçar a credibilidade. Paralelamente, o reforço das instituições responsáveis pela continuidade (como os quadros de médio prazo, os conselhos de finanças públicas, a contratação pública transparente e a supervisão independente) pode tornar

as reformas mais resilientes face a transições políticas. Quando as reformas impõem custos a curto prazo, os governos podem mitigar a resistência através de uma implementação cuidadosa das reformas e de medidas de compensação dirigidas a grupos vulneráveis.

A comunidade internacional pode apoiar estes esforços, proporcionando financiamento previsível, assistência técnica e uma melhor coordenação. Para maximizar o impacto da ajuda, é fundamental priorizar a sua alocação a países frágeis e de baixo rendimento, onde as fontes de financiamento alternativas são limitadas, bem como diversificar o conjunto de instrumentos de financiamento do desenvolvimento, nomeadamente através de mecanismos de financiamento misto. Se for coerente com as prioridades nacionais, a assistência prestada em termos de desenvolvimento de capacidades, mobilização de receitas internas, gestão do investimento público e proteção social pode amplificar o impacto das reformas e ajudar a manter os progressos durante choques futuros. A prestação de assistência à reconstrução de instituições e à promoção da inclusão social e económica é especialmente importante para garantir a recuperação após uma situação de conflito na região (*World Economic Outlook*, edição de abril de 2026, Capítulo 3). O FMI está preparado para apoiar os países que enfrentam défices severos e inesperados na balança de pagamentos decorrentes da guerra. Nos últimos anos, o FMI tem sido uma fonte fundamental de financiamento para a África Subsariana, com programas que beneficiam atualmente 22 dos 45 países da região.

Caixa 1.1. Análise atualizada das tarifas dos Estados Unidos e do seu impacto no comércio na África Subsariana¹

As tarifas impostas pelos Estados Unidos à África Subsariana aumentaram acentuadamente em 2025, embora esse aumento tenha variado consideravelmente em função do país e do produto. A tarifa efetiva na região aumentou de um valor próximo de zero no final de 2024 para mais de 12% em outubro de 2025, recuando para 8,5% no final de fevereiro de 2026, em parte devido à prorrogação retroativa da Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA) até ao final de 2026 e à decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos que invalida as tarifas impostas através da Lei de Poderes Económicos de Emergência Internacional² (Figura 1.1.1). De modo geral, as tarifas atualmente impostas pelos Estados Unidos afetam mais as economias que exportam maioritariamente produtos manufaturados do que os países exportadores de energia.

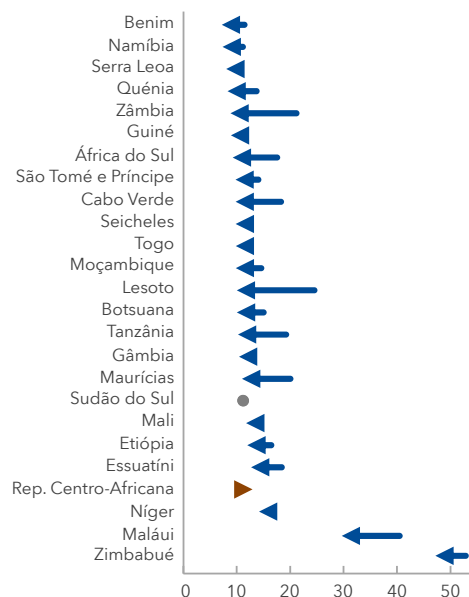
Até à data, o impacto a curto prazo nas exportações da região tem sido modesto, o que reflete uma exposição limitada ao mercado dos Estados Unidos.

Nos dois trimestres que se seguiram ao anúncio das tarifas, em abril de 2025, as exportações agregadas para os Estados Unidos mantiveram-se globalmente inalteradas. Para mais de 70% das economias, as variações nas exportações para os Estados Unidos situaram-se em torno de 0,1% do PIB, em parte porque, em mais de três quartos dos países, essas exportações representam menos de 1% do PIB. No entanto, os efeitos dessas tarifas variam fortemente em função do país e do setor. As exportações de automóveis da África do Sul para os Estados Unidos diminuíram em cerca de metade, em termos nominais, embora essa queda tenha sido largamente compensada pelo aumento das exportações para outros mercados, especialmente na Europa. Os países exportadores de produtos têxteis, como o Lesoto e o Quênia, registaram um aumento das exportações, provavelmente devido à antecipação da aproximação do fim da vigência da Lei AGOA, no final de setembro, o que sugere que os efeitos a longo prazo podem ainda não ser plenamente visíveis.

As estimativas de equilíbrio parcial sugerem perdas diretas modestas nas exportações a longo prazo para a maioria dos países. Estima-se que as perdas médias se situem em cerca de 0,1% do PIB, o que reflete a reduzida exposição ao mercado dos Estados Unidos e o facto de cerca de metade das exportações estar sujeita apenas a aumentos tarifários modestos (cerca de metade das exportações da região para os Estados Unidos enfrenta aumentos tarifários inferiores a 1,6 pontos percentuais e cerca de um quarto das exportações, em termos de valor, não está sujeita a qualquer aumento).

Figura 1.1.1. Tarifas aduaneiras ponderadas pelo comércio

(Porcentagem, variação entre 1 de outubro de 2025 e o final de fevereiro de 2026)



Fonte: Tariff tracker da OMC e do FMI e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os 25 países com as tarifas mais elevadas. A AGOA expirou temporariamente em 30 de setembro de 2025. O ponto indica que não houve variação.

¹ Esta caixa foi elaborada por Sergii Meleshchuk.

² As estimativas das tarifas para o final de fevereiro de 2026 incluem tarifas impostas mediante o recurso a leis de comércio internacional alternativas, a fim de contornar a decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos.

Caixa 1.1, continuação

Os modelos de equilíbrio geral aplicados ao comércio proporcionam uma avaliação mais detalhada e, em muitos casos, mais favorável.³ Cerca de um quinto dos países da região poderá assistir a um aumento do PIB, uma vez que os países concorrentes nas exportações para os Estados Unidos, nomeadamente na Ásia e na América Latina, enfrentam aumentos mais elevados das tarifas. A reorientação das exportações para outros mercados e a redução dos custos de importação, causada pelo excesso de capacidade dos principais fornecedores dos Estados Unidos, compensarão ainda mais as perdas diretas sofridas pelos países da região. Estes resultados devem ser interpretados com cautela, porque a análise não tem em conta os efeitos resultantes do aumento da incerteza comercial nem as repercussões macroeconómicas mundiais mais amplas.

³ Os resultados do equilíbrio geral baseiam-se em modelos que abrangem vários países e setores (Caliendo e Parro 2015; Rotunno e Ruta 2025). Ao contrário dos modelos de equilíbrio parcial, os modelos de equilíbrio geral permitem que o consumo e a produção reajam às tarifas, o que afeta as redes mundiais de produção e comércio.

Caixa 1.2. Colocar a inteligência artificial ao serviço do desenvolvimento: uma necessidade estratégica¹

O grau de preparação para a adoção da inteligência artificial (IA) na África Subsariana é desigual e, em média, inferior ao de muitas outras economias de mercados emergentes, refletindo lacunas em termos de infraestruturas, competências e capacidade de governação. Apesar disso, a adoção da IA está a avançar através de aplicações práticas e orientadas para a resolução de problemas em setores-chave, o que deverá permitir aumentar a produtividade e melhorar a prestação de serviços. Além disso, a falta de preparação não implica necessariamente uma falta de capacidade. Uma agenda ambiciosa de reformas pode abrir caminho a uma utilização mais ampla da IA, promovendo o crescimento económico e o aumento da produtividade a médio prazo.

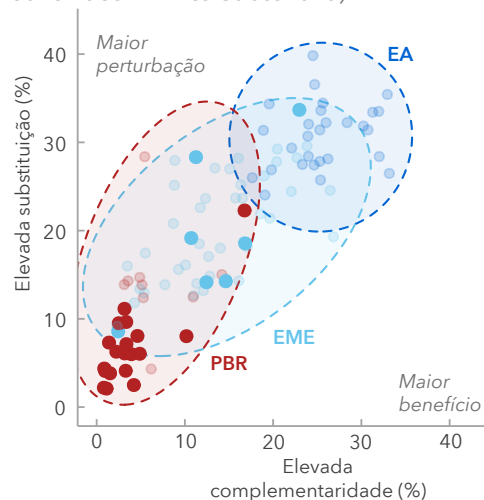
A IA pode aumentar a eficiência em setores cujo crescimento tem sido limitado, desde a agricultura até aos serviços públicos, ao reforçar as capacidades dos trabalhadores, melhorar a tomada de decisões e reduzir os custos de transação. Na administração pública, a análise de dados baseada em IA pode igualmente reforçar o cumprimento das normas tributárias e aduaneiras, melhorar a identificação de riscos e contribuir para uma prestação mais eficaz da assistência social. No setor financeiro, os dados alternativos e a melhoria da deteção de fraudes podem ajudar a alargar o acesso ao crédito e a aprofundar a inclusão financeira, desde que sejam sustentados por salvaguardas sólidas.

A estrutura económica da região determinará a rapidez com que os ganhos se generalizarão. Muitas ferramentas de IA melhoram principalmente as tarefas cognitivas e de processamento de informação. No entanto, o emprego continua concentrado em setores como a agricultura, que aparentam ser menos afetados segundo as métricas padrão (Figura 1.2.1). Para que os dividendos da IA possam beneficiar toda a economia, será necessário que a tecnologia se difunda para além dos primeiros utilizadores e que sejam realizados investimentos complementares em áreas como a energia, o desenvolvimento de competências, a conectividade e as capacidades das empresas. Ao mesmo tempo, os dados preliminares apontam para a possibilidade de uma adoção mais rápida em setores-chave onde as medidas de referência indicam uma menor exposição à IA:

- **Agricultura.** Os serviços de consultoria impulsionados pela IA permitiram aumentar os rendimentos agrícolas ao colmatar lacunas de conhecimento na gestão das culturas, no controlo de pragas e na resiliência climática (Côte d'Ivoire, Quênia, Mali, Nigéria e Ruanda).

Figura 1.2.1 Exposição da força de trabalho à inteligência artificial, 2024

(em percentagem do emprego, pontos preenchidos = África Subsariana)



Nota: As classificações baseiam-se no trabalho de Cazzaniga et al. (2024) e distinguem profissões que são: altamente expostas e suscetíveis de serem complementadas pela IA (Elevada complementaridade); altamente expostas e suscetíveis de serem substituídas pela IA (Elevada substituição); e apenas ligeiramente expostas em geral. A parte com baixa exposição foi omitida do gráfico (sendo determinada pelas outras duas categorias). AE = economias avançadas; EM = mercados emergentes; PIB = Países de baixo rendimento.

¹ Esta caixa foi elaborada por Andrew Tiffin com base no trabalho de Schindler et al. (em processo de publicação).

Caixa 1.2, continuação

- **Saúde.** As ferramentas de IA utilizadas para a tomada de decisões têm permitido reduzir os erros de diagnóstico e tratamento, sugerindo potenciais melhorias na qualidade dos cuidados de saúde prestados em locais onde a capacidade clínica é limitada (Quênia).
- **Educação.** Os projetos-piloto de tutoria baseados em IA registaram ganhos de aprendizagem equivalentes a 1,5 a 2 anos de ensino convencional, o que sugere que a execução de intervenções direcionadas e escaláveis pode produzir benefícios consideráveis (Nigéria).

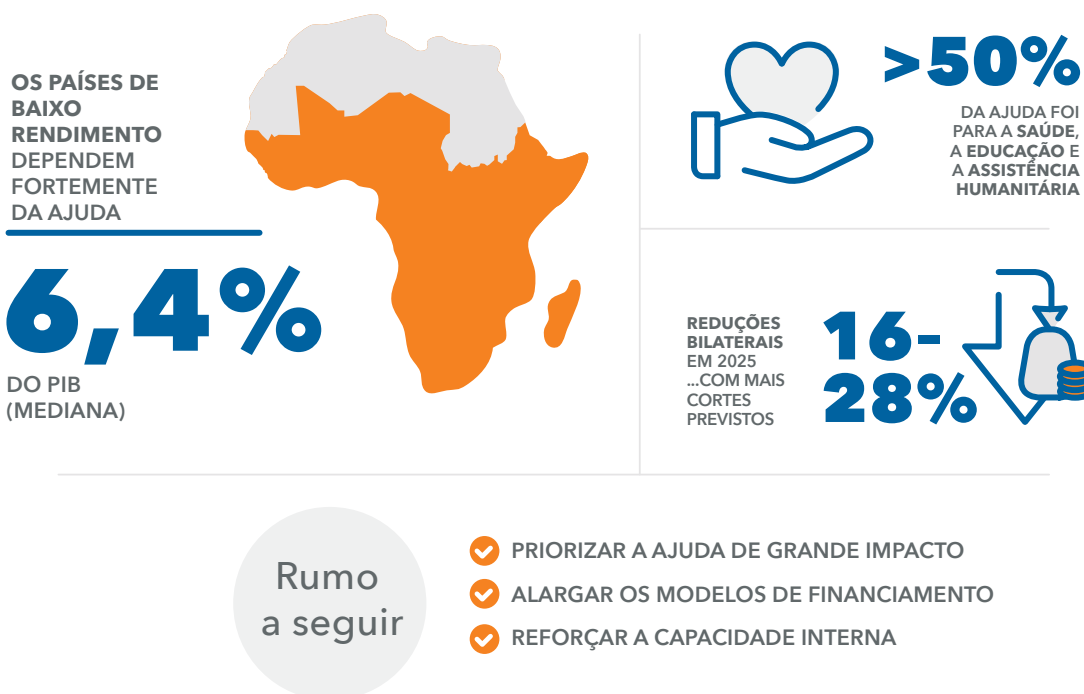
Referências

- Andrle, Michal, Patrick Blagrove, Pedro Espailat, Keiko Honjo, Benjamin L Hunt, Mika Kortelainen, René Lalonde, Douglas Laxton, Eleonara Mavroeidi, Dirk V Muir, Susanna Mursula, and Stephen Snudden. 2015. "The Flexible System of Global Models – FSGM." 2015. IMF Working Paper 2015/64. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Caliendo, Lorenzo, and Fernando Parro. 2015. "Estimates of the Trade and Welfare Effects of NAFTA." *The Review of Economic Studies* 82(1): 1–44
- Cazzaniga, Mauro, Florence Jaumotte, Longji Li, Giovanni Melina, Augustus J. Panton, Carlo Pizzinelli, Emma J. Rockall, and Marina Mendes Tavares. 2024. "Gen-AI: Artificial Intelligence and the Future of Work." IMF Staff Discussion Note 2024/001. International Monetary Fund, Washington, DC.
- ElGanainy, Asmaa, Shushanik Hakobyan, Fei Liu, and others. 2023. "Trade Integration in Africa: Unleashing the Continent's Potential in a Changing World." IMF Departmental Paper 2023/003, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Eyraud, Luc, William Gbohoui, and Paulo A Medas. 2023. "A New Fiscal Framework for Resource-Rich Countries." IMF Working Paper 2023/230. International Monetary Fund, Washington, DC.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2025. "The State of Food Security and Nutrition in the World 2025–Addressing High Food Price Inflation for Food Security and Nutrition." Rome.
- Headey, Derek, and Marie Ruel. 2023. "Food Inflation and Child Undernutrition in Low- and Middle-income Countries." *Nature Communications* 14:1 5761.
- International Monetary Fund (IMF). 2012. "Macroeconomic Policy Frameworks for Resource Rich Developing Countries." IMF Policy Paper. International Monetary Fund, Washington, DC.
<https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2012/082412.pdf>.
- International Monetary Fund (IMF). 2022. "The Role of Foreign Exchange Intervention in Sub-Saharan Africa's Policy Toolkit." Analytical Note in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. Washington, DC, April.
<https://www.imf.org/-/media/files/publications/reo/afr/2022/april/english/analyticalnote.pdf>
- International Monetary Fund (IMF). 2025. "Spending Smarter: How Efficient and Well-Allocated Public Spending Can Boost Economic Growth." *Fiscal Monitor*, International Monetary Fund, Washington, DC, October.
- Lopez Murphy, Pablo, Can Sever, Felix Simione, and Qianqian Zhang. 2026. "Budget Credibility in Sub-Saharan Africa." IMF Departmental Paper 2026/006. International Monetary Fund, Washington, DC.
<https://doi.org/10.5089/9798229036948.087>
- Montagnat-Rentier, Gilles, Brian Brimble, Georges Dudouyt, and José García Sanjinés. 2025. "How to Modernize Customs Procedures to Successfully Implement the African Continental Free Trade Area." IMF How to Note 2025/002. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Nguyen, Huy, and Celine Thévenot. Forthcoming. "Pumps and Plates. Passthrough of International Fuel and Food Price Shocks to Domestic Markets". IMF Working Paper.
- Rotunno, Lorenzo, and Michele Ruta. 2025. "Trade Partners' Responses to US Tariffs". IMF Working Paper 2025/147. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Schindler, Martin, Andrew Tiffin, Kamil Dybczak, Marwa Ibrahim, Youssouf Kiendrebeogo, Jacinta Shirakawa, Nikola Spatafora, and Solo Zerbo. Forthcoming. "Artificial Intelligence and Development in Sub-Saharan Africa: A Narrow Window." IMF Departmental Paper. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Schneider, Todd, Sandhya Rajyam Garimella, Li Liu, Simon Naitram, Can Sever, Felix F. Simione, Irena Jankulov Suljagic, and Qianqian Zhang. 2025. "Tax Expenditures in Sub-Saharan Africa." IMF Departmental Paper 2025/006. International Monetary Fund, Washington, DC.

2. Cortes na ajuda à África Subsaariana: Desta vez é diferente

A África Subsaariana é a maior beneficiária de ajuda no mundo, sendo que a ajuda pública ao desenvolvimento desempenha um papel macrofinanceiro fundamental. Os fluxos de ajuda têm variado ao longo do tempo, mas os cortes drásticos iniciados em 2025 destacam-se pela sua escala, natureza e amplitude, afetando mais duramente os países de baixo rendimento e os Estados frágeis e afetados por conflitos. A contração observada em 2025 foi impulsionada pelos doadores, é exógena às condições dos beneficiários e abrange vários parceiros de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os tradicionais amortecedores de choques, como as organizações multilaterais e as organizações não governamentais, encontram-se significativamente reduzidos em comparação com períodos anteriores de abrandamento económico. Acresce que, após seis anos de choques sucessivos, a margem de manobra orçamental interna encontra-se substancialmente reduzida, o que limita a capacidade de resposta. O impacto macroeconómico dependerá, em última análise, da exposição e das margens preexistentes de cada país, bem como das políticas que serão implementadas para responder a esses desafios. Face a esta nova conjuntura, será necessária uma resposta coordenada dos parceiros de desenvolvimento e das autoridades, que abranja três prioridades: salvaguardar e priorizar a ajuda com elevado impacto, reforçando ao mesmo tempo a coordenação; alargar o conjunto de instrumentos de financiamento do desenvolvimento – incluindo um aumento progressivo do financiamento misto; e aprofundar as capacidades nacionais e regionais para elaborar políticas, mobilizar recursos e prestar serviços.

Cortes **generalizados**, escolhas **difíceis**



O presente capítulo da edição de abril de 2026 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsaariana* foi elaborado por uma equipa do FMI composta por Chie Aoyagi, Athene Laws (chefe de equipa), Maurizio Leonardi e Hamza Mighri, sob a orientação de António David e Amadou Sy.

Um choque sem igual

Na região subsariana, fortemente dependente da ajuda externa, a contração que teve início em 2025 – com uma redução estimada entre 16 e 28% na ajuda bilateral – distingue-se claramente de episódios anteriores de redução da ajuda: é mais profunda, ocorre de forma mais sincronizada entre os países e é sobretudo impulsionada pelos doadores, em vez de resultar de acontecimentos do lado dos beneficiários. Ao mesmo tempo, muitos dos tradicionais amortecedores de choques, como os parceiros multilaterais de desenvolvimento e as organizações não governamentais (ONG), enfrentam também cortes nos seus próprios orçamentos, enquanto anos de choques sucessivos deixaram os países da África Subsariana com uma margem de manobra orçamental muito limitada para responder de forma autónoma. Os países de baixo rendimento e os Estados frágeis e afetados por conflitos são os mais expostos e, no entanto, são os que enfrentam as restrições mais severas na sua capacidade de resposta. O efeito dos cortes agrava-se devido ao papel fundamental que a ajuda desempenhava nos orçamentos, nos fluxos financeiros e na prestação de serviços antes de 2025.

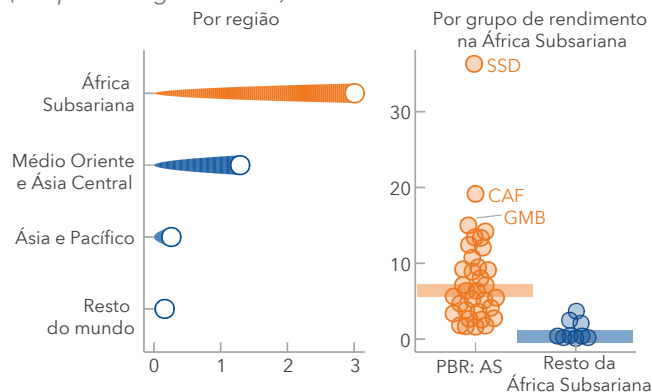
A ajuda tem sido um recurso fundamental para muitos

A África Subsariana depende mais de ajuda do que qualquer outra região do mundo. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) representou quase 3% do PIB da região em 2024 – mais do dobro da percentagem da região do Médio Oriente e Ásia Central, a segunda região mais dependente (Figura 2.1).¹ No entanto, a ajuda não é distribuída uniformemente pela região, sendo canalizada com maior intensidade para os países mais vulneráveis: enquanto percentagem do PIB, os países de baixo rendimento (6,4%) e os Estados frágeis e afetados por conflitos (6,0%) recebem substancialmente mais ajuda do que as economias de mercados emergentes (0,4%). Nos casos mais extremos, como o Sudão do Sul, a ajuda representa 36% do PIB e financia sobretudo necessidades humanitárias, incluindo as decorrentes do conflito no Sudão, país vizinho.

Face às elevadas necessidades de desenvolvimento e aos recursos internos extremamente limitados, a ajuda tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento. Mais de metade da ajuda concedida à região é canalizada para os setores da saúde, da educação e da assistência humanitária básica (Figura 2.2). A maior parte da ajuda remanescente financia infraestruturas e outros investimentos produtivos, incluindo estradas, projetos energéticos e o desenvolvimento do setor privado. Apenas 19% da ajuda é concedida através de apoio orçamental, sendo a grande maioria prestada sob a forma de apoio extraorçamental, muitas vezes implementado por ONG locais e internacionais. Consequentemente, a ajuda não só proporciona financiamento, mas também sistemas de prestação, capacidades e estruturas institucionais para uma grande parte dos serviços sociais.

Figura 2.1. Dependência da África Subsariana em relação à ajuda pública ao desenvolvimento, 2024

(Em percentagem do PIB)



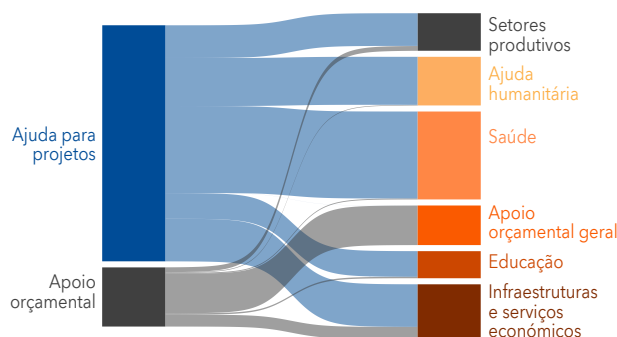
Fontes: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, Quadro 2A; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: AS = África Subsariana; CAF = República Centro-Africana; GMB = Gâmbia; PBR = países de baixo rendimento; SSD = Sudão do Sul.

¹ A ajuda pública ao desenvolvimento é composta por donativos e empréstimos em condições concessionais provenientes de fontes oficiais, destinados a apoiar o desenvolvimento nos países mais pobres (definição da OCDE). A APD é concedida por doadores bilaterais (governos específicos e respetivas agências) e por instituições multilaterais, como organizações internacionais e bancos de desenvolvimento. A APD inclui donativos (transferências sem obrigação de reembolso) e empréstimos em condições concessionais (reembolsados em condições mais favoráveis do que as de mercado, normalmente com taxas de juro baixas e prazos de vencimento longos) – apenas a parte do empréstimo que é concessional e equivalente a um donativo é contabilizada como APD.

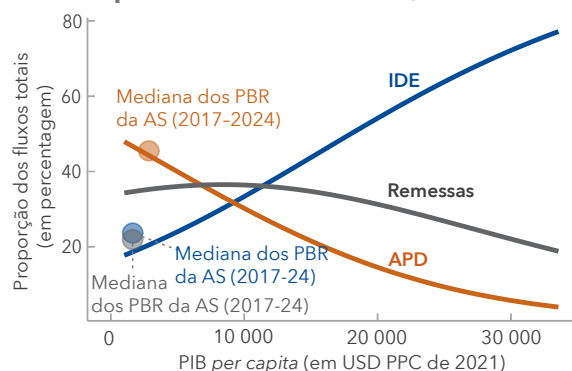
Figura 2.2. Distribuição setorial da ajuda pública ao desenvolvimento, 2024

(Por modalidade e setor)



Fontes: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Sistema de Comunicação de Dados sobre Crédito; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 2.3. Composição do financiamento externo por nível de rendimento, 2010-2024



Fontes: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, Quadro 2A; Banco Mundial; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: as estimativas são derivadas de uma regressão de Dirichlet agrupada efetuada com base nas médias do período (2010-2016, 2017-2024). As linhas indicam a composição prevista do financiamento externo em função do PIB per capita (em USD PPC de 2021). APD = ajuda pública ao desenvolvimento; AS = África Subsaariana; IDE = investimento direto estrangeiro; PBR = países de baixo rendimento; PPC = paridades de poder de compra.

A ajuda também funcionou como uma fonte significativa de financiamento externo, com implicações macroeconómicas importantes (Figura 2.3). A ajuda tende a atuar como um fator estabilizador durante ciclos de abrandamento económico nos países de baixo rendimento (Lastauskas e Shang, em processo de publicação). Ao longo do ciclo, a ajuda continua a ser um fluxo importante de entrada de fundos – de uma dimensão superior à do investimento direto estrangeiro (IDE) a nível regional, sendo este fenómeno ainda mais expressivo nos países de baixo rendimento. À medida que os países se tornam mais ricos, o nível de ajuda baixa e o IDE assume maior importância. A ajuda tem também uma dimensão semelhante à das remessas dos migrantes que, normalmente, são direcionadas em maior medida para os países de baixo rendimento e os Estados frágeis e afetados por conflitos, gerando efeitos comprovados de redução da pobreza a nível das famílias (Maimbo e Rath, 2005).

Nos últimos quinze anos, verificou-se uma mudança nos fluxos para empréstimos multilaterais e empréstimos em condições concessionais

Os fluxos de ajuda respondem a uma combinação de aumentos expressivos durante crises, contrações após as mesmas e mudanças estruturais nas prioridades dos doadores. Embora a maioria dos setores tenha registado crescimento ao longo do período analisado, esse progresso foi caracterizado por flutuações irregulares, com subidas acentuadas durante situações de emergência, como a ajuda pública ao desenvolvimento destinada ao setor da saúde durante a crise causada pelo ébola e a assistência humanitária prestada durante o conflito no Sudão, enquanto a ajuda relacionada com a dívida registou uma tendência de redução a longo prazo. Em 2020, a pandemia foi um ponto de viragem, com aumentos sem precedentes na maioria dos setores e países, impulsionados por financiamento de emergência e apoio macroeconómico de grande escala. O financiamento concedido à região concentrou-se nos canais multilaterais, tendo o FMI representado mais de metade do aumento da APD.² No início de 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia absorveu uma parte substancial dos recursos de APD mundiais e, a par com o aumento das despesas em defesa, levou a uma transformação das prioridades dos doadores (FMI, *World Economic Outlook* de abril de 2026, Capítulo 2).

² A parte dos empréstimos concedidos em condições concessionais, incluindo os empréstimos concessionais do FMI, é classificada como APD, nos termos das definições da OCDE.

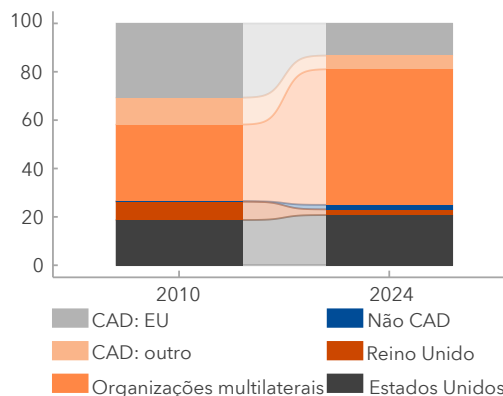
Com o passar do tempo, as restrições orçamentais, a maior ênfase colocada no envolvimento dos mutuários e a disciplina exigida em termos de políticas, bem como a evolução dos beneficiários para uma situação de país de rendimento médio, **fizeram com que as modalidades de ajuda evoluíssem de donativos para empréstimos em condições concessionais**. Em 2010, os donativos representaram 97% da ajuda pública ao desenvolvimento, mas em 2024, essa percentagem tinha baixado para 68%, ao passo que os empréstimos em condições concessionais aumentaram de 3% para 32% no mesmo período.

As fontes da ajuda também evoluíram (Figura 2.4). Embora os doadores tradicionais (membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento [CAD], como os Estados Unidos, o Reino Unido e países europeus) tenham, historicamente, fornecido a maioria da ajuda, a sua proporção baixou de 68% em 2010 para 42% em 2024. Por outro lado, **as agências multilaterais são atualmente responsáveis pela maioria dos fluxos de ajuda**. Este crescente recurso aos canais multilaterais reflete um maior apoio a respostas coordenadas e conjuntas a desafios que assumem, progressivamente, uma dimensão mundial e transfronteiriça.

A região assistiu igualmente a uma **diversificação gradual das fontes de financiamento, passando a incluir doadores não tradicionais**. Segundo os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), os contributos de países não membros do CAD aumentaram de um montante irrisório em 2010 para 1,06 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, ou 1,9% do total da ajuda, em 2024, embora este valor não contabilize a totalidade dos fluxos reais de ajuda, devido a limitações na comunicação de dados.³ Os doadores não pertencentes ao CAD mais relevantes são os Estados do Golfo e a China.⁴ Os Emirados Árabes Unidos, por si só, foram responsáveis por 72% dos fluxos fora do CAD captados nos dados da OCDE. Para captar fluxos adicionais não contemplados nas estatísticas padrão de APD, existem fontes alternativas que são informativas. Segundo a AidData (2025), a ajuda concedida pela China à África Subsariana sob a forma de donativos atingiu um nível máximo de 1,2 mil milhões de dólares em 2018, baixando em seguida para 633 milhões em 2022. Os donativos da China destinam-se predominantemente aos países de baixo rendimento da região e concentram-se na saúde, na educação e nos setores público e da sociedade civil. A APD adicional, prestada sob a forma de empréstimos em condições concessionais, dirige-se sobretudo à energia, transportes, comunicações e outros setores de infraestruturas em mercados emergentes e também atingiu o seu nível máximo em 2018. Estas tendências na ajuda pública ao desenvolvimento refletem, em grande medida, a recente redução dos fluxos financeiros entre China e África, com o volume global de empréstimos concedidos pela China à África a atingir montantes líquidos negativos, uma vez que os reembolsos excedem atualmente os novos empréstimos (base de dados dos empréstimos da China à África, 2025; *World Economic Outlook* de abril de 2026).

Figura 2.4. Distribuição da ajuda pública ao desenvolvimento por doador

(Em percentagem, proporção do total da APD)



Fontes: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, Quadro 2A; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: CAD = Comité de Ajuda ao Desenvolvimento; UE = União Europeia; APD = Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

³ Esta diversificação dos doadores ocorre também nos instrumentos de financiamento multilaterais, verificando-se que os doadores não tradicionais estão a financiar cada vez mais o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento, bem como a Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade, do FMI.

⁴ A China e os Estados do Golfo desempenham um papel ainda mais preponderante nos fluxos de financiamento do desenvolvimento – não englobados pela APD – com destino à África Subsariana (Selassie, Hume e Schipke 2025). A opacidade pode também ser um problema na concessão de empréstimos não englobados pela APD, uma vez que muitas transações de financiamento não são incluídas nas estatísticas padrão da dívida (Horn et al. 2023, 2024).

O ano de 2025 registou uma queda acentuada, especialmente nos países vulneráveis

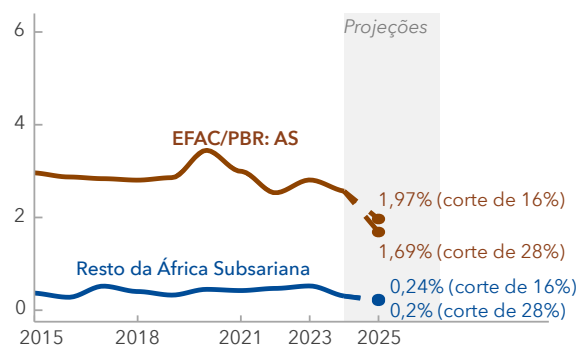
Embora os níveis de ajuda tenham baixado gradualmente nos anos seguintes à pandemia de COVID-19, o encerramento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a redução substancial dos orçamentos dos EUA para o desenvolvimento, divulgada em janeiro de 2025, e o anúncio de cortes ao financiamento de outros doadores importantes, incluindo a Alemanha, a França e o Reino Unido, representaram uma transformação radical.⁵ Segundo um inquérito aos doadores realizado pela OCDE, os orçamentos de ajuda bilateral destinados à África poderão ter diminuído entre 16% e 28% em 2025 face a 2024 (Figura 2.5) – o que corresponde a uma potencial redução de 4 a 7 mil milhões de dólares. Este intervalo é largamente corroborado por outras estimativas publicadas. Em termos de valores em dólares, as maiores perdas poderão ser as que afetam a Etiópia, a Nigéria e a República Democrática do Congo (entre 240 e 780 milhões de dólares cada). Os países mais pequenos e os Estados frágeis e afetados por conflitos recebem mais ajuda, em percentagem do PIB e da receita pública, pelo que o impacto poderá ser ainda mais acentuado: a República Centro-Africana e o Sudão do Sul poderão perder ajuda de montante superior ao equivalente a 10% da receita pública, sendo a ajuda humanitária o setor mais afetado.

Alguns países e setores poderão sofrer cortes maiores ou menores do que o estimado pela OCDE. A ajuda humanitária tem sido particularmente afetada. As estimativas iniciais sugerem que os fluxos de ajuda humanitária para a África Subsaariana sofreram uma redução de 42% em 2025, em comparação com os níveis de 2024 (Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas: Serviço de Monitorização Financeira [UNOCHA FTS]). O Chade, o país que mais refugiados recebe em África *per capita*, poderá deparar-se no próximo ano com uma redução para metade da ajuda que recebe, o que poderá prejudicar gravemente a ajuda humanitária essencial tanto para os campos de refugiados presentes no país como para a própria população (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR]). Já outros países ficarão numa situação muito mais favorável. Por exemplo, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe não antecipam grandes reduções da ajuda porque os seus principais doadores irão manter o financiamento.⁶

É provável que estes cortes de 2025 na ajuda bilateral representem apenas a primeira onda. A maioria dos doadores bilaterais planeia a ajuda segundo ciclos plurianuais, pelo que ocorrerão novas reduções quando tiverem início os novos períodos de programação.⁷ Além disso, muitas entidades multilaterais, que funcionam

Figura 2.5. Ajuda pública bilateral ao desenvolvimento por nível de rendimento e de fragilidade, 2015-2025

(Em percentagem do PIB, mediana)



Fontes: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, Quadro 2A; FMI, base de dados do World Economic Outlook; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: as projeções de 2025 pressupõem uma redução de 16% a 28% dos níveis de APD bilateral de 2024, em relação ao PIB de 2025. APD = ajuda pública ao desenvolvimento; AS = África Subsaariana; EFAC = Estados frágeis e afetados por conflitos; PBR = países de baixo rendimento.

⁵ As políticas continuam a evoluir: por exemplo, em dezembro de 2025, os Estados Unidos assinaram vários acordos de reforço dos sistemas de saúde com diversos países da África Subsaariana, incluindo o Lesoto, o Quênia e o Uganda (Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2025a, 2025b). Além disso, nem todos os países estão a reduzir a ajuda: a Espanha, a Itália, o Japão e certos doadores nórdicos estão a manter a APD ou a aumentar os orçamentos da ajuda, embora os volumes não compensem os cortes (Donor Trackers 2026). De modo geral, a ajuda tem vindo a diminuir a nível mundial.

⁶ Os principais doadores de Cabo Verde são Portugal e Luxemburgo, que disponibilizam volumes de ajuda globalmente semelhantes. O maior doador de São Tomé e Príncipe é o Banco Mundial.

⁷ Por exemplo, é provável que os maiores cortes aos orçamentos da ajuda do Reino Unido se façam sentir em 2026-2027, os Países Baixos estão a planear grandes cortes para 2027 e a Suécia planeia efetuar cortes entre 2026 e 2028.

tradicionalmente como amortecedores de choques na região, estão a enfrentar cortes drásticos aos seus próprios orçamentos devido à redução das contribuições de doadores bilaterais. Por exemplo, o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) projetam para os próximos anos uma redução do seu financiamento na ordem dos 34%, 27% e 39%, respetivamente, em comparação com os valores de 2023-2024. Segundo uma estimativa do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários (UNOCHA), com os recursos disponíveis em 2026, só é possível chegar a menos de metade das pessoas que necessitam de assistência humanitária. Estima-se que três milhões de crianças na África Subsariana poderão ser obrigadas a abandonar a escola até 2026 e que 75 milhões de crianças em todo o mundo perderão o acesso a vacinações de rotina nos próximos cinco anos (UNICEF; Aliança Global para Vacinas e Imunização).

Embora continue a haver muita incerteza, causada em parte por mudanças rápidas nas decisões políticas dos doadores, a trajetória é inequívoca: reduções significativas e generalizadas das dotações de ajuda para toda a região. Além disso, **os países mais afetados pelos cortes tendem a ser aqueles que já se deparam com várias fontes de vulnerabilidade**, como conflitos, insurgência, elevadas taxas de pobreza e instabilidade política. Em termos de distribuição, as populações mais vulneráveis dentro destes países vulneráveis serão as que sofrerão os piores efeitos.

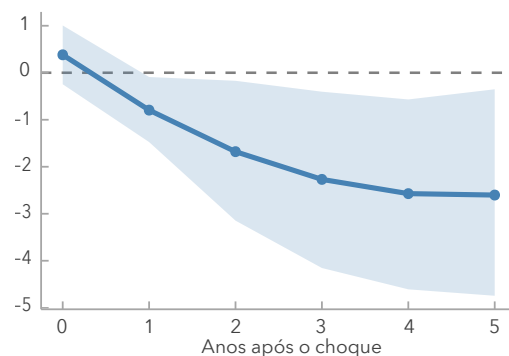
Os países da região já sofreram cortes avultados no passado...

Uma análise estatística de “aumentos expressivos” e “colapsos” dos níveis de ajuda pública ao desenvolvimento revela que, desde 1960, se registaram 149 episódios⁸ na África Subsariana, dos quais cerca de 55% foram classificados como reduções drásticas. A redução média da ajuda foi de cerca de 40%, mas limitava-se normalmente a países específicos. Utilizando métodos de projeção local, os efeitos estimados do colapso da ajuda nas variáveis macroeconómicas indicam **uma deterioração acentuada dos saldos orçamentais**. Esta dinâmica vai além de uma perda puramente mecânica de donativos: o saldo orçamental (excluindo os donativos) vai-se degradando continuamente ao longo do tempo, apresentando, em média, uma redução de 2,6% do PIB após cinco anos (Figura 2.6). Uma análise detalhada dos canais indica que a deterioração se deveu sobretudo a uma redução das receitas não provenientes de donativos, combinada com a ausência de corte significativos nas despesas: os compromissos de despesa mantiveram-se mesmo após os cortes na ajuda e a redução das receitas. Os impactos no crescimento e no saldo externo foram menos homogéneos entre episódios.

No entanto, a análise estatística não é capaz de identificar as causas subjacentes dos choques na ajuda. As reduções na ajuda podem advir de fatores internos positivos, como o facto de um país registar um crescimento suficiente para deixar de ser elegível para ajuda, ou negativos, como golpes de Estado. Outras reduções refletem a conclusão de projetos pontuais de grande envergadura e outras ainda advêm de fatores externos, incluindo alterações aos orçamentos dos doadores. Um exemplo notório é a conclusão de iniciativas de reestruturação da dívida na década de 1990: uma vez que o alívio da dívida foi classificado como ajuda, a APD medida sofreu uma

Figura 2.6. Reação do saldo orçamental a um choque na ajuda pública ao desenvolvimento

(Em pontos percentuais do PIB, excluindo donativos)



Fonte: cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a resposta ao impulso baseia-se em projeções locais de Jordà (2005) e é alisada em todos os horizontes, para reduzir o ruído causado pela amostragem finita; as zonas sombreadas indicam intervalos de confiança de 95% em relação às estimativas originais.

⁸ Os episódios são identificados através da deteção de quebras estruturais nos dados das séries temporais referentes aos fluxos de APD (segundo Combes, Ouedraogo e Tapsoba 2016).

queda mecânica após a conclusão das reestruturações, embora os países tenham saído desse processo com uma posição da dívida mais forte, conforme pretendido. É, portanto, evidente que **a natureza da redução faz uma diferença no impacto macroeconómico**.

Uma análise narrativa dos documentos do FMI e do Banco Mundial sobre os países⁹ destaca vários fatores impulsionadores de choques anteriores na ajuda. Ocorreram reduções substanciais à medida que o nível de prosperidade dos países foi aumentando (por exemplo, a redução de mais de 50% em Angola, em meados da década de 2000, e a queda acentuada na Guiné Equatorial entre 2010 e 2012, associada ao aumento das exportações de petróleo), bem como devido a fatores internos (nomeadamente a redução observada na Eritreia em 2006, após a melhoria da situação humanitária e uma decisão política de limitar a ajuda). Outras reduções refletem a conclusão de importantes projetos de infraestruturas (por exemplo, a redução acentuada registada, em 2018, em Cabo Verde). Nos casos referidos em primeiro lugar, a evolução económica favorável compensou os efeitos macroeconómicos da redução da ajuda e, nos casos referidos em segundo lugar, a previsibilidade e os projetos concluídos atenuaram o impacto. **A maioria dos países adaptou-se combinando a mobilização de receitas, o reforço da gestão das finanças públicas e a redefinição das prioridades da despesa.**

...mas este choque é diferente

O atual choque tem várias características únicas e impactantes, que se destacam:

- Em primeiro lugar, **a escala e magnitude dos cortes são significativas**. Uma grande maioria dos parceiros de desenvolvimento tradicionais está a cortar o financiamento ou a definir novas prioridades para o mesmo, em reação à mudança das suas prioridades geopolíticas e das necessidades de despesa a nível interno. Quase todos os países beneficiários na região são afetados. Embora determinados países já tenham anteriormente sofrido cortes na ajuda de dimensão semelhante, estes cortes limitaram-se, normalmente, ao país em causa e foram efetuados em resposta a condições específicas do país beneficiário.
- Em segundo lugar, **a velocidade, simultaneidade e carácter inesperado** dos cortes são notórios: em muitos casos, os fundos foram suspensos a meio dos projetos, com muito pouco aviso prévio, o que deixou muito pouco tempo para que os respetivos governos ou os parceiros de execução se adaptassem.
- Em terceiro lugar, **os níveis de incerteza são extremamente elevados**: as autoridades deparam-se com uma grave falta de informação quanto à amplitude dos cortes, aos prazos em que serão aplicados e aos impactos específicos que terão nos programas.
- Por último, **as fontes de apoio alternativas são limitadas**. Muitas agências da ONU e outras organizações multilaterais – que, historicamente, têm servido de contrapeso estabilizante – enfrentam elas próprias cortes nos seus orçamentos e uma redução das suas operações, o que limita a sua capacidade de compensar cortes na ajuda bilateral. As ONG também desempenham um papel ativo na ajuda, mas não têm escala suficiente para compensar as perdas dos orçamentos bilaterais ou multilaterais.

Por conseguinte, não é possível apoiar-se demasiado no passado para prever o impacto do choque atual.

O impacto macroeconómico será mais severo para as populações mais vulneráveis da região...

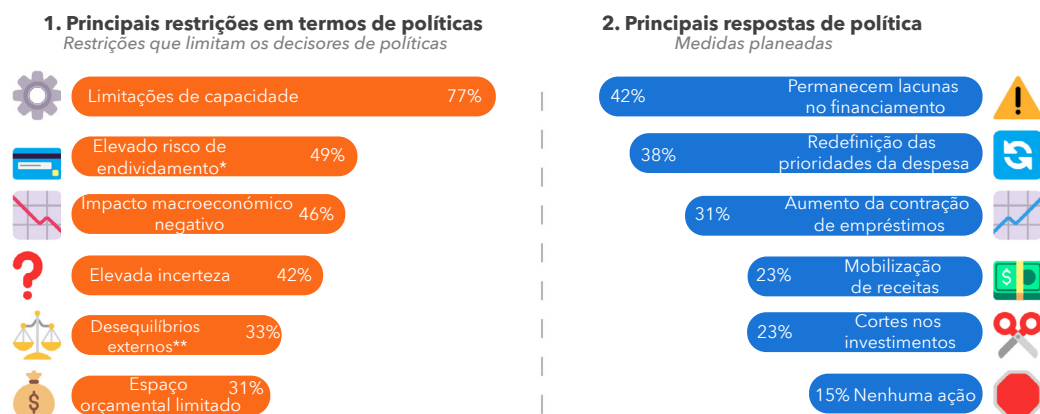
Embora muitos países da África Subsaariana recebam relativamente pouca ajuda e sejam pouco afetados pelos cortes, o choque será significativo para um número considerável de países. Trata-se, sobretudo, de países de baixo rendimento e de Estados frágeis e afetados por conflitos – precisamente aqueles com menor capacidade

⁹ Esses documentos incluem relatórios do FMI realizados ao abrigo do Artigo IV e relatórios de avaliação de programas publicamente disponíveis; assim como análises da despesa pública e diagnósticos sistemáticos de país realizados pelo Banco Mundial.

para lidar com a situação. Dos 15 países da região que mais dependem da ajuda pública ao desenvolvimento, 73% apresentam atualmente um risco elevado de endividamento ou encontram-se em situação de sobre-endividamento, o que indica uma sobreposição preocupante entre a dependência da ajuda e a vulnerabilidade orçamental. Os inquéritos realizados pelo FMI identificam as várias limitações com que as autoridades dos países se deparam, as implicações macroeconómicas previstas e as medidas a ser ponderadas para mitigar o choque (Figura 2.7).¹⁰

Uma grande maioria das equipas falou do **elevado nível de incerteza com que as autoridades se deparam**, especialmente no que toca aos programas extraorçamentais. A falta de clareza sobre a dimensão, calendarização e pormenores dos cortes complica drasticamente qualquer eventual resposta em matéria de formulação de políticas. Quase todas as equipas referiram que **as restrições das capacidades são incontornáveis**: quer se trate de limitações na recolha de informações sobre os programas afetados, na assunção de funções de prestação de serviços anteriormente desempenhados pelos parceiros de desenvolvimento ou na implementação de mecanismos de apoio social alternativos.

Figura 2.7. Principais problemas identificados pelas equipas do FMI especializadas nos países da região



Fontes: dados de inquéritos às equipas do FMI especializadas nos países da região; base de dados *World Economic Outlook* do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: os inquiridos podiam selecionar várias respostas.

* "Elevado risco de endividamento" reflete a proporção de países cuja situação de risco da dívida soberana é elevada ou que estão em sobre-endividamento, com base na análise de sustentabilidade da dívida efetuada pelo FMI;

** "Desequilíbrios externos" reflete a proporção de países da África Subsaariana cujas reservas, medidas em meses de importações, são inferiores a 3 meses ou cujo défice da conta corrente é superior a 10% do PIB, segundo a base de dados do *World Economic Outlook*.

...e dependerá crucialmente das escolhas em termos de políticas

Os países entraram nesta crise com diferentes níveis de reservas macroeconómicas e **as decisões tomadas em matéria de políticas influenciarão os efeitos macroeconómicos do choque**. Até ao momento, cerca de um em cada sete países **não tem planos formais para mitigar ou substituir a ajuda** perdida, deixando, na prática, que programas e serviços deixem de funcionar. Nestes casos, muitos dos quais envolvem sobretudo cortes na ajuda extraorçamental, os efeitos orçamentais a curto prazo poderão ser menos acentuados do que se os programas fossem integrados no orçamento. No entanto, os custos humanitários não mitigados deverão ser elevados, afetando com maior gravidade os membros mais vulneráveis da população. A longo prazo, a degradação de

¹⁰ Todos os países membros dispõem de uma equipa dedicada de economistas do FMI, que dialogam com as autoridades e parceiros de desenvolvimento, efetuam a supervisão macroeconómica e prestam aconselhamento sobre políticas. Alguns países têm também uma relação creditícia. Em novembro de 2025, foram enviados inquéritos sobre os cortes na ajuda às 45 equipas encarregadas dos países abrangidos pelo Departamento da África Subsaariana. Vinte e oito equipas prestaram informações pormenorizadas sobre os cortes, baseando-se num conjunto de dados sobre o país e em debates com as autoridades e as comunidades de doadores.

serviços básicos de educação e saúde arrisca-se a enfraquecer o capital humano e, consequentemente, os resultados futuros em termos de crescimento e desenvolvimento. Cortes continuados na ajuda podem igualmente pôr em risco as oportunidades económicas e a estabilidade interna, intensificando as pressões migratórias, agravando a fragilidade e enfraquecendo a coesão social nos países afetados.

Outros países planeiam cobrir pelo menos alguns dos programas de ajuda perdidos. Por exemplo, a Nigéria – que, em 2024, recebeu mais de 440 milhões de dólares em financiamento da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) destinado ao setor da saúde – aumentou em 200 milhões de dólares a sua despesa nacional em saúde (ODI 2026). Outros estão a encontrar novos doadores ou a celebrar novos acordos, por exemplo, acordos de reforço do sistema de saúde com os Estados Unidos. Quatro em cada dez países estão a planear uma **redefinição das prioridades da atual despesa**, reduzindo as dotações orçamentais de um domínio para financiar parte das insuficiências. Destes, quase dois terços planeiam reduções do investimento público. Embora esses cortes possam ser politicamente mais fáceis de efetuar do que reduções da despesa mais visíveis, em muitos casos, pesam muitas vezes no crescimento e no desenvolvimento a longo prazo. Entre os países com estimativas disponíveis, em média, **aproximadamente 30% dos cortes nos orçamentos de APD serão compensados por uma redefinição das prioridades da despesa, outros 30% são considerados como já não sendo necessários e os restantes 40% continuam, de momento, por financiar**. Estes valores estão globalmente em consonância com as respostas previstas aos cortes na ajuda noutras regiões (*Fiscal Monitor* de abril de 2026, Capítulo 1).

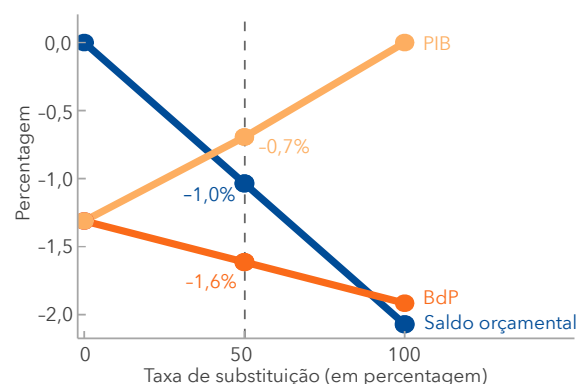
Além disso, um terço dos países – alguns dos quais também pertencem ao grupo de países que estão a redefinir as prioridades da despesa – planeia **aumentar a contração de empréstimos para compensar parcialmente a ajuda perdida**, o que, em certos casos, poderá provocar riscos de sustentabilidade da dívida. Muitos planeiam recorrer mais intensamente aos mercados de dívida interna, uma tendência crescente na região que, se for excessiva, poderá agravar os riscos de sustentabilidade da dívida e intensificar as vulnerabilidades associadas à relação entre os bancos e as entidades soberanas (Sy e Laws 2026; *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsaariana* de outubro de 2025).

Cerca de um quarto dos países – que incluem igualmente países contemplados noutros grupos – planeia colmatar algumas das insuficiências através da **mobilização de receitas internas**, que é desde há muito uma prioridade na região. Por exemplo, a Etiópia introduziu um imposto temporário aos trabalhadores dos setores público e privado, cuja receita será canalizada para um novo Fundo de Resposta ao Risco de Catástrofe (ODI 2026).

Simulações de equilíbrio parcial que pressupõem um corte de 25% na APD bilateral ilustram o facto de que **os efeitos macroeconómicos gerais dependem crucialmente das respostas de política** (Figura 2.8). A economia de mercado emergente média depende muito menos da ajuda e, por conseguinte, sofre apenas impactos macroeconómicos ténues em qualquer dos cenários. No entanto, o panorama é muito diferente nos países mais pobres. Se um país de baixo rendimento substituir metade da APD perdida por fundos do orçamento nacional, projeta-se que o défice orçamental aumente à razão de cerca de 1% do PIB, que o crescimento abrande cerca de 0,7 pontos percentuais e que o saldo da

Figura 2.8. Países de baixo rendimento da África Subsaariana: Impacto dos cortes na ajuda pública ao desenvolvimento

(Impacto médio)



Fontes: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico; base de dados do *World Economic Outlook* do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: pressupõe-se que a substituição por recursos internos requer 50% menos importações do que o financiamento de doadores. BdP = Balança de pagamentos.

balança de pagamentos se deteriore à razão de 1,6% do PIB. Por outro lado, se nenhum dos programas de ajuda fosse substituído, não geraria nenhuma deterioração direta da situação orçamental, mas o impacto no crescimento seria mais expressivo e as consequências humanitárias seriam significativamente piores.

A conjuntura orçamental já restritiva dificulta ainda mais os equilíbrios a alcançar entre diferentes políticas. Os cortes na ajuda são apenas o choque mais recente numa sequência de choques que se prolonga há seis anos (a pandemia mundial, a maior restritividade das condições financeiras mundiais, o aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia, as tensões geopolíticas e as tarifas), que elevaram os encargos da dívida e erodiram a margem orçamental em toda a região (*Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana* de abril de 2025). Consequentemente, um terço das equipas do FMI dedicadas aos países membros da região identificou **a limitada margem de manobra orçamental como uma restrição crítica**, que reduz significativamente as opções disponíveis às autoridades.¹¹ Infelizmente, continua a ser difícil dar resposta a este desafio: Abdel-Latif *et al.* (2026) assinalam que os esforços destinados a aumentar a margem orçamental resultam muitas vezes em maiores perdas de produto quando os fluxos de ajuda externa são reduzidos, uma vez que a perda deste financiamento esgota reservas importantes e mina a confiança dos agentes económicos.

Em suma, **os efeitos macroeconómicos resultantes dos cortes na ajuda serão mais intensos nos países de baixo rendimento e nos Estados frágeis e afetados por conflitos**. Nestes países, a elevada incerteza relativamente aos cortes, as limitações incontornáveis das capacidades, a margem orçamental limitada e os difíceis compromissos que devem ser assumidos em termos de políticas significam que as reduções irão gerar maiores obstáculos ao crescimento, uma degradação da situação humanitária e pressões orçamentais mais fortes do que os choques anteriores. Mesmo os países que têm reservas suficientes para compensar os cortes deparar-se-ão com uma deterioração da sua situação orçamental: não há vencedores.

Escolhas difíceis num mundo menos benigno

Num contexto em mudança, a comunidade internacional e os países beneficiários têm três prioridades:

- **A primeira prioridade é a própria política de ajuda pública ao desenvolvimento:** proteger, priorizar e coordenar a ajuda para maximizar o impacto. Apesar da competição pelos escassos recursos dos parceiros de desenvolvimento, há que defender veementemente a ajuda de elevado impacto que melhore mensuravelmente os resultados em termos de desenvolvimento. A ajuda deve ser canalizada para os locais onde terá o maior impacto e em que as alternativas são mais limitadas. É fundamental dar prioridade aos países de baixo rendimento e aos Estados frágeis e afetados por conflitos – onde os cortes têm as consequências mais graves – e garantir a assistência humanitária essencial.

É também fundamental haver coordenação a nível dos beneficiários, dos parceiros de desenvolvimento e instituições internacionais. A fragmentação, duplicação e incoerência dos processos reduzem o impacto e aumentam os custos. A evolução do panorama geopolítico poderá agravar a fragmentação, tornando-se ainda mais essencial que os países beneficiários estabeleçam mecanismos eficazes de coordenação. A República Democrática do Congo, por exemplo, tenciona reforçar o seu sistema nacional de comunicação de dados, a *Plateforme de Gestion de l'Aide et des Investissements* (PGAI), por forma a monitorizar e gerir a ajuda num ambiente cada vez mais complexo. A previsibilidade e o alinhamento com os planos de desenvolvimento nacional continuam a ser essenciais para gerir eficazmente a transição da ajuda.

¹¹ A mensagem relativa às limitações sentidas na formulação de políticas está em consonância com o conjunto de dados de Bedasso (2026) sobre as respostas anunciadas pelos governos africanos. Segundo estes dados, os países mais expostos a cortes na ajuda são também os que enfrentam maiores limitações orçamentais e de capacidade e são os que anunciam um menor número de medidas de mitigação.

- **A segunda prioridade é alargar o conjunto de instrumentos.** A ajuda poderá continuar a ser a principal fonte de financiamento para necessidades humanitárias e contextos frágeis, mas existem modelos alternativos que são viáveis para projetos com componentes de mercado. O financiamento misto – que utiliza fundos de desenvolvimento para reduzir o risco e atrair investimento privado através de garantias, seguros, cobertura das primeiras perdas e outros mecanismos – destaca-se como um dos poucos instrumentos de investimento escaláveis na atual conjuntura mundial marcada por limitações orçamentais (Nações Unidas 2025). Eyraud *et al.* (2021) estimam que a inclusão do setor privado poderá permitir a mobilização de financiamento adicional equivalente a cerca de 3% do PIB da região. Exemplos recentes incluem a obrigação indexada à sustentabilidade do Ruanda, de 2023, apoiada por uma conta de garantia bloqueada do Banco Mundial (Banco Mundial 2023) e uma iniciativa conjunta África-Europa que utiliza garantias para mobilizar capital privado para a energia e para empresas locais (Comissão Europeia 2026). Os investimentos em energia limpa e relacionados com o clima representam atualmente cerca de dois terços dos fluxos mundiais de financiamento misto (*Convergence Blended Finance* 2025).

No entanto, existem vários obstáculos ao aumento do financiamento misto. Os volumes mundiais de financiamento misto mantêm-se baixos em comparação com os da ajuda, e embora a África Subsaariana beneficie de quase metade das operações, a maioria destes fundos é dirigida aos mercados emergentes e não aos países de baixo rendimento (*Convergence Blended Finance* 2025). Os elevados custos de transação limitam a expansão em escala e, consequentemente, a escala reduzida contribui para a manutenção desses custos elevados. O incremento no número de transações pode contribuir para a harmonização dos processos, a produção de conhecimentos sobre melhores práticas, o desenvolvimento de um conjunto de projetos e a redução dos custos ao longo do tempo. Tal como na ajuda tradicional, a **fragmentação, a fraca coordenação e insuficiências na transparência** continuam a ser obstáculos importantes. Além disso, a **estabilidade macroeconómica, a qualidade da governação e a execução de reformas estruturais do ambiente empresarial** são essenciais para atrair capital privado de todos os tipos, incluindo o financiamento misto. Importa assinalar que o **financiamento misto não é uma panaceia**: embora possa aumentar os volumes de financiamento, é mais dispendioso do que donativos e pode agravar os encargos com o serviço da dívida.

- **A prioridade final consiste em aproveitar mais os recursos nacionais e regionais, reforçando ao mesmo tempo a capacidade dos países beneficiários de conceber políticas e de prestar serviços.**¹² Face à redução da ajuda e à crescente incerteza relativamente às políticas económicas mundiais, a resiliência terá de ser, cada vez mais, construída internamente. Outros fluxos externos, como o investimento direto estrangeiro e as remessas, continuam a ser fundamentais para o desenvolvimento e devem ser apoiados por políticas adequadas (FMI 2023; Ricci *et al.* 2025). No entanto, estes fluxos não podem compensar a ajuda na medida em que desempenham funções diferentes; além disso, o nível das próprias remessas poderá diminuir à medida que as políticas de migração evoluem a nível mundial.

Os cortes na ajuda reforçam a importância crítica da mobilização de receitas internas na África Subsaariana. Esta região tem o rácio receitas fiscais/PIB mais baixo do mundo, com a receita fiscal arrecadada pelo país mediano a situar-se em 13,8% do PIB. A melhoria da administração tributária e das reformas das políticas pode aumentar este rácio, mas para isso é necessário reforçar as capacidades técnicas e suscitar a adesão e a confiança do público (*Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsaariana* de outubro de 2025; Baer *et al.* 2025). Os Estados frágeis e afetados por conflitos que dependem da ajuda deparam-se com necessidades de receita ainda mais prementes, mas enfrentam também taxas muito elevadas de informalidade, um setor privado mais frágil, grandes limitações na governação e registos limitados da atividade económica. Nestas condições, só é possível progredir se forem concebidas soluções técnicas, institucionais e políticas à medida (FMI, em processo de publicação; Chen *et al.* 2025).

¹² A abordagem de três pilares do FMI e do Banco Mundial, especialmente o Pilar 1 (Mobilização de receitas internas) constitui um quadro útil (Pazarbasioglu e Saavedra 2024).

Num contexto orçamental limitado, cada dólar deve ser bem gasto, a fim de proteger ganhos de desenvolvimento que foram difíceis de conquistar. Há que proteger as despesas sociais e de capital prioritárias, para evitar sacrificar prioridades de desenvolvimento de longo prazo, como a saúde e a educação. Embora certos multiplicadores de curto prazo possam subestimar o impacto dos cortes na despesa social e humanitária, estes deixariam sequelas duradouras no capital humano, no crescimento e na prosperidade a longo prazo. Despesas mal direcionadas, como os subsídios à energia, podem ser realocadas para setores que, anteriormente, dependiam da ajuda.¹³ Além disso, é necessário reforçar a eficiência da gestão das finanças públicas, da governação e dos investimentos, a fim de maximizar o retorno em termos de desenvolvimento (Dabla-Norris *et al.* 2011; *Fiscal Monitor* de outubro de 2025). A implementação de quadros orçamentais de médio prazo e uma gestão eficaz da dívida também podem permitir estabilizar as finanças públicas e ajudar a baixar os custos de financiamento, protegendo a margem orçamental para despesas sociais (Comelli *et al.* 2023; *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsariana* de outubro de 2025).

Por fim, uma vez que, historicamente, a ajuda possibilitou não só financiamento, mas também a conceção e execução de políticas, trazer os serviços para a esfera da administração nacional irá exigir um investimento duradouro nas instituições e capacidades do país. O apoio ao desenvolvimento das capacidades prestado por parceiros internacionais e as aprendizagens entre pares na região serão fundamentais para reforçar a prestação de serviços sociais, de saúde e de educação no país, face à redução da ajuda. Paralelamente, a Parceria Mundial para as Finanças Públicas do FMI combina o financiamento de doadores com o conhecimento especializado da Instituição para reforçar as capacidades orçamentais e a gestão das finanças públicas. Com a redução dos sistemas de prestação dos parceiros de desenvolvimento, surge também a possibilidade de minimizar as duplicações, simplificar os processos e reduzir os custos. Em última análise, reforçar a gestão de programas essenciais pelos países não é apenas uma necessidade orçamental e de desenvolvimento, mas representa igualmente uma transição de uma dependência da ajuda externa para uma maior resiliência interna, permitindo aos países darem uma resposta direta e sustentável às necessidades das suas populações.

¹³ O Banco Mundial (2025) fornece uma síntese das prioridades para o financiamento da saúde no contexto da redução da ajuda.

Referências

- Abdel-Latif, Hany, Khalil Bechchani, Antonio David, and Thibault Lemaire. 2026. "The Fiscal Multipliers Narrative of Sub-Saharan Africa." IMF Working Paper 2026/12. International Monetary Fund, Washington, DC.
- AidData. 2025. "China's Global Loans and Grants Dataset, Version 1.0." www.aiddata.org/data/chinas-global-loans-and-grants-dataset-1-0
- Baer, Katherine, Matthieu Bellon, Matt Davies, Ruud de Mooij, Vitor Gaspar, Andrea Lemgruber, Mario Mansour, Fayçal Sawadogo, Misa Takebe, and Charles Vellutini. 2025. "Building Tax Capacity for Growth and Development: Evidence-Based Analysis for Mobilizing Domestic Revenue." IMF Departmental Paper 2025/007, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Bedasso, Biniam. 2026. "How African Governments Responded to the 2025 Aid Shock." Center for Global Development. <https://www.cgdev.org/blog/how-african-governments-responded-2025-aid-shock>
- Burnside, Craig, and David Dollar. 2000. "Aid, Policies, and Growth." *The American Economic Review* 90 (4): 847-68
- Chen, Wenjie, Michele Fornino, Vidhi Maheshwari, Hamza Mighri, Annalaura Maria Sacco, and Can Sever. 2025. "Pushed to the Brink: Fragility and Conflict in Sub-Saharan Africa." IMF Note 2025/002, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Chinese Loans to Africa (CLA) Database. 2025. "Boston University Global Development Policy Center." <https://www.bu.edu/gdp/chinese-loans-to-africa-database/>
- Combes, Jean-Louis, Rasmané Ouedraogo, and Sampawende J. Tapsoba. 2016. "What Does Aid Do to Fiscal Policy? New Evidence." IMF Working Paper No. 2016/112, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Comelli, Fabio, Peter Kovacs, Jimena Jesus Montoya Villavicencio, Arthur Sode, Antonio David, and Luc Eyraud. 2023. "Navigating Fiscal Challenges in Sub-Saharan Africa: Resilient Strategies and Credible Anchors in Turbulent Waters." IMF Departmental Papers 2023/007, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Convergence Blended Finance. 2025. "The State of Blended Finance 2025." Convergence Report.
- Dabla-Norris, Era, Jim Brumby, Annette J. Kyobe, Zac Mills, and Chris Papageorgiou. 2011. "Investing in Public Investment: An Index of Public Investment Efficiency." IMF Working Paper 2011/37, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Donor Trackers 2026. "The Budget Cuts Tracker." <https://donortracker.org/publications/budget-cuts-tracker/#tracking-oda-budget-cuts>
- European Commission. 2026. "EU-Africa: Global Gateway Investment Package." International Partnership. https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/initiatives-sub-saharan-africa/eu-africa-global-gateway-investment-package_en#accelerating-the-digital-transition
- Eyraud, Luc, Hilary Devine, Adrian Peralta Alva, Hoda Selim, Preya Sharma, and Ludger Wocken. 2021. "Private Finance for Development: Wishful Thinking or Thinking Out of the Box?" IMF Departmental Paper 2021/11, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Galiani, Sebastian, Stephen Knack, Lixin Colin Xu, and Ben Zou. 2017. "The Effect of Aid on Growth: Evidence from a Quasi-Experiment." *Journal of Economic Growth* 22: 1-33.
- Global Alliance for Vaccines and Immunizations (GAVI). 2026. <https://www.gavi.org/>
- Horn, Sebastian, Bradley Parks, Carmen Reinhart, and Christoph Trebesch. 2023. "China as an International Lender of Last Resort." National Bureau of Economic Research Working Paper 31105.
- Horn, Sebastian, David Mihalyi, Philipp Nickol, and Cesar Sosa-Padilla. 2024. "Hidden Debt Revelations." National Bureau of Economic Research, Working Paper 32947.

- International Monetary Fund (IMF). Forthcoming. "Tax Administration Reforms in Fragile, Conflict-Affected and Informal Contexts: Rethinking Principles and Practices." IMF Technical Notes and Manuals. Washington, DC.
- International Monetary Fund. Monetary and Capital Markets Department, and World Bank. 2023. "IMF and World Bank Approach to Cross-Border Payments Technical Assistance." Policy Papers 2023/062, Washington DC. <https://doi.org/10.5089/9798400264412.007>
- Jordà, Òscar. 2005. "Estimation and Inference of Impulse Responses by Local Projections." *American Economic Review* 95 (1): 161–182.
- Lastauskas, Povilas, and Baoping Shang. Forthcoming. "Global Financial Flows Revisited: Composition Shifts and Dynamic Interactions." International Monetary Fund, Washington, DC.
- Maimbo, Samuel Munzele, and Dilip Ratha (eds.) 2005. "Remittances: Development Impact and Future Prospects." World Bank. Washington, DC. <http://hdl.handle.net/10986/7339>
- ODI. 2026. "African Leadership Amid Disruptions to US Aid ." <https://odi.org/en/insights/african-leadership-amid-disruptions-to-us-aid/>
- Pazarbasioglu, Ceyla and Pablo Saavedra. 2024. "Now is the Time to Help Countries Faced with Liquidity Challenges." IMF Blog, August 1, 2024. <https://www.imf.org/en/blogs/articles/2024/08/01/now-is-the-time-to-help-countries-faced-with-liquidity-challenges>
- Ricci, Luca A., Calixte Ahokpossi, Saad N. Quayyum, Rima A. Turk, Anna Belianska, Mehmet Cangul, Habtamu Fuje, Sunwoo Lee, Grace B. Li, Xiangming Li, Yibin Mu, Nkunde Mwase, Jack J. Ree, Haiyan Shi, and Vitaliy Kramarenko. 2025. "Digital Payment Innovations in Sub-Saharan Africa." IMF Departmental Paper 2025/004, International Monetary Fund, Washington, DC. <https://doi.org/10.5089/9798400232220.087>
- Selassie, Abebe Aemro, Andrea Richter Hume, and Alfred Schipke (eds.) 2025. "Africa-China Linkages: Building Deeper and Broader Connections." International Monetary Fund, Washington, DC.
- Sy, Amadou, and Athene Laws. 2026. "The New Face of African Debt." *Finance and Development*, March. International Monetary Fund, Washington, DC.
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs: Financial Tracking Service (UNOCHA FTS). Accessed February 19, 2026. <https://fts.unocha.org/home/2025/countries>
- United Nations Children's Fund (UNICEF). "Education Aid Cuts: A Broken Promise to Children." <https://www.unicef.org/documents/education-aid-cuts>
- United Nations. 2025. Finance for Development: Outcome Document of the Fourth International Conference on Financing for Development. Sevilla, Spain: United Nations
- United States Department of State. 2025a. "United States and Kenya Sign Five-Year, \$2.5 Billion Health Cooperation Framework." <https://www.state.gov/united-states-and-kenya-sign-five-year-2-5-billion-health-cooperation-framework>
- United States Department of State. 2025b. "Strengthening Health Ties with Uganda and Lesotho under the America First Global Health Strategy." <https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesperson/2025/12/strengthening-health-ties-with-uganda-and-lesotho-under-the-america-first-global-health-strategy/>
- World Bank. 2023. "Rwanda Issues First-Ever Sustainability-Linked Bond (SLB) Backed by World Bank's Innovative Financial Structure." <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/743272cfbb73c6a9a1e97ecfadb2d58-0340012023/original/Case-Study-Rwanda-SLB.pdf>
- World Bank. 2025. "At a Crossroads: Prospects for Government Health Financing Amidst Declining Aid." <https://www.worldbank.org/en/topic/health/publication/government-resources-projections-health-financing-report>

3. Reconfiguração do crescimento da África Subsaariana: Reformas para desbloquear a dinâmica do setor privado

A África Subsaariana continua a apresentar um crescimento demasiado fraco para assegurar uma convergência dos rendimentos, refletindo uma produtividade persistentemente baixa e os obstáculos inerentes à transição para um crescimento impulsionado pelo setor privado. Os períodos anteriores de crescimento – em muitos casos, desencadeados por ciclos de forte valorização das matérias-primas ou por investimento público – revelaram-se transitórios, o que faz do Estado o principal motor do crescimento, num contexto de aumento da dívida, custos de financiamento elevados e redução da ajuda ao desenvolvimento. Este modelo já não é viável.

No entanto, a execução de reformas traz benefícios consideráveis. A análise do corpo técnico do FMI indica que, ao reduzir para metade as disparidades existentes em domínios fundamentais – como a governação, a regulamentação das empresas e o setor externo – face aos mercados emergentes, a região poderia gerar um aumento do produto de até 20% ao longo de 5 a 10 anos, através de um maior investimento, de uma produtividade mais robusta, e de uma maior participação na força de trabalho, desde que a estabilidade macroeconómica seja preservada. As reformas da governação, em especial, geram dividendos duradouros na medida em que criam condições de concorrência equitativas, promovem o cumprimento das obrigações tributárias e reforçam a capacidade do Estado.

Contudo, o êxito das reformas depende tanto da forma como as reformas são concebidas e executadas como das reformas que se escolhe implementar. É essencial que as autoridades procedam primeiro a reformas fundamentais, implementem medidas complementares de forma coordenada, abordem os efeitos sobre a distribuição do rendimento e adaptem as suas ambições às capacidades institucionais. A reforma das empresas públicas – especialmente no setor das infraestruturas – é fulcral para baixar custos, atrair investimento privado e limitar os riscos orçamentais.

Em termos prospetivos, os países devem adaptar as suas estratégias de reforma às respetivas circunstâncias, promovendo reformas abrangentes e coordenadas em países que apresentam maiores capacidades; implementando reformas de governação fundamentais que permitam resultados positivos no início do processo, em países onde as capacidades forem mais limitadas; e reforçando a transparência e a gestão eficaz das receitas nas economias ricas em recursos naturais. Com a estabilização macroeconómica a progredir em toda a região, estão reunidas as condições para um novo ímpeto de reformas. Se forem ancoradas num contrato social credível e sustentadas por uma comunicação clara e uma ampla adesão, as reformas orientadas para o lado da oferta, e eficazes em termos de custos, têm o potencial de desbloquear um crescimento gerador de emprego impulsionado pelo setor privado, permitindo assim que a região tire partido do seu dividendo demográfico.

Do setor público para o **privado**: Enorme potencial

Porquê?

REFORMAS
PODEM
GERAR
ATÉ

20%

DE AUMENTO
DO PRODUTO
AO LONGO
DE 5 A 10 ANOS

O quê?

- ✓ GOVERNAÇÃO
- ✓ REGULAMENTAÇÃO DAS EMPRESAS
- ✓ EMPRESAS PÚBLICAS
- ✓ ABERTURA AOS MERCADOS

Como?



ESTABELECE
UM CONSENSO



REFORÇAR A
CAPACIDADE DO ESTADO



SEQUENCIAR/CONCILIAR
REFORMAS

O presente capítulo da edição de abril de 2026 das *Perspetivas Económicas Regionais para a África Subsaariana* foi elaborado por uma equipa do FMI composta por Grace Li (chefe de equipa), Hicham Bennouna, Balazs Stadler, Fiona Hesse-Triballi e Amirah Arifin, sob a orientação de Nikola Spatafora e Constant Lonkeng.

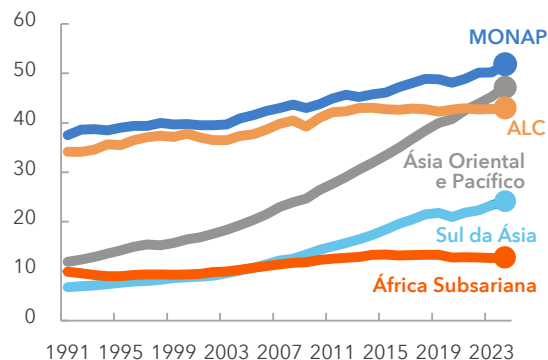
O imperativo do crescimento: Porque não se pode adiar mais as reformas

A África Subsaariana mantém um ritmo de crescimento económico insuficiente para assegurar a convergência dos seus rendimentos com os de outras regiões, apesar do forte desempenho registado em vários países, incluindo o Benim, a Côte d'Ivoire, a Etiópia, o Ruanda e o Uganda. Ao longo das últimas duas décadas, o crescimento do rendimento real *per capita* tem ficado muito aquém do de outras regiões em desenvolvimento (Figura 3.1). Com a taxa média de crescimento do PIB real *per capita* que a região tem registado nos últimos três anos (1,4%), os rendimentos só duplicariam daqui a aproximadamente meio século, o que implica um aumento do fosso na convergência dos rendimentos.

Esta falta de progresso deve-se, em parte, ao baixo nível de produtividade, conforme evidenciam vários indicadores. A produtividade média do trabalho na região tem-se mantido globalmente inalterada há quase três décadas, o que diverge acentuadamente das tendências verificadas noutras regiões (Figura 3.2). Em consonância com esta realidade, os exercícios de contabilidade do crescimento indicam que o contributo da produtividade total dos fatores (um indicador da eficiência da economia no seu conjunto) é modesto, correspondendo em média a um quarto de ponto percentual ao longo dos últimos 25 anos. Nas economias ricas em recursos naturais, a fraca produtividade total dos fatores pesou no crescimento desde o final do período de forte valorização das matérias-primas, limitando ainda mais as perspectivas de crescimento a médio prazo (Figura 3.3).

Figura 3.2. Crescimento da produtividade do trabalho, 1991-2024

(PIB por pessoa empregada, PPC de 2021 a preços constantes, em milhares de dólares internacionais)

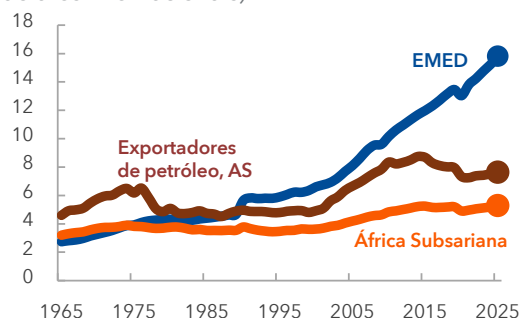


Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Mundial, Banco Mundial.

Nota: ALC = América Latina e Caraíbas; MONAP = região do Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão.

Figura 3.1. PIB *per capita*, 1965-2025

(A preços constantes, PPC de 2021, em milhares de dólares internacionais)

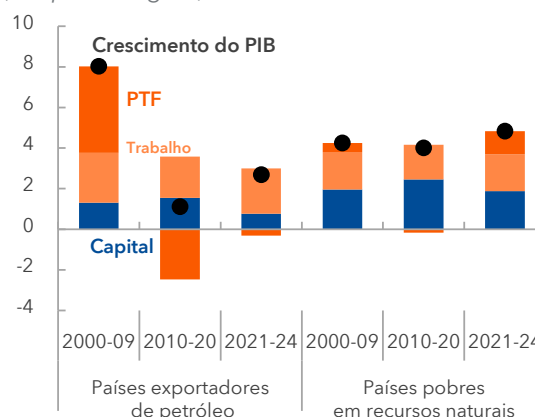


Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: EMED = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento; AS = África Subsaariana.

Figura 3.3. África Subsaariana: Decomposição do crescimento do PIB, 2000-2009

(Em percentagem)



Fontes: cálculos do corpo técnico do FMI; *Penn World Table* (PWT 11.0).

Nota: o gráfico apresenta a decomposição do crescimento do PIB em variações no trabalho e no stock de capital, sendo a PTF obtida enquanto fator residual. PTF = produtividade total dos fatores.

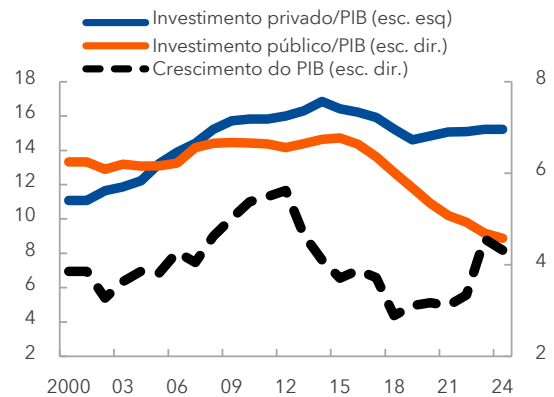
Muitos períodos de crescimento na África Subsaariana revelaram-se transitórios porque a transição para um modelo de crescimento impulsionado pelo setor privado não se concretizou. Os períodos de expansão económica, impulsionados pela considerável valorização das matérias-primas ou por investimento público (em muitos casos ineficientes) não conseguiram, frequentemente, atrair investimento privado suficientemente forte e sustentável

para apoiar o crescimento para lá do período de expansão (Figura 3.4). Consequentemente, o setor público continuou a ser o principal motor de crescimento em muitos países.

É fundamental executar reformas estruturais que permitam a transição para um modelo de crescimento impulsionado pelo setor privado e gerador de emprego.¹ Num contexto em que a margem de manobra para a execução de políticas é limitada por elevados níveis de dívida, elevados custos de financiamento e redução da ajuda ao desenvolvimento, a passagem de um modelo de crescimento liderado pelo setor público rumo para um modelo onde o setor privado fomente o investimento, a inovação e a produtividade é essencial para promover um crescimento sustentado e a criação duradoura de emprego.

O presente capítulo analisa reformas que incidem sobre toda a economia ("horizontais"), em vez de políticas setoriais específicas ou política industrial. Uma exceção é a reforma das empresas públicas, devido ao papel transversal que estas desempenham na disponibilização de infraestruturas, bem como devido às suas repercussões em toda a economia. A ênfase dada às reformas horizontais reflete dados que indicam que a existência de instituições e regras fortes e abrangentes – que incluam a governação, concorrência, regulamentação e estabilidade macroeconómica – formam a base essencial de políticas industriais eficazes. Nos casos em que se justifica adotar políticas industriais, por exemplo, para dar resposta a falhas de mercado claramente identificadas, estas tendem a ser mais eficazes e menos distorcivas se forem implementadas no contexto de políticas horizontais robustas (FMI 2024^a; FMI 2025; Baquie et al. 2025).

Figura 3.4. África Subsaariana: Investimento público e privado e crescimento nos países ricos em recursos naturais (excluindo exportadores de petróleo), 2000-2024



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Nota: as variáveis são médias ao longo de uma janela móvel de cinco anos. Esc. esq. = escala à esquerda; esq. dir. = escala à direita.

Reformas estruturais: Qual o panorama na África Subsaariana?

Uma base de dados abrangente de indicadores de reformas revela que a África Subsaariana continua atrás de outras regiões, sobretudo no domínio da governação, apesar de se terem registado progressos notáveis em aspetos específicos.² Em comparação com outras regiões em desenvolvimento, existem lacunas especialmente acentuadas em termos de reformas fundamentais (como a governação, a regulamentação das empresas e o setor externo).³ Os indicadores relativos à governação mantiveram-se, na generalidade, estagnados ao longo do tempo, enquanto as melhorias observadas nas medidas de regulamentação das empresas foram modestas, e isso em relação a um ponto de partida já de si muito baixo. Alguns países destacam-se pelas suas reformas. As Maurícias e as Seicheles reforçaram a eficiência da administração pública e a prestação de serviços públicos

¹ As reformas estruturais são políticas que introduzem alterações regulamentares e jurídicas destinadas a eliminar os obstáculos à alocação eficiente de recursos e a aumentar a produtividade e o crescimento potencial, por exemplo, através da reformulação dos incentivos e das regras que regem o funcionamento dos mercados.

² A fonte dos dados é o painel de indicadores atualizado sobre reformas estruturais nas EMED (*Structural Reforms in EMDEs Updated Dashboard*), cujos dados provêm de uma nota de discussão do corpo técnico do FMI (Budina et al. 2023).

³ A governação mede a qualidade das instituições através dos seis Indicadores de Governação Mundial: diálogo e prestação de contas, estabilidade política, eficácia do governo, qualidade da regulamentação, estado de Direito e controlo da corrupção. A regulamentação das empresas avalia o grau em que a regulamentação e os processos burocráticos de cada país podem entrar a ativamente do setor privado, limitando a entrada no mercado e reduzindo a concorrência. As reformas do setor externo descrevem em que medida os países podem comprar e vender livremente bens e serviços, bem como ideias, e capta o grau de liberdade económica contido nas reformas ao comércio e ao financiamento externo. Importa assinalar que a qualidade regulamentar (inserida no domínio da governação) e a regulamentação das empresas são elementos complementares, e não substitutos, uma vez que o primeiro avalia a robustez geral do sistema regulamentar de um país (*de jure*), ao passo que o segundo trata das regras e requisitos tangíveis que as empresas têm de seguir, bem como da implementação destas na prática (*de facto*).

através da melhoria da formulação e execução de políticas e da proteção da função pública contra pressões políticas. Desde 2000 e 2016, respetivamente, o Ruanda e o Benim têm vindo a reduzir a burocracia e a tirar partido da digitalização para melhorar o ambiente de negócios.

Ao mesmo tempo, as empresas públicas (que dominam setores-chave das infraestruturas) têm demonstrado um fraco desempenho financeiro e operacional. Estima-se que as empresas públicas representem entre 30 e 50% do PIB, numa amostra de 14 países da África Subsariana (Khasiani *et al.* 2023). No entanto, a sua situação financeira precária e as ineficiências operacionais representam uma carga orçamental significativa e limitam a sua capacidade de prestar serviços fiáveis. Cerca de 40% das empresas públicas da região não são rentáveis, registando perdas médias anuais estimadas em cerca de 1% do PIB (Wezel e Carvalho 2022). Estas perdas são parcialmente causadas por tarifas fixadas abaixo do nível de recuperação dos custos, o que reduz os fluxos de caixa e o capital disponível, compromete a manutenção dos serviços e limita o investimento necessário para alargar a prestação de serviços face ao aumento das necessidades.

Colher os dividendos das reformas

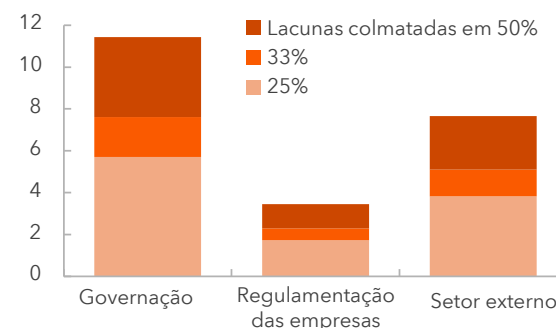
Reduzir para metade as diferenças estruturais existentes em áreas-chave de reforma, face aos mercados emergentes, poderia levar a um aumento de até 20% do produto agregado da África Subsariana ao longo de 5 a 10 anos. A análise do corpo técnico do FMI sugere que estes benefícios seriam suportados por níveis de investimento mais elevados, um maior crescimento da produtividade e uma maior participação na força de trabalho, o que depende de uma conjuntura macroeconómica estável (Figura 3.5).

As reformas da governação rendem dividendos particularmente avultados e duradouros. Para além de combater a corrupção – através de um reforço da transparência e da prestação de contas na gestão dos recursos públicos, da digitalização e de uma melhor supervisão –, estas reformas promovem o cumprimento das obrigações tributárias e reforçam as capacidades do Estado (FMI 2019a). De forma mais essencial, a melhoria dos níveis de governação estabelece condições equitativas para as empresas e as famílias, promovendo a concorrência leal e a confiança nas instituições públicas. Medidas específicas de combate à corrupção – incluindo práticas de auditoria mais fortes, reforço da transparência quanto aos beneficiários efetivos, regras sólidas de prevenção de conflitos de interesses e sistemas públicos de declaração de património – podem ajudar a aliviar as preocupações do público quanto à utilização de fundos públicos e podem lançar as bases para reformas estruturais e institucionais mais amplas.

De igual modo, uma regulamentação adequada das empresas, juntamente com reformas favoráveis ao comércio, promove a concorrência e o dinamismo das empresas, na medida em que reduz os obstáculos à entrada no mercado e permite que os recursos sejam canalizados para as atividades mais produtivas, aumentando desta

Figura 3.5. África Subsariana: Dividendos decorrentes da redução das lacunas em relação aos mercados emergentes em domínios críticos de reformas estruturais

(variação percentual acumulada ao longo de 5-10 anos)



Fonte: cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: para cada domínio de reforma identificado no eixo horizontal, as barras indicam o impacto acumulado estimado que o produto sofreria se fossem colmatadas, na percentagem correspondente (25, 35 e 50%), as lacunas em termos de reformas estruturais, em comparação com os mercados emergentes (a parte mais clara da barra representa os dividendos para o crescimento decorrentes de uma colmatagem de 25% das lacunas e a mais escura representa os dividendos para o crescimento acumulados decorrentes de uma colmatagem de 50% das lacunas). Os efeitos relatados representam a reação acumulada do produto, após cinco anos, à colmatagem das lacunas em matéria de reforma, a qual é estimada através do método de projeções locais (Jordà 2005), com base em trabalho anterior do FMI (FMI 2019b, Budina *et al.* 2023). Uma eliminação gradual das lacunas nas reformas renderia o mesmo efeito acumulado, mas durante um período mais longo.

forma a produtividade (ver Hansen-Addy, Parrilli e Tingbani 2024, Banco Mundial 2024). O cumprimento efetivo das regras é essencial, tal como a simplicidade regulamentar, que, em muitos casos, é promovida pela digitalização. A existência de regras demasiado complexas gera margem discricionária e incentiva práticas de extração de rendas, asfixiando a inovação. As Maurícias, por exemplo, reforçaram o cumprimento dos contratos e os direitos de propriedade ao mesmo tempo que simplificaram a regulamentação e reduziram os custos de conformidade.

Os dividendos em termos de crescimento proporcionados pelas reformas variam muito de país para país. Estima-se que os países exportadores de petróleo e os Estados frágeis e afetados por conflitos sejam os que mais beneficiam, em parte porque começam de um ponto de partida mais baixo e apresentam as maiores lacunas em matéria de reformas (Figura 3.6). Reduzir para metade o fosso que os separa dos mercados emergentes é um objetivo regional ambicioso, mas vários países da África Subsaariana já demonstraram que é possível executar reformas profundas e duradouras.

O sucesso duradouro do Botsuana em tirar partido da riqueza proveniente da exploração dos seus diamantes deve-se a uma gestão transparente das receitas, ao respeito pelo Estado de direito e à previsibilidade das suas políticas, que permitiram sustentar uma taxa de crescimento anual de cerca de 12% desde a independência do país, em 1966, até 1990. Entre os países pobres em recursos naturais, o ímpeto reformista da Côte d'Ivoire, que se materializou após a crise política de 2010-2011, restaurou a credibilidade das instituições e a confiança dos investidores, resultando num maior investimento direto estrangeiro – já que o IDE aumentou mais de dez vezes, atingindo os 3,3 mil milhões de dólares em 2024 – o que permitiu sustentar um crescimento médio de cerca de 7% nos últimos cinco anos. Desde a crise, o país colmatou mais de metade das lacunas de governação que o separavam dos mercados emergentes. Alguns episódios anteriores de liberalização económica, ocorridos em meados da década de 1980 e nos anos 90, geraram benefícios substanciais, em termos de crescimento, na década de 2000 (na Etiópia, no Gana, na Tanzânia e na Zâmbia).

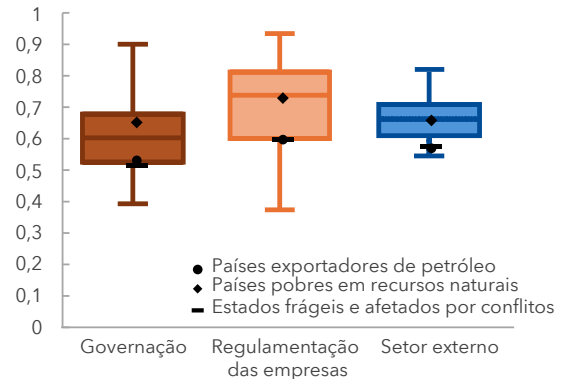
A reforma das empresas públicas também pode gerar dividendos significativos. As empresas privadas indicam reiteradamente que o fornecimento pouco fiável e dispendioso de eletricidade é uma das limitações que mais constrange as suas atividades, sendo que mais de 70% das empresas sofre apagões (Banco Mundial 2024). Por isso, a reforma das empresas públicas é essencial para fazer baixar os custos de produção, alargar e melhorar a prestação de serviços e mitigar os riscos orçamentais associados a passivos contingentes. Um aspeto que corrobora esta constatação advém das evidências que indicam que os investidores valorizam mais o acesso ao mercado (que está estreitamente associado à qualidade das infraestruturas), uma conjuntura económica e política estável e uma mão de obra qualificada, do que a oferta de incentivos fiscais (FMI 2015).

Como implementar reformas: Conceção, sequência de execução e economia política

Mesmo quando as limitações são diagnosticadas corretamente, as reformas muitas vezes vacilam nas fases de conceção, definição de políticas e execução. A eficácia depende tanto da execução como da natureza das reformas, por três principais motivos. Em primeiro lugar, os dividendos das reformas materializam-se

Figura 3.6. África Subsaariana: Distância em relação aos mercados emergentes em certos domínios de política estruturais, 2022

(Distância em relação à fronteira, de 0 = mais longe da fronteira a 1 = na fronteira)



Fonte: cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a caixa representa o intervalo interquartil (percentil 25-75) da distribuição e a linha a meio representa a mediana. As retas verticais estendem-se até uma vez e meia o intervalo interquartil e qualquer valor que se situe fora deste intervalo é tratado como atípico.

frequentemente com atraso, após o final dos ciclos eleitorais, o que desincentiva os dirigentes a gastarem capital político em medidas cujos benefícios poderão não ser colhidos por si e incentivando, em vez disso, medidas visíveis, mas pouco eficazes. Em segundo lugar, as reformas criam inevitavelmente vencedores e vencidos. Existem interesses instalados que tendem a mobilizar-se contra as mudanças – mesmo quando os ganhos agregados são avultados –, o que aumenta os custos políticos das reformas. Em terceiro lugar, a execução é muitas vezes limitada pelas capacidades técnicas e administrativas, ou desencaminhada por choques exógenos, riscos estes que precisam de ser antecipados e mitigados na fase da conceção. Neste contexto, é fulcral assegurar que as reformas são compatíveis com os incentivos e são socialmente aceitáveis e credíveis – alinhando os incentivos com os intervenientes e integrando mecanismos robustos de monitorização e prestação de contas no âmbito de um contrato social amplamente partilhado.

A sequência de execução das reformas importa: primeiramente os fundamentos. Ao aliviar as principais limitações, reformas fundamentais promovem uma conjuntura estável e favorável aos mercados, que cria condições equitativas e atrai investimento nacional e estrangeiro. O progresso inicial destas reformas oferece dois benefícios complementares: por um lado, os ganhos precoces ajudam a gerar ímpeto e apoio sociopolítico; por outro, a presença de fundamentos mais fortes permite aumentar os benefícios decorrentes da subsequente liberalização económica, por assegurar que esta ocorre numa conjuntura bem regulamentada. Estes fundamentos assentam em dois pilares que se reforçam mutuamente: a estabilidade macroeconómica – condição indispensável para um crescimento sustentado e impulsionado pelo setor privado – e instituições sólidas com regras previsíveis. Ao mesmo tempo, a execução destas reformas fundamentais tende a ser mais desafiante, especialmente quando existem poderosos interesses instalados, o que faz com que a adesão e o consenso social sejam ainda mais importantes (ver abaixo).⁴ Além disso, o desenvolvimento de instituições demora tempo, o que sugere que as reformas fundamentais devem ser *implementadas paralelamente* a medidas que gerem resultados mais rápidos e visíveis. Por exemplo, na regulamentação das empresas, a adoção de plataformas únicas de registo online facilitou a criação de novas empresas no Benim, no Quénia e no Ruanda, abrindo caminho a reformas mais profundas, como inspeções baseadas no risco (autoridades de segurança alimentar e de normalização no Ruanda e no Gana), entidades inspetoras especializadas, registos públicos eletrónicos da regulamentação ([portal dedicado às reformas da regulamentação das empresas no Gana](#)), bem como tribunais de recurso para litígios comerciais (Benim, Quénia e Ruanda). Mais recentemente, a Nigéria começou a resolver desequilíbrios macroeconómicos de longa data, lançando as bases para o crescimento.

Conciliar reformas permite tirar partido de complementaridades. Embora a sequência das reformas seja importante, alguns pacotes de reformas rendem benefícios maiores e mais rápidos se forem implementados em conjunto (Duval e Furceri 2018; Campos, De Grauwe e Ji 2025). Existem experiências em toda a África Subsariana que ilustram estas (potenciais) sinergias. Conciliar a reforma das empresas públicas com uma regulamentação favorável à concorrência pode promover a participação do setor privado, evitando assim a consolidação de monopólios, conforme se tem observado na reforma em curso do setor da energia na África do Sul. No Quénia, a política de concorrência, aliada à supervisão dos sistemas de pagamentos imediatos, contribuiu para que a inovação do dinheiro móvel se traduzisse em ganhos de produtividade mais generalizados (Paelo e Roberts 2022). Relativamente à governação, as reformas institucionais e das políticas são mais eficientes se forem complementadas por um reforço dos mecanismos de supervisão, de monitorização e de prestação de contas. A nível regional, a harmonização da regulamentação dos bens e serviços, dos regimes de investimento e do comércio digital, ao abrigo da Zona de Comércio Livre Continental Africana contribuiria para o aprofundamento do comércio intrarregional (ElGanainy et al., 2023)

Priorizar a reforma das empresas públicas poderá ajudar a colmatar o grande défice de infraestruturas da região. As reformas fundamentais, como as relacionadas com a governação e a regulamentação das empresas – que se analisa em cima – são igualmente pertinentes para as empresas públicas, que dominam os setores de

⁴ A comissão judicial de inquérito de 2018 na África do Sul procurou expor e impedir a captura do Estado por funcionários públicos poderosos.

infraestruturas críticos. A reforma das empresas públicas abrange normalmente o reforço da governação e da transparência, a fim de limitar a ingerência política e a corrupção; o endurecimento das restrições orçamentais através da explicitação dos subsídios e da redução dos passivos contingentes, nomeadamente com uma articulação mais clara dos mandatos sociais; a profissionalização da direção e dos conselhos de administração, através de contratos de desempenho, preferencialmente no contexto de uma reforma mais ampla dos serviços públicos; e a abertura dos setores a uma participação devidamente regulamentada do setor privado. A melhoria da transparência, da governação, da gestão e da supervisão das empresas públicas (às quais se pode exigir, por exemplo, a divulgação transparente e atempada de informações financeiras) e a reforma da política tarifária – nomeadamente para assegurar a recuperação dos custos – permitem gerar ganhos significativos em termos de produtividade, estimados entre 5 e 10% (FMI 2020). Estas reformas apresentam maiores desafios quando a supervisão das empresas públicas é limitada, o que destaca a importância de garantir transparência e uma governação robusta. A experiência internacional, incluindo a reforma em curso do setor da energia na África do Sul, sugere um roteiro pragmático: aproveitar as oportunidades que se manifestam em períodos de crise⁵; identificar as partes interessadas e os incentivos; ajustar devidamente os preços (Parry et al. 2016); manter a transparência quanto aos objetivos sociais, como o alargamento do acesso; e comunicar claramente a aplicação das poupanças líquidas.

As questões relacionadas com os efeitos distributivos devem fazer parte integrante dos pacotes de reformas. Os pacotes de reformas devem conjugar benefícios para toda a economia com medidas específicas destinadas a atenuar os impactos a curto prazo sentidos pelos grupos vulneráveis e a facilitar o ajustamento. Na África do Sul, a política de fornecimento gratuito de eletricidade básica às famílias indigentes, bem como as isenções tarifárias assentes na verificação de recursos, proporcionam uma base social que ajuda a aliviar as pressões sobre a acessibilidade. Também é possível conceber bons sistemas de transferências monetárias para que sejam reativos a choques, como o programa de proteção social produtiva da Etiópia (*Productive Safety Net Program*), o programa de proteção social contra a fome do Quênia (*Hungry Safety Net Program*) e o programa de capacitação para a subsistência contra a pobreza do Gana (*Livelihood Empowerment Against Poverty*). Os pormenores na conceção são importantes: as transferências devem ser bem direcionadas, limitadas no tempo (por exemplo, com cláusulas de expiração automática claras para prestações provisórias) e apoiadas por registos sociais atualizados e pagamentos digitais que permitam uma implementação rápida, conforme observado no Benim, no Gana e no Quênia. Para além de prestações sociais, os pacotes de reformas incluem normalmente várias medidas com efeitos distributivos heterogêneos, o que reforça a importância de uma comunicação franca.

Adotar uma abordagem incremental sempre que as capacidades forem limitadas. Embora as reformas ideais e com elevada profundidade (*"first-best"*) – que alteram fundamentalmente os incentivos e as instituições – proporcionem maiores ganhos de crescimento (Figura 3.7), a sua plena execução é consideravelmente menos provável – especialmente em países com capacidade institucional limitada – do que as reformas de baixa e média profundidade.⁶ Nesses casos, poderá ser preferível uma abordagem faseada e limitada aos constrangimentos da situação real (*"second-best"*), que passe por decompor reformas complexas em etapas mais fáceis de gerir, produzindo resultados rápidos e tangíveis capazes de gerar credibilidade e dinâmica. Por exemplo, as reformas da regulamentação das empresas podem começar com o registo das empresas online, antes de progredir rumo a quadros de supervisão baseada no risco, quadros de concorrência e quadros judiciais e de insolvência.

⁵ A lei de 2024 que altera o regulamento da eletricidade da África do Sul (*Electricity Regulation Amendment Act*) deu início à passagem para uma plataforma de mercado aberto destinada ao comércio concorrencial e abriu caminho à criação de um operador do sistema de transmissão, uma medida que visa pôr fim a décadas de um monopólio integrado verticalmente e desbloquear capital privado para o desenvolvimento de capacidade adicional, se bem que os ganhos dessa reforma dependerão de uma execução cuidadosa e da clareza da regulamentação.

⁶ A "profundidade" das reformas estruturais permite avaliar a amplitude de uma reforma estrutural ao abrigo de um programa apoiado pelo FMI (*base de dados de monitorização dos acordos do FMI*; FMI, em processo de publicação). As reformas com "elevada profundidade" dizem respeito a alterações institucionais permanentes (por exemplo, alterações legislativas que requerem aprovação parlamentar) ou outras medidas com um impacto direto e duradouro. As reformas com "baixa profundidade" não promovem mudanças diretas, servindo antes como etapas que conduzem a alterações nas políticas (por exemplo, estudos de viabilidade ou diagnósticos).

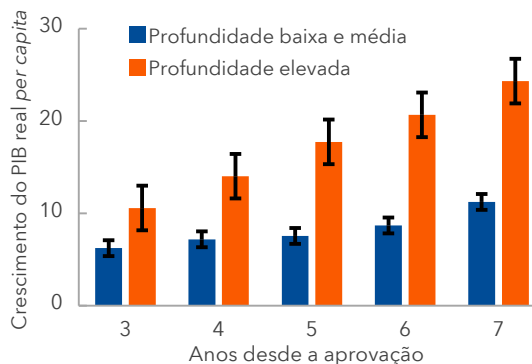
O acompanhamento transparente dos progressos, através de indicadores-chave de desempenho disponíveis publicamente – como o tempo de processamento, os custos e os resultados de recursos – é essencial para melhorar a prestação de contas e manter a confiança dos investidores.

O envolvimento da sociedade é fundamental para o sucesso das reformas. As reformas duradouras requerem um contrato social credível e vinculativo. As coligações empenhadas em promover reformas devem fazer um levantamento dos interesses instalados, compreender as limitações e negociar soluções sustentáveis (Dercon 2022). Mesmo que assentem em diagnósticos e numa conceção técnica robustos, as reformas têm mais probabilidade de perdurar se forem multipartidárias, se se prolongarem para lá dos ciclos eleitorais e se forem moldadas por consultas públicas atempadas e genuínas. As autoridades devem articular claramente os benefícios esperados e ser franca em relação aos atrasos na implementação e aos custos da inação. As consultas públicas institucionalizadas e o diálogo sistemático com as partes interessadas ajudam a promover a confiança (FMI 2024b). Alcançar um equilíbrio entre as capacidades do Estado e a supervisão pela sociedade – o “corredor estreito” descrito por Acemoglu e Robinson (2019) – pode ser uma forma de apoiar um contrato social robusto. Um exemplo bem conhecido fora da região é a comissão de supervisão do programa económico da Jamaica (*Economic Program Oversight Committee*). Este órgão independente é composto por representantes do governo, de organizações da sociedade civil e do setor privado, e tem como objetivo monitorizar o programa de reformas do país após a reestruturação da dívida. A [Operação Vulindlela](#), realizada na África do Sul, ilustra a forma como, na África Subsariana, um diálogo estruturado com os parceiros sociais pode apoiar reformas difíceis nos setores da eletricidade e da logística. Como as reformas acarretam frequentemente custos a curto prazo, mas os benefícios só se materializam mais tarde, é preferível que sejam lançadas no início dos ciclos políticos (Gaspar, Gupta e Mulas-Granados 2017). As crises podem também abrir janelas de oportunidade, como se viu recentemente na África do Sul (2023–presente), na Etiópia (2020–2023), no Gana (2023) e na Zâmbia (2020).

Os planos nacionais de desenvolvimento devem ser exequíveis. A maioria dos países integra as suas reformas em planos nacionais de desenvolvimento, mas estes, em muitos casos, não passam do plano da ambição, sendo caracterizados por objetivos genéricos, definição pouco clara de prioridades e pressupostos otimistas quanto ao financiamento, além de apresentarem uma prestação de contas limitada. Para reforçar a sua eficácia, é necessário transformar os planos em ações devidamente priorizadas, sequenciadas e orçamentadas; alinhá-los com um financiamento plurianual realista; e integrar mecanismos de supervisão vinculativos que atribuam responsabilidades e garantam a prestação de contas.

É indispensável reforçar as capacidades do Estado. Para promover transformações estruturais significativas, é essencial que o Estado disponha de capacidades sólidas, sobretudo numa conjuntura económica cada vez mais complexa, em que as administrações públicas têm de conciliar diferentes objetivos no âmbito de um contrato social mutuamente vinculativo (Acemoglu e Robinson 2019; Besley, Bucelli e Velasco 2025). A troca de experiências entre pares, a gestão eficiente dos conhecimentos institucionais e a implementação de sistemas robustos

Figura 3.7. África Subsariana: Dividendos em termos de crescimento estimados para reformas de “profundidade elevada” e de “profundidade baixa e média”



Fonte: cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: a regressão em painel abrange dados anuais de 2001 até 2025 relativos aos países da África Subsariana que implementam programas apoiados pelo FMI. O gráfico ilustra os coeficientes estimados e os erros padrão das regressões do crescimento acumulado do PIB per capita desde a aprovação dos programas, incluindo a interação com os indicadores da profundidade das reformas (“profundidade baixa e média” e “profundidade elevada”) e tendo em consideração os efeitos fixos por país e por ano. A profundidade “baixa e média” é definida como uma profundidade da condicionalidade estrutural média que se situe abaixo do percentil 66 (dois terços inferiores da distribuição) no momento da aprovação do programa, ao passo que a “profundidade elevada” corresponde a uma profundidade das reformas superior ao percentil 66 (terço superior).

para monitorizar a execução e permitir correções durante o decorrer dos projetos podem facilitar o sucesso das reformas. A comunidade internacional pode reforçar estes esforços, canalizando os recursos, que são cada vez mais escassos, para o desenvolvimento de capacidades estatais duradouras.

A via a seguir

Reformas estruturais bem concebidas, bem sequenciadas e abrangentes podem produzir dividendos socioeconómicos avultados. Para além de impulsionarem o crescimento, estas reformas melhoram a prestação de serviços por um Estado capaz, melhorando assim o nível de vida da sua população. Embora a conceção das reformas seja complexa e as limitações impostas pela economia política sejam consideráveis, as experiências da África Subsaariana e de outras regiões demonstram que o êxito é mais provável quando as reformas são adaptadas às circunstâncias de cada país, sequenciadas cuidadosamente e apoiadas por um diálogo inclusivo com as partes interessadas e por uma comunicação clara e franca. Os governos podem estimular o crescimento inicial, mas a sua sustentabilidade depende da capacidade de atrair investimento privado, pelo que as reformas do lado da oferta são imperativas.

Os países com fundamentos macroeconómicos mais sólidos e uma capacidade institucional reforçada devem procurar conciliar e executar pacotes de reformas abrangentes, que fortaleçam as bases existentes para catalisar ainda mais a participação do setor privado. Entre as prioridades destacam-se o aprofundamento dos mercados financeiros, a liberalização do comércio e a eliminação dos entraves regulamentares remanescentes, que limitam o investimento, a inovação e o dinamismo das empresas.

Os Estados frágeis e com capacidades limitadas devem focar-se nos elementos fundamentais da governação e em resultados iniciais específicos. O reforço da governação, a melhoria da prestação de contas e da integridade, a proteção dos direitos de propriedade e a melhoria do cumprimento dos contratos são essenciais para restaurar a confiança e possibilitar a atividade privada. Nestes contextos, um investimento sustentado nas capacidades do Estado é uma prioridade de primeira ordem para apoiar a conceção das reformas e a sua execução e cumprimento.

As economias ricas em recursos naturais devem dar prioridade à melhoria da governação e da transparência na gestão dos recursos naturais. A aplicação estratégica das receitas provenientes dos recursos naturais em infraestruturas que estimulem a produtividade, a melhoria do ambiente de negócios e a contenção das práticas de extração de rendas são medidas essenciais para promover o desenvolvimento do setor privado e evitar a “maldição dos recursos naturais”.

A reforma das empresas públicas merece uma atenção especial. Em setores como a eletricidade e a conectividade, a reforma das empresas públicas pode não só limitar as pressões sobre o orçamento público, mas também promover a eficiência, reduzindo os custos e alargando o acesso, a fim de dar resposta às necessidades de uma população crescente. Para reformar com êxito as empresas públicas, são necessários processos transparentes, uma governação robusta e uma prestação de contas clara.

Os esforços de estabilização macroeconómica em curso em toda a região estabelecem uma base sólida para um ímpeto renovado em prol de reformas estruturais. Com base nestes fundamentos, a implementação de reformas do lado da oferta eficientes em termos de custos – adaptadas a uma conjuntura económica cada vez mais complexa – pode promover condições de concorrência mais equitativas entre os agentes económicos e contribuir para a captação do dividendo demográfico da região. Para que sejam sustentados, estes esforços devem estar ancorados num contrato social robusto e ser informados por um diálogo estruturado com as partes interessadas e apoiados por uma comunicação clara e franca que esclareça as razões, os objetivos, os intervenientes e os métodos das reformas.

Referências

- Acemoglu, Daron, and James A. Robinson. 2019. *The Narrow Corridor: States, Societies, and the Fate of Liberty*. New York: Penguin Press.
- Baquie, Sandra, Yueling Huang, Florence Jaumotte, Jaden Kim, Rafael Machado Parente, and Samuel Pienknagura. 2025. "Industrial Policies: Handle with Care." IMF Staff Discussion Note No. 2025/002, International Monetary Fund, Washington, DC.
<https://www.imf.org/-/media/files/publications/sdn/2025/english/sdnea2025002.pdf>
- Besley, Tim, Irene Bucelli, and Andrés Velasco. 2025. *The London Consensus: Economic Principles for The 21st Century*. London: LSE Press.
- Budina, Nina, Christian Ebeke, Florence Jaumotte, Andrea Medici, Augustus J. Panton, Marina M. Tavares, and Bella Yao. 2023. "Structural Reforms to Accelerate Growth, Ease Policy Trade-Offs, and Support the Green Transition in EMDEs." IMF Staff Discussion Note 2023/007, International Monetary Fund, Washington, DC.
- Campos, Nauro F., Paul De Grauwe, and Yuemei Ji. 2025. "Structural Reforms and Economic Performance: The Experience of Advanced Economies." *Journal of Economic Literature* 63 (1): 111–63.
- Dercon, Stefan. 2022. *Gambling on Development: Why Some Countries Win and Others Lose*. London: Hurst Publishers.
- Duval, Romain, and Davide Furceri. 2018. "The Effects of Labor and Product Market Reforms: The Role of Macroeconomic Conditions and Policies." *IMF Economic Review* 66: 31–69.
- ElGanainy, Asmaa A., Shushanik Hakobyan, Fei Liu, Hans Weisfeld, Ali Abbas, Céline Allard, Hippolyte W. Balima, Celine Bteish, Rahul Giri, Daniel S. Kanda, Sergii Meleshchuk, Gustavo Ramirez, Robert Zymek, Vivek B. Arora, Subir Lall, Benjamin R. Kett, and Megan M. Pohl. 2023. "Trade Integration in Africa: Unleashing the Continent's Potential in a Changing World." IMF Departmental Paper 003/2023, International Monetary Fund, Washington, DC. <https://doi.org/10.5089/9798400232794.087>
- Gaspar, Vitor, Sanjeev Gupta, and Carlos Mulas-Granados. 2017. *Fiscal Politics*. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Hansen-Addy, Andrew E., Davide M. Parrilli, and Ishmael Tingbani. 2024. "The Impact of Trade Facilitation on African SMEs' Performance." *Small Business Economics* 62: 105–31.
- International Monetary Fund (IMF). 2015. "Options for Low-Income Countries' Effective and Efficient Use of Tax Incentives for Investment." Washington, DC. <https://www.imf.org/external/np/g20/pdf/101515.pdf>
- International Monetary Fund (IMF). 2019a. "Curbing Corruption." *Fiscal Monitor*, International Monetary Fund, Washington, DC, April.
<https://www.imf.org/en/publications/fm/issues/2019/09/27/fiscal-monitor-april-2019-curbing-corruption-46532>
- International Monetary Fund (IMF). 2019b. "Reigniting Growth in Emerging Market and Low-Income Economies: What Role for Structural Reforms?" *World Economic Outlook*, Washington, DC, October.
- International Monetary Fund (IMF). 2020. "State-Owned Enterprises: The Other Government." *Fiscal Monitor*, Washington, DC, October.
<https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2020/10/13/fiscal-monitor-october-2020>
- International Monetary Fund (IMF). 2024a. "Industrial Policy Coverage in IMF Surveillance—Broad Considerations." IMF Policy Paper 008/2024, Washington, DC.
<https://www.imf.org/-/media/files/publications/pp/2024/english/ppea2024008.pdf>

- International Monetary Fund (IMF). 2024b. "Understanding the Social Acceptability of Structural Reforms." *World Economic Outlook*, Washington, DC, October.
<https://www.elibrary.imf.org/display/book/9798400281150/CH003.xml>
- International Monetary Fund (IMF). 2025. "Industrial Policy: Managing Trade-Offs to Promote Growth and Resilience." *World Economic Outlook*, Washington, DC, October.
<https://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2025/october/english/ch3.pdf>
- International Monetary Fund. Forthcoming. "Review of Program Design and Conditionality." Washington, DC.
- Jordà, Òscar. 2005. "Estimation and Inference of Impulse Responses by Local Projections." *American Economic Review* 95 (1): 161–82.
- Khasiani, Kubai, Taz Chaponda, Dzingai Chapfuwa, and Wayne Bartlett. 2023. "Managing SOE Risks in Sub-Saharan Africa." IMF PFM Blog, International Monetary Fund, Washington, DC.
<https://blog-pfm.imf.org/en/pfmblog/2023/04/managing-soe-risks-in-sub-saharan-africa>
- Paelo, Anthea, and Simon Roberts. 2022. "Competition and Regulation of Mobile Money Platforms in Africa." *Review of Industrial Organization* 60: 463–89.
- Parry, Ian W. H., Dirk Heine, Eliza Lis, and Shanjun Li. 2016. "Getting Energy Prices Right: From Principle to Practice." International Monetary Fund, Washington DC. <https://doi.org/10.5089/9781484388570.071>
- Wassie, Alamneh, Mengistu, Lukas Kornher, and Chahir Zaki. 2025. "Revisiting the Impact of Trade Facilitation Measures in Africa: A Structural Gravity Approach." *The Journal of International Trade & Economic Development* 34 (7): 1604–34.
- Wezel, Trosten, and Naly Carvalho. 2022. "The Financial Performance and Macro-Financial Implications of Large State-Owned Enterprises in Sub-Saharan Africa." IMF Working Paper 22/56, International Monetary Fund, Washington, DC. <https://doi.org/10.5089/9798400202452.001>
- World Bank. 2016. "Breaking Down Barriers: Unlocking Africa's Potential Through Vigorous Competition Policy." Washington, DC.
<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/693ba4b1-476b-5e3c-be1c-0a0e3f22d93e>
- World Bank. 2024. *Enterprise Surveys*. Washington, DC. <https://www.enterprisesurveys.org/>

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 2 de abril de 2026 e correspondem às projeções subjacentes à edição de abril de 2026 do *World Economic Outlook*.

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupos de países

- Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): países exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países pobres em recursos naturais (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- Os países exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países pobres em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.
- Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países frágeis e afetados por conflitos (ver na página vi o quadro com os grupos de países).
- A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média sobre três anos) e a classificação dos países frágeis e afetados por conflitos publicada pelo Banco Mundial.
- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto per capita superior a 1135 dólares no período 2021–2024 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto per capita igual ou inferior a 1135 dólares no período 2021–2024 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países frágeis e afetados por conflitos são classificados com base na lista publicada pelo Banco Mundial para o exercício de 2026.
- O quadro na página vi mostra os países da África Subsariana que participam nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

- Nos quadros AS1 e AS3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook*.
- No quadro AS1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook*.

- Nos quadros AS2-AS4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros AS1-AS4 do apêndice estatístico

Quadro AS1.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2026.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2027 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² As autoridades do Zimbabué redenominaram as estatísticas das suas contas nacionais em meados de 2025.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS2.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2026.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2027 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² O montante total da dívida reportado refere-se ao setor público e é preliminar, estando sujeito a revisão oficial por parte das autoridades.

³ Para a Zâmbia, as projeções da dívida pública para 2026-2027 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁴ As autoridades do Zimbabué redenominaram as estatísticas das suas contas nacionais em meados de 2025.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro SA3.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2026.

¹ Os dados e as projeções para 2020-2027 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

² Os dados históricos (2019-2024) são provisórios, refletindo revisões das estatísticas oficiais do setor externo e ajustes do corpo técnico do FMI.

³ As autoridades do Zimbabué redenominaram as estatísticas das suas contas nacionais em meados de 2025.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS4.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2026.

¹ Membro da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Enquanto membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Os dados e as projeções para 2020-2027 foram excluídos da base de dados devido a restrições na comunicação de dados.

⁴ Para a Etiópia, as projeções não foram divulgadas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁵ Para a Zâmbia, as projeções da dívida externa para 2026-2027 são omitidas devido à reestruturação em curso da dívida.

⁶ As autoridades do Zimbabué redenominaram as estatísticas das suas contas nacionais em meados de 2025.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AS1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB Real									Preços no consumidor, média anual								
	(variação percentual anual)									(variação percentual anual)								
	2011–19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2011–19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
África do Sul	1,6	-6,2	4,9	2,1	0,8	0,5	1,1	1,0	1,3	5,3	3,3	4,6	6,9	5,9	4,4	3,2	3,9	3,4
Angola	2,2	-4,0	2,1	4,2	1,3	5,0	3,1	2,3	2,6	16,3	22,3	25,8	21,4	13,6	28,2	20,2	12,9	12,8
Benim	5,1	3,8	7,2	6,3	6,4	7,5	7,5	7,0	6,7	1,2	3,0	1,7	1,4	2,7	1,2	1,1	2,0	2,0
Botsuana	4,1	-8,7	11,9	5,5	3,2	-3,0	-0,9	4,7	2,2	4,6	1,9	6,7	12,2	5,1	2,8	2,8	5,1	5,7
Burkina Faso	5,8	2,0	6,9	1,6	3,0	4,8	5,0	4,9	4,8	1,0	1,9	3,9	13,8	0,9	4,2	-0,5	1,5	2,1
Burundi	1,9	0,3	3,1	1,8	2,7	4,1	3,9	3,8	4,2	7,0	7,5	8,4	18,9	27,1	20,2	34,2	14,5	15,3
Cabo Verde	3,0	-20,8	7,0	15,8	4,8	7,2	5,5	4,8	5,0	1,1	0,6	1,9	7,9	3,7	1,1	2,3	2,2	2,1
Camarões	4,4	0,3	3,3	3,7	3,3	3,5	3,1	3,3	3,8	1,9	2,5	2,3	6,3	7,4	4,5	3,4	3,5	3,2
Chade	3,0	0,0	2,0	4,7	5,0	5,0	5,6	5,2	4,9	1,1	-2,7	-0,8	5,8	4,1	5,7	-2,6	0,5	3,9
Comores	3,1	-0,2	2,0	2,6	3,0	3,3	3,8	4,1	4,1	1,8	0,8	-0,0	12,4	8,5	5,0	3,2	3,7	2,5
Côte d'Ivoire	6,6	0,7	7,1	6,4	6,6	6,0	6,5	6,2	6,3	1,5	2,3	4,2	5,2	4,4	3,4	0,1	1,8	2,0
Eritreia ¹	4,6	...	...	...	...	...	...	...	...	2,6	...	...	...	...	...	...	...	...
Essuatíni	3,1	-3,0	4,2	0,4	3,5	3,0	3,6	4,0	3,5	5,9	3,9	3,7	4,8	4,9	4,0	3,1	3,5	3,8
Etiópia	9,5	6,1	6,3	6,4	7,2	8,1	9,2	9,2	7,9	14,4	20,4	26,8	33,9	30,2	21,0	13,2	11,8	10,7
Gabão	3,7	-1,8	1,5	3,0	2,4	3,4	2,5	2,7	2,8	2,3	1,7	1,1	4,3	3,6	1,2	2,0	2,5	2,4
Gâmbia	2,5	0,6	5,3	5,5	5,9	5,6	6,0	5,1	5,0	6,3	5,9	7,4	11,5	17,0	11,6	7,9	5,8	5,0
Gana	6,5	0,5	5,1	3,8	3,1	5,8	6,0	4,8	4,9	11,8	9,9	10,0	31,9	39,2	22,9	14,2	5,8	7,8
Guiné	6,2	4,7	5,6	4,0	6,2	6,1	6,7	8,7	9,3	11,4	10,6	12,6	10,5	5,4	4,5	3,1	4,1	5,6
Guiné-Bissau	3,9	1,5	6,2	4,6	5,2	4,8	5,5	4,9	4,9	1,3	1,5	3,3	7,9	7,2	3,7	0,9	2,5	2,1
Guiné Equatorial	-2,7	-4,8	0,9	3,2	-5,1	0,9	-6,4	-2,7	-1,3	2,5	4,8	-0,1	4,9	2,4	3,4	2,8	3,2	2,9
Lesoto	1,5	-8,6	4,6	1,6	2,5	4,9	1,4	1,1	0,8	5,1	5,4	6,5	8,2	6,5	5,2	4,4	4,2	3,9
Libéria	2,8	-3,0	5,0	4,8	4,6	4,0	5,1	5,1	5,4	12,5	17,0	7,8	7,6	10,1	8,2	8,3	5,7	6,2
Madagáscar	3,2	-7,1	4,7	4,1	4,2	4,3	2,8	3,6	4,1	7,0	4,2	5,8	8,2	9,9	7,6	8,0	8,3	7,0
Maláui	4,1	1,0	4,6	0,9	1,9	1,7	2,1	2,2	2,4	17,2	8,6	9,3	20,8	28,8	32,2	28,4	24,4	22,0
Mali	4,5	-1,2	3,1	3,7	4,7	5,0	4,9	5,5	5,7	1,1	0,5	3,8	9,7	2,1	3,2	2,3	2,2	2,0
Maurícias	3,7	-14,5	3,4	8,7	5,0	4,9	3,1	3,4	3,4	3,0	2,5	4,0	10,8	7,0	3,6	3,7	3,7	3,8
Moçambique	5,5	-1,2	2,4	4,4	5,5	2,1	-0,5	0,5	2,7	7,5	0,9	6,6	10,4	7,0	3,2	4,4	4,4	5,2
Namíbia	2,8	-8,1	3,6	5,4	4,4	3,7	2,4	2,4	2,7	5,2	2,2	3,6	6,1	5,9	4,2	3,5	3,9	3,4
Níger	5,9	3,5	1,4	11,9	2,4	10,3	6,9	6,7	6,5	0,7	2,9	3,8	4,2	3,7	9,1	-4,6	0,4	2,0
Nigéria	3,0	-6,4	1,1	4,3	3,3	4,1	4,0	4,1	4,3	11,6	13,2	17,0	18,8	24,7	33,2	23,0	16,0	15,9
Quênia	4,7	-0,3	7,6	4,9	5,7	4,7	4,9	4,5	4,7	7,4	5,3	6,1	7,6	7,7	4,5	4,1	5,9	5,9
República Centro-Africana	-0,7	0,9	0,1	0,8	0,1	3,1	4,8	2,6	3,0	4,9	0,9	4,3	5,6	3,0	1,5	1,0	1,5	2,5
República Democrática do Congo	5,6	0,8	6,4	9,3	8,5	6,1	5,7	5,9	5,4	10,2	11,4	9,0	9,3	19,9	17,7	7,4	3,3	6,4
República do Congo	0,3	-6,3	1,1	1,8	2,0	2,1	2,4	2,8	3,2	2,3	1,4	2,0	3,0	4,3	3,1	2,6	2,8	3,0
Ruanda	7,1	-2,8	8,4	9,8	8,6	7,2	7,0	7,2	7,6	3,9	7,7	0,8	13,9	14,0	4,8	7,0	5,6	5,0
São Tomé e Príncipe	3,6	2,6	1,9	0,2	0,4	1,1	2,1	3,4	3,9	8,1	9,8	8,1	18,1	21,1	14,4	0,9	9,6	7,9
Seicheles	6,6	-11,8	0,6	9,9	5,2	3,4	5,1	1,5	4,0	3,0	1,2	9,8	2,6	-1,0	0,3	0,3	2,6	1,7
Senegal	5,0	1,3	6,5	3,9	4,3	6,1	7,9	2,2	2,3	1,0	2,5	2,2	9,7	5,9	0,8	1,4	2,5	2,2
Serra Leoa	4,1	-1,3	5,9	5,3	5,7	4,3	4,4	4,5	4,7	10,0	13,4	11,9	27,2	47,7	28,4	7,6	7,5	9,0
Sudão do Sul	-5,3	-6,5	5,3	-5,2	3,0	-26,1	46,1	4,1	3,3	98,6	24,0	30,2	-3,2	39,7	99,8	97,6	14,0	10,0
Tanzânia	6,7	4,5	4,8	4,7	5,1	5,5	5,9	5,9	6,1	7,3	3,3	3,7	4,4	3,8	3,1	3,3	4,0	4,3
Togo	5,4	2,2	5,1	6,3	6,2	6,3	5,9	5,0	5,3	1,4	1,8	4,5	7,6	5,3	2,9	0,4	2,8	2,3
Uganda	5,3	-1,2	5,5	6,2	5,0	6,0	6,7	7,5	8,2	6,8	2,8	2,2	7,2	5,4	3,3	3,6	4,0	4,9
Zâmbia	4,3	-2,8	6,2	5,2	5,4	3,8	3,8	4,3	4,7	9,0	15,7	22,0	11,0	10,9	15,0	13,9	9,0	8,0
Zimbabué ²	4,6	-7,8	8,5	6,1	5,3	1,7	7,5	5,0	4,2	30,2	557,2	98,5	193,4	667,4	736,1	81,4	8,0	8,0
África Subsariana	3,7	-3,1	3,9	4,4	3,8	4,2	4,5	4,3	4,4	8,7	12,4	12,3	16,1	19,4	20,7	12,5	8,8	8,8
Mediana	4,4	-1,2	4,8	4,5	4,5	4,5	4,9	4,4	4,3	4,6	3,3	4,5	8,2	6,8	4,5	3,4	4,0	4,1
Excl. África do Sul e Nigéria	5,0	-0,2	5,3	5,2	4,8	5,2	5,6	5,2	5,2	8,2	14,7	12,1	17,2	20,4	18,7	9,5	6,2	6,4
Países ricos em recursos naturais	3,1	-4,3	3,2	4,0	3,1	3,6	3,8	3,7	3,9	9,2	13,8	13,2	16,8	21,7	25,1	14,7	9,5	9,7
Países exportadores de petróleo	2,8	-5,5	1,4	4,1	2,9	4,0	4,0	3,7	4,0	11,2	13,0	16,1	17,3	20,7	28,8	20,2	13,9	13,8
Excl. a Nigéria	2,3	-2,8	2,3	3,7	1,9	3,7	3,8	2,7	3,0	10,2	12,2	13,7	13,0	10,2	17,0	12,6	8,0	8,1
Outros países ricos em recursos naturais	3,5	-2,8	5,3	3,9	3,2	3,1	3,7	3,7	3,7	6,8	14,9	9,8	16,2	22,8	20,7	8,3	4,4	4,8
Excl. a África do Sul	5,5	0,0	5,7	5,4	5,0	4,9	5,5	5,4	5,3	8,4	25,7	14,3	24,1	37,3	34,0	11,9	4,7	5,7
Países pobres em recursos naturais	6,0	0,8	6,3	5,7	5,9	6,0	6,4	6,1	6,0	7,1	7,7	9,6	13,9	12,7	8,6	6,3	6,6	6,4
Países de rendimento médio	3,1	-4,6	3,4	4,0	3,0	3,6	3,6	3,5	3,7	8,7	9,3	11,5	14,0	15,7	18,3	13,0	9,7	9,6
Países de baixo rendimento	6,0	1,5	5,5	5,7	5,8	5,6	6,8	6,5	6,3	8,9	22,1	14,9	22,1	30,4	27,4	11,2	6,4	6,8
Países frágeis e afetados por conflitos	3,9	-3,7	2,6	4,8	4,2	4,6	5,1	4,9	4,9	10,5	18,7	17,6	22,0	30,3	34,6	19,1	12,1	12,1
Zona do franco CFA	4,4	0,4	4,5	4,8	4,2	5,2	5,1	4,6	4,8	1,5	1,9	2,7	6,4	4,4	3,5	0,8	2,1	2,4
CEMAC	2,5	-1,3	2,2	3,4	2,4	3,3	2,6	3,0	3,4	2,0	1,6	1,4	5,3	5,4	3,9	2,0	2,7	3,1
UEMOA	5,7	1,3	5,9	5,6	5,2	6,3	6,4	5,5	5,5	1,2	2,1	3,5	7,0	3,8	3,3	0,2	1,9	2,1
COMESA (membros da África Subsariana)	5,9	-0,0	6,5	6,1	6,2	5,6	6,4	6,3	6,0	9,8	26,8	17,6	24,7	35,1	31,0	13,2	7,8	7,8
CAO-5	5,5	1,0	6,3	5,3	5,5	5,3	5,7	5,7	6,0	7,1	4,3	4,3	7,1	6,7	4,1	4,3	5,1	5,3
CEDEAO	3,7	-4,4	2,5	4,5	3,8	4,6	4,7	4,5	4,7	10,3	11,3	14,0	17,8	22,4	26,2	17,7	12,3	12,4
SACU	1,8	-6,3	5,1	2,3	1,1	0,5	1,1	1,3	1,4	5,2	3,2	4,6	7,1	5,9	4,3	3,2	4,0	3,5
SADC	2,8	-4,2	4,8	3,9	2,8	2,7	2,9	2,9	3,0	8,1	16,9	12,3	15,5	20,7	22,4	10,5	6,1	6,2

Ver fontes e notas de rodapé na página 45.

Quadro AS2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos (em % do PIB)									Dívida pública (em % do PIB)								
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
África do Sul	-4,1	-9,6	-5,5	-4,2	-5,6	-5,7	-5,8	-4,9	-4,3	44,9	68,9	68,8	70,7	73,2	76,0	78,6	78,9	79,7
Angola	-0,5	-3,0	1,4	1,8	-2,5	-1,2	-4,1	-2,4	-3,6	52,6	119,8	75,5	57,4	75,7	57,1	51,3	51,6	53,5
Benim	-2,4	-4,7	-2,5	-5,6	-4,1	-3,1	-2,9	-2,9	-2,9	30,0	46,1	55,6	59,7	61,3	60,5	57,3	57,2	55,6
Botsuana	-0,9	-10,9	-2,3	0,0	-4,2	-7,3	-7,4	-10,7	-7,8	23,3	23,5	22,3	21,0	22,5	33,2	38,6	47,0	51,9
Burkina Faso	-3,3	-5,2	-7,4	-10,9	-6,9	-5,8	-3,5	-3,5	-3,0	31,1	43,6	55,5	59,2	56,8	57,2	52,0	48,8	47,1
Burundi	-5,1	-6,6	-4,6	-10,7	-7,7	-4,8	-3,0	-2,5	-2,9	45,1	65,9	63,6	69,8	59,9	53,1	41,2	37,0	37,1
Cabo Verde	-5,0	-9,3	-7,5	-4,3	-0,3	-1,1	1,1	-0,9	0,0	102,2	149,1	149,5	127,6	117,5	112,8	101,0	95,9	90,7
Camarões	-3,1	-3,5	-2,9	-1,1	-0,6	-1,5	-2,0	-1,7	-1,4	27,7	44,9	47,2	45,6	43,6	43,4	40,4	39,3	38,6
Chade	-0,7	1,2	-1,3	3,8	-1,3	-2,0	-1,3	-1,4	-1,3	30,8	41,6	41,7	32,1	32,2	31,4	30,4	29,9	29,9
Comores	0,5	-0,5	-2,8	-3,9	-1,3	-2,7	-2,3	-1,1	-1,7	18,2	25,5	27,9	30,2	31,5	30,0	29,5	32,4	33,8
Côte d'Ivoire	-2,4	-5,4	-4,9	-6,7	-5,1	-4,0	-3,0	-3,0	-3,0	32,4	46,3	50,2	56,0	56,7	59,5	56,3	55,1	54,0
Eritreia ¹	-2,3	...	...	...	...	...	...	...	...	235,6	...	...	...	...	...	...	...	...
Essuatíni	-3,8	-4,2	-4,6	-5,3	-0,7	-1,1	-6,1	-6,9	-5,1	19,3	37,7	37,3	39,5	39,4	40,1	44,9	50,0	52,7
Etiópia	-2,3	-2,8	-2,8	-4,2	-2,6	-2,0	-1,2	-1,8	-1,0	49,2	53,2	53,8	46,9	38,7	33,4	43,1	40,4	36,1
Gabão	0,5	-2,2	-1,9	-0,9	1,8	-3,3	-8,5	-10,0	-11,2	44,7	83,0	72,9	65,6	70,6	70,9	78,9	86,1	94,3
Gâmbia	-4,2	-2,4	-4,8	-5,7	-3,6	-4,0	-2,9	-1,0	-0,4	70,1	85,9	83,1	83,9	77,4	78,5	73,9	68,3	61,6
Gana	-6,6	-17,4	-12,0	-11,8	-3,4	-6,2	-1,3	-2,3	-1,8	50,2	79,1	86,9	92,7	79,1	70,3	48,8	53,0	50,7
Guiné	0,7	-3,1	-1,7	-1,9	-3,9	-5,0	-7,0	-5,0	-4,2	37,8	45,3	40,6	37,2	39,8	48,3	48,1	44,7	41,4
Guiné-Bissau	-2,9	-9,6	-5,9	-6,1	-8,2	-7,3	-6,7	-4,0	-3,5	54,9	77,6	78,8	80,7	79,4	82,4	75,3	73,6	71,8
Guiné Equatorial	-5,0	-1,8	2,7	11,7	2,4	-0,6	-2,5	-1,7	-3,7	25,1	49,4	42,3	29,8	39,1	36,4	40,6	39,1	42,3
Lesoto	-3,0	1,4	-4,8	-6,3	7,4	8,2	2,2	4,2	4,5	43,7	54,7	58,0	64,4	61,1	52,8	49,1	49,0	48,6
Libéria	-3,9	-4,0	-2,5	-5,8	-8,5	-1,8	-1,4	-1,6	-1,1	28,5	58,5	53,5	54,4	57,2	56,4	54,9	53,8	53,3
Madagáscar	-2,1	-4,0	-2,8	-5,5	-4,2	-2,5	-2,2	-4,6	-3,9	38,1	52,9	49,4	49,8	52,1	49,8	48,7	49,3	50,4
Maláui	-3,8	-8,0	-8,3	-9,3	-7,8	-11,0	-11,5	-10,5	-12,0	34,7	53,9	66,5	75,7	86,7	87,6	78,4	74,5	72,6
Mali	-2,3	-4,6	-4,1	-4,0	-3,0	-2,2	-1,6	-2,4	-2,3	26,4	39,8	43,2	42,9	44,3	44,0	41,9	40,8	39,7
Maurícias	-3,3	-10,5	-4,1	-3,1	-4,5	-6,8	-3,7	-3,1	-1,9	61,8	91,9	86,1	81,8	81,5	86,1	86,5	86,5	85,0
Moçambique	-4,2	-6,2	-5,2	-5,2	-4,3	-6,2	-4,0	-6,5	-7,3	78,0	120,0	104,3	100,4	90,8	91,4	102,5	106,1	113,3
Namíbia	-6,1	-8,1	-8,7	-6,3	-3,1	-3,8	-6,5	-6,1	-5,4	38,2	64,3	69,6	70,1	67,9	69,8	70,2	70,5	71,2
Níger	-3,7	-4,8	-6,1	-6,8	-5,4	-4,3	-3,3	-3,7	-3,0	27,8	45,0	51,3	50,7	51,8	47,7	45,4	45,5	44,9
Nigéria	-2,2	-4,0	-4,0	-4,0	-3,1	-1,3	-1,8	-4,4	-2,9	16,2	25,7	26,6	29,8	36,3	39,3	35,5	32,3	33,1
Quênia	-6,2	-8,1	-7,2	-6,0	-5,6	-5,7	-6,4	-6,4	-6,0	46,7	68,0	68,2	67,8	73,4	67,3	69,3	71,6	72,4
República Centro-Africana	-0,9	-3,2	-5,7	-5,1	-3,4	-5,0	-5,5	-5,0	-6,2	44,9	42,4	46,3	48,9	55,6	59,9	61,8	64,0	66,5
República Democrática do Congo	0,2	-3,5	-1,6	-0,9	-1,6	-1,7	-2,8	-3,5	-2,4	8,9	11,6	14,0	14,7	15,7	15,8	20,2	24,6	27,8
República do Congo	-2,1	-1,1	1,6	8,9	5,8	3,6	0,3	0,4	2,9	59,6	102,5	97,8	93,5	102,9	98,0	96,8	91,3	85,8
Ruanda	-2,6	-9,3	-6,9	-5,6	-4,9	-6,2	-4,5	-4,3	-3,0	35,3	66,7	66,2	59,0	61,4	63,4	64,6	66,8	67,4
São Tomé e Príncipe	-5,2	2,9	-1,5	-2,2	-2,1	0,9	-2,5	1,0	1,6	89,7	91,0	85,1	86,8	73,2	65,2	55,7	50,4	47,4
Seicheles	1,0	-15,7	-5,8	-0,8	-1,2	-0,7	-1,0	-2,1	-1,2	66,4	77,4	71,0	60,6	55,1	56,1	51,5	55,0	54,0
Senegal ²	-5,0	-9,6	-13,7	-16,1	-14,8	-13,4	-7,9	-6,7	-5,7	49,2	90,1	98,7	104,7	118,4	132,4	130,2	132,3	133,4
Serra Leoa	-3,3	-3,5	-4,3	-5,9	-5,0	-5,2	-4,2	-2,2	-0,2	33,3	46,4	47,1	54,0	49,4	46,7	45,2	44,3	41,2
Sudão do Sul	-5,8	-5,5	-9,3	4,4	9,1	11,5	3,5	1,4	-0,2	50,9	48,3	56,4	42,1	62,0	53,4	62,1	57,3	49,9
Tanzânia	-2,7	-2,6	-3,5	-3,9	-3,7	-3,0	-3,0	-3,2	-3,2	36,6	41,3	43,4	44,9	47,8	49,9	49,7	48,7	47,5
Togo	-3,8	-7,0	-4,5	-7,8	-6,3	-6,8	-3,2	-6,7	-3,0	48,9	61,4	63,3	63,0	64,1	66,2	63,0	64,7	63,1
Uganda	-3,0	-7,8	-7,8	-5,4	-4,9	-3,9	-7,1	-5,9	-4,9	27,8	46,8	50,3	49,9	50,4	51,8	54,2	55,0	54,4
Zâmbia ³	-6,3	-13,8	-8,1	-7,8	-5,5	-3,5	-3,8	-4,9	-4,4	53,3	140,0	111,0	99,5	129,1	125,2	86,0	...	...
Zimbabué ⁴	-2,7	0,5	-1,8	-1,0	-9,5	-0,8	0,1	-0,8	-0,9	35,3	56,8	39,9	66,8	76,1	70,4	43,8	42,3	41,4
África Subsariana	-2,9	-5,9	-4,6	-4,0	-4,0	-3,7	-3,8	-4,0	-3,5	33,4	51,6	51,5	52,1	56,8	58,7	57,0	56,1	55,9
Mediana	-3,0	-4,6	-4,5	-5,2	-3,8	-3,4	-3,0	-3,2	-3,0	38,5	54,3	56,0	59,1	60,5	57,2	53,1	53,0	52,7
Excl. África do Sul e Nigéria	-3,0	-5,8	-4,6	-3,9	-3,8	-3,6	-3,6	-3,7	-3,4	40,9	61,9	59,0	57,8	59,9	57,2	54,8	54,8	54,2
Países ricos em recursos naturais	-2,8	-5,9	-4,3	-3,4	-3,7	-3,3	-3,5	-3,8	-3,3	31,3	48,7	48,3	49,2	55,4	57,9	54,0	52,8	53,1
Países exportadores de petróleo	-2,0	-3,7	-3,1	-2,2	-2,3	-1,1	-2,5	-3,5	-3,0	23,7	38,0	35,9	36,8	45,5	46,8	43,4	40,9	41,8
Excl. a Nigéria	-1,5	-2,6	-0,4	2,2	-0,5	-0,9	-3,3	-2,5	-3,0	44,5	82,8	64,7	54,3	64,4	54,5	51,8	51,6	52,6
Outros países ricos em recursos naturais	-3,8	-8,3	-5,4	-4,6	-4,9	-4,6	-4,1	-4,0	-3,5	41,2	60,7	60,5	62,7	64,2	64,3	60,2	60,3	60,1
Excl. a África do Sul	-3,4	-6,9	-5,3	-5,0	-4,3	-3,6	-2,8	-3,4	-2,8	36,3	52,5	51,7	54,8	56,2	54,1	45,4	45,7	45,2
Países pobres em recursos naturais	-3,7	-6,2	-5,7	-6,1	-4,9	-4,6	-4,5	-4,5	-4,0	43,7	61,4	62,8	62,2	60,8	60,7	64,6	64,6	63,1
Países de rendimento médio	-3,1	-6,6	-4,9	-4,1	-4,0	-4,0	-4,1	-4,3	-3,7	32,7	52,8	53,0	53,5	60,8	64,7	61,5	60,5	61,0
Países de baixo rendimento	-2,5	-3,7	-3,8	-3,8	-3,9	-3,0	-3,1	-3,4	-2,9	36,7	47,8	46,9	47,7	47,2	46,2	46,8	45,9	45,0
Países frágeis e afetados por conflitos	-2,2	-3,6	-3,6	-3,4	-3,0	-1,8	-1,8	-3,2	-2,3	22,7	34,1	34,5	36,8	41,0	42,2	40,5	38,3	38,2
Zona do franco CFA	-2,7	-4,5	-4,4	-4,1	-3,9	-3,9	-3,4	-3,4	-3,1	34,4	54,5	57,8	58,2	60,8	62,1	60,3	59,5	58,9
CEMAC	-2,2	-2,1	-1,4	2,4	0,7	-1,3	-2,8	-2,8	-2,7	35,2	57,9	56,5	51,1	53,4	52,1	52,0	51,6	52,2
UEMOA	-3,1	-5,9	-6,2	-8,2	-6,5	-5,4	-3,7	-3,8	-3,3	34,3	52,6	58,5	62,6	65,1	67,7	64,6	63,6	62,3
COMESA (membros da África Subsariana)	-3,4	-5,5	-4,7	-4,4	-4,3	-3,4	-3,9	-4,2	-3,5	40,2	57,2	54,2	54,7	55,3	52,3	52,1	51,6	50,9
CAO-5	-4,4	-6,5	-6,2	-5,3	-4,9	-4,6	-5,4	-5,2	-4,7	39,4	56,3	57,6	57,3	60,1	58,6	59,8	60,6	60,3
CEDEAO	-2,6	-5,5	-5,1	-5,3	-4,0	-3,7	-2,6	-3,9	-2,9	21,7	35,8	38,7	41,5	48,4	56,0	49,7	47,4	47,2
SACU	-4,0	-9,5	-5,5	-4,1	-5,3	-5,6	-5,8	-5,1	-4,5	43,6	66,5	66,5	68,1	70,3	73,4	76,2	76,8	77,7
SADC	-3,1	-7,1	-4,1	-3,0	-4,7	-4,1	-4,5	-4,2	-3,9	43,3	68,0	61,7	61,7	67,1	65,5	63,3	63,2	63,9

Ver fontes e notas de rodapé na página 45.

Quadro AS3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato								Conta corrente externa, incl. donativos									
	(em % do PIB)								(em % do PIB)									
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
África do Sul	66,4	74,0	70,1	70,7	72,3	73,9	74,7	74,7	74,7	-3,5	2,0	3,7	-0,3	-1,1	-0,7	-0,5	-0,9	-1,4
Angola	30,5	33,2	22,0	17,7	20,2	15,8	13,8	14,2	14,6	2,7	1,3	10,1	8,5	3,7	5,3	0,4	2,2	1,0
Benim	28,0	30,5	32,7	33,4	30,2	28,1	28,1	28,1	28,1	-4,8	-1,7	-4,2	-5,7	-8,2	-6,0	-5,7	-5,0	-4,9
Botsuana	44,7	52,5	45,3	40,1	41,7	43,9	49,4	49,1	48,6	2,0	-9,8	-1,8	-0,6	1,5	-4,2	3,7	-1,9	-1,4
Burkina Faso	32,4	43,9	48,4	46,7	43,1	40,2	42,3	40,4	39,3	-5,1	4,2	0,4	-7,5	-5,1	-3,5	6,7	8,6	8,4
Burundi	28,1	46,2	49,7	56,6	48,6	47,9	39,4	40,0	40,5	-14,4	-11,2	-12,6	-16,8	-14,8	-8,6	-6,1	-5,5	-5,3
Cabo Verde	85,5	116,9	111,3	95,6	93,9	92,9	94,3	94,5	93,9	-6,3	-15,4	-12,1	-3,5	-2,7	3,9	3,6	-0,4	-1,2
Camarões	21,7	26,6	29,3	29,7	28,5	28,7	30,5	31,3	31,4	-3,3	-3,7	-4,0	-3,4	-4,1	-3,3	-3,8	-5,1	-5,8
Chade	10,8	15,1	16,2	17,1	19,5	20,6	21,4	21,0	19,3	-3,2	-2,5	-0,5	6,3	1,6	1,4	0,2	0,8	0,3
Comores	25,1	31,2	37,1	37,1	38,2	36,9	36,6	35,8	35,9	-3,1	-1,8	-0,3	-0,4	-1,5	-2,3	-2,9	-4,2	-4,4
Côte d'Ivoire	27,8	36,9	39,2	39,0	36,3	38,5	43,8	46,5	46,5	-0,3	-3,1	-3,9	-7,6	-8,0	-4,5	-1,1	-1,1	-3,1
Eritreia ¹	207,6	...	...	...	...	...	...	...	...	14,9	...	...	...	...	...	...	...	...
Essuatíni	27,2	31,1	29,9	28,4	27,5	27,4	31,6	36,1	36,1	6,1	6,8	2,6	-2,7	2,2	1,6	-0,6	-1,8	-0,5
Etiópia	29,2	30,8	31,1	27,9	24,9	21,1	22,2	21,9	22,2	-7,1	-4,6	-3,2	-4,3	-2,9	-4,2	-0,9	-2,4	-1,9
Gabão	23,7	27,9	24,1	23,5	27,0	25,5	25,5	25,5	25,5	5,2	-0,5	3,3	8,8	3,0	1,7	-3,1	-4,3	-5,5
Gâmbia	38,6	56,0	59,2	55,3	49,9	48,3	44,0	42,0	40,1	-7,6	-5,8	-4,2	-4,2	-5,4	-6,5	-4,9	-5,1	-4,1
Gana	24,1	30,8	29,4	29,3	28,2	27,9	26,8	26,8	26,8	-5,6	-2,5	-2,8	-2,3	-0,8	1,8	7,9	10,1	9,5
Guiné	24,2	27,8	25,5	29,1	26,3	32,6	34,0	33,4	34,5	-16,3	-16,1	4,1	-5,7	-9,7	-14,7	-22,3	-3,6	0,1
Guiné-Bissau	38,5	45,6	50,6	46,6	40,6	39,6	35,6	34,5	34,0	-2,4	-2,6	-0,8	-8,6	-8,6	-7,4	-6,2	-6,3	-5,1
Guiné Equatorial	13,2	17,5	14,8	14,1	19,2	19,2	20,4	21,3	22,0	-8,2	-0,8	5,7	6,6	0,9	-0,6	-3,0	-1,6	-2,4
Lesoto	35,6	41,1	38,8	39,6	42,3	42,1	40,9	40,0	39,4	-9,5	-5,7	-9,1	-14,0	-0,8	2,1	-3,3	-3,4	-2,3
Libéria	20,2	25,5	24,6	25,0	26,8	28,0	31,0	31,2	31,7	-19,4	-23,9	-13,0	-15,9	-20,1	-8,1	-6,3	-12,0	-11,1
Madagáscar	23,4	28,7	29,0	28,8	27,7	28,3	27,7	27,1	26,6	-2,7	-5,4	-4,9	-5,4	-4,0	-5,3	-5,8	-8,0	-6,6
Maláui	17,2	17,5	20,1	23,6	23,8	26,3	29,2	31,2	37,2	-10,2	-14,1	-15,2	-18,2	-15,6	-18,5	-16,5	-15,4	-13,4
Mali	22,5	26,6	33,9	34,0	31,5	29,7	30,9	30,9	30,9	-4,4	-1,8	-6,4	-6,5	-6,5	-4,3	-0,8	-1,5	1,6
Maurícias	104,3	156,7	159,9	141,3	135,5	139,9	141,7	140,6	141,5	-5,8	-8,9	-13,1	-11,1	-3,0	-6,4	-6,4	-6,9	-5,1
Moçambique	44,7	59,0	56,2	53,6	50,1	53,5	60,3	62,9	63,7	-30,3	-26,5	-21,2	-33,7	-10,6	-11,0	-14,2	-43,0	-39,6
Namíbia	58,3	71,5	70,9	63,2	62,8	64,4	64,5	64,1	64,4	-8,1	3,9	-10,8	-12,6	-15,2	-14,2	-13,2	-15,7	-13,6
Niger	17,5	19,2	20,1	19,4	18,1	16,4	16,9	17,5	17,5	-12,6	-13,2	-14,1	-16,2	-13,9	-5,6	-5,0	-6,1	-4,0
Nigéria	17,3	18,2	18,3	19,0	25,2	31,9	30,9	31,0	29,3	0,8	-2,7	-0,5	0,2	1,3	6,8	5,1	5,8	3,1
Quênia ²	36,8	37,2	35,2	33,6	36,6	33,8	34,2	34,3	34,4	-6,0	-3,7	-5,1	-5,0	-3,6	-2,3	-2,7	-4,1	-3,7
República Centro-Africana	22,8	28,9	31,8	30,6	31,8	34,2	33,9	33,7	33,4	-5,7	-7,6	-12,4	-12,9	-8,2	-9,1	-3,8	-3,4	-3,6
República Democrática do Congo	11,8	21,1	21,2	18,3	21,2	21,4	17,0	17,0	16,9	-4,5	-2,3	-1,0	-3,7	-5,3	-4,2	-3,7	-2,0	-1,6
República do Congo	26,6	32,7	30,8	27,5	31,9	35,7	33,0	38,1	40,1	-2,4	12,6	12,8	17,0	-5,0	-3,0	-5,9	-6,0	-5,8
Ruanda	22,5	24,4	25,7	24,8	25,5	26,1	26,9	27,5	28,3	-10,6	-11,7	-10,7	-9,0	-11,4	-12,1	-13,0	-13,4	-11,7
São Tomé e Príncipe	41,1	32,5	29,5	28,2	23,9	20,2	21,3	20,6	19,9	-17,0	-11,2	-13,1	-14,5	-12,3	-2,2	-6,3	-4,7	-5,1
Seicheles	64,4	101,6	93,4	82,8	82,1	82,9	87,2	86,3	88,9	-10,9	-12,5	-10,5	-7,6	-6,4	-7,9	-6,5	-7,8	-5,6
Senegal	34,6	45,3	48,3	51,7	52,8	51,3	51,7	51,6	51,5	-7,2	-11,9	-12,1	-19,9	-19,8	-11,3	-5,6	-6,2	-5,8
Serra Leoa	14,5	17,9	19,2	20,4	19,8	20,3	21,8	22,4	22,8	-14,2	-5,8	-7,3	-6,3	-9,5	-6,9	-5,1	-3,3	-2,9
Sudão do Sul	21,9	17,8	17,6	15,3	14,6	26,8	17,8	16,9	14,7	-2,8	-31,7	-0,1	-7,9	-18,4	53,7	-4,0	3,2	4,8
Tanzânia	22,2	21,7	22,0	22,7	23,8	24,8	26,5	28,1	29,2	-7,1	-2,3	-3,5	-7,4	-3,8	-2,8	-2,4	-2,3	-2,1
Togo	37,2	46,0	47,0	47,4	46,2	45,8	45,8	45,8	45,8	-4,9	-0,3	-2,2	-3,3	-3,8	-2,4	-1,0	-3,2	-2,8
Uganda	17,4	22,5	21,7	20,6	20,5	19,7	21,1	21,9	22,4	-5,6	-9,5	-8,4	-8,6	-7,5	-7,3	-6,2	-3,9	-2,7
Zâmbia	21,7	31,2	24,3	27,1	29,9	31,0	31,1	31,1	31,1	0,3	11,8	11,9	3,7	-3,0	-4,4	-3,5	0,9	1,9
Zimbabué ³	16,7	9,9	10,2	12,6	11,2	9,6	7,5	8,1	9,0	-5,6	1,7	0,7	0,6	0,3	1,0	4,0	3,7	3,5
África Subsariana	31,8	34,3	33,1	32,7	34,6	36,2	36,0	36,1	35,5	-2,3	-2,4	-0,7	-1,9	-2,4	-1,3	-0,9	-0,6	-1,1
Mediana	26,4	30,9	30,4	29,2	29,2	30,4	31,1	31,2	32,6	-5,3	-3,7	-4,0	-5,7	-5,0	-4,2	-3,8	-3,5	-3,0
Excl. África do Sul e Nigéria	28,3	32,3	30,9	29,7	29,7	28,8	29,2	29,6	29,9	-4,2	-3,8	-2,6	-3,7	-4,3	-3,1	-2,2	-2,1	-2,0
Países ricos em recursos naturais	31,5	33,3	31,7	31,6	34,5	37,0	36,3	36,3	35,5	-1,5	-1,3	0,9	-0,1	-1,0	0,5	0,4	1,2	0,5
Países exportadores de petróleo	19,3	20,8	19,6	19,5	24,6	29,1	28,2	28,4	27,2	0,7	-2,3	0,8	1,9	1,0	4,9	1,9	3,0	1,1
Excl. a Nigéria	25,3	29,0	23,3	21,0	22,9	21,1	20,3	21,0	21,2	0,5	-0,9	4,9	6,2	0,5	2,9	-1,4	-0,6	-1,5
Outros países ricos em recursos naturais	46,9	48,8	46,3	46,0	46,2	46,5	46,2	45,9	45,6	-4,3	-0,1	0,9	-2,3	-2,8	-2,1	-0,6	0,1	0,2
Excl. a África do Sul	25,0	27,5	27,0	26,7	26,6	26,8	26,5	26,7	27,0	-5,5	-2,2	-2,0	-4,3	-4,3	-3,3	-0,6	0,9	1,3
Países pobres em recursos naturais	32,6	37,5	37,5	36,0	35,0	33,8	35,1	35,4	35,5	-6,7	-6,2	-6,3	-8,2	-6,3	-5,4	-4,1	-5,5	-5,1
Países de rendimento médio	33,8	36,8	35,3	35,0	38,0	40,5	40,3	40,4	39,5	-1,2	-1,4	0,4	-0,4	-1,2	0,3	0,4	0,7	-0,3
Países de baixo rendimento	24,1	26,5	26,9	26,0	25,1	24,5	24,8	25,0	25,4	-7,5	-5,6	-4,3	-6,6	-5,4	-4,6	-3,8	-3,6	-2,8
Países frágeis e afetados por conflitos	19,9	21,7	22,2	22,1	25,5	29,1	28,4	28,4	27,4	-1,3	-3,1	-1,5	-1,7	-1,5	0,4	0,7	0,5	-0,3
Zona do franco CFA	24,8	32,0	34,0	34,0	33,3	33,3	35,3	36,2	36,1	-3,3	-2,9	-3,3	-4,5	-6,7	-4,1	-2,2	-2,4	-2,7
CEMAC	19,6	24,9	25,2	24,9	26,4	26,9	27,7	28,7	28,7	-2,3	-0,8	0,7	3,9	-1,7	-1,5	-3,2	-3,7	-4,3
UEMOA	28,3	36,0	39,2	39,3	37,2	36,9	39,3	40,1	39,9	-4,2	-4,1	-5,7	-9,7	-9,6	-5,5	-1,7	-1,7	-1,8
COMESA (membros da África Subsariana)	29,6	31,8	30,7	29,0	29,0	27,5	27,2	27,2	27,5	-5,3	-3,7	-3,5	-4,6	-4,2	-4,3	-3,3	-3,1	-2,5
CAO-5	27,9	29,0	28,3	27,6	29,1	28,1	28,9	29,6	30,1	-6,6	-4,8	-5,6	-6,8	-5,1	-4,1	-4,0	-4,0	-3,5
CEDEAO	19,6	22,6	23,0	23,8	27,8	32,9	32,6	32,8	31,6	-0,5	-3,3	-1,6	-1,7	-1,7	0,9	2,0	3,5	1,8
SACU	64,6	72,3	68,3	68,3	69,7	71,3	72,4	72,4	72,3	-3,4	1,6	3,0	-0,8	-1,3	-1,2	-0,8	-1,4	-1,8
SADC	48,1	51,9	47,3	46,1	47,0	46,9	46,6	46,6	46,6	-3,2	-0,1	1,8	-1,1	-1,7	-1,			

Ver fontes e notas de rodapé na página 45.

Quadro AS4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor										Reservas									
	(em % do PIB)										(em meses de importações de bens e serviços)									
	2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027		2011-19	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	
África do Sul	15,0	23,4	18,6	18,7	19,6	20,1	20,3	18,9	19,6		5,8	6,3	5,4	5,9	6,3	6,2	6,2	6,4	6,1	
Angola	29,5	78,8	62,4	38,1	44,5	40,3	35,9	34,7	36,1		9,3	9,5	6,5	7,4	7,8	7,9	7,4	7,7	7,4	
Benim ¹	15,5	30,3	40,2	43,3	45,5	45,9	50,7	51,6	51,1		3,5	...	...	...	...	...	...	...	...	
Botsuana	15,9	12,5	10,6	9,4	10,5	10,7	13,7	15,0	15,3		11,4	6,4	6,5	7,1	7,0	5,7	5,0	4,7	4,4	
Burkina Faso ¹	21,0	23,0	24,5	26,4	26,4	24,7	22,0	19,4	19,1		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Burundi	19,5	17,4	17,1	18,7	18,5	15,3	10,4	9,0	8,2		2,5	1,0	2,3	1,5	1,1	1,6	1,6	1,8	2,1	
Cabo Verde	78,8	134,0	119,6	106,2	97,0	87,2	75,6	66,7	61,2		5,7	7,1	6,4	5,6	6,0	5,9	7,3	7,6	7,5	
Camarões ²	18,5	32,5	30,5	31,0	28,7	27,5	25,9	24,6	24,0		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Chade ²	18,7	22,5	20,6	17,7	16,7	16,0	15,5	15,8	17,5		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Comores	17,1	23,6	26,0	28,4	29,7	28,2	28,3	30,1	31,5		7,1	7,9	8,6	6,7	7,3	7,2	7,6	8,7	9,2	
Côte d'Ivoire ¹	19,6	33,8	30,6	35,6	36,3	37,3	35,7	34,3	33,3		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Eritreia ³	62,2	...	...	...	...	...	...	...	...		2,7	...	...	...	...	...	...	...	...	
Essuatíni	10,3	18,6	16,1	19,3	21,3	21,9	26,9	29,2	31,5		3,7	3,0	2,9	2,4	2,2	2,2	2,5	2,5	2,4	
Etiópia ⁴	25,4	28,8	29,1	24,0	18,1	22,8	32,5	29,8	26,8		2,0	2,0	1,5	0,8	0,5	0,7	1,8	...	...	
Gabão ²	29,8	48,9	37,5	35,6	36,1	31,5	30,4	27,5	26,0		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Gâmbia	37,3	49,4	47,2	48,2	48,0	48,6	50,8	46,4	41,1		3,6	5,8	7,7	4,0	3,7	3,9	4,1	4,0	4,0	
Gana	29,9	42,0	41,8	41,7	38,9	36,2	26,8	25,8	24,6		3,0	3,7	4,2	1,2	2,2	3,0	4,5	5,5	6,0	
Guiné	23,2	27,3	24,7	21,9	21,1	19,5	19,6	21,0	22,1		2,2	2,3	2,9	3,2	2,3	1,2	3,1	3,4	4,0	
Guiné-Bissau ¹	29,9	43,7	38,4	39,2	35,6	33,6	29,4	26,9	26,0		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Guiné Equatorial ²	8,2	12,2	9,7	7,5	8,6	6,8	5,0	3,9	3,9		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Lesoto	35,4	47,5	42,8	45,0	46,0	41,6	38,5	38,4	38,1		4,8	4,1	5,0	4,2	4,6	5,2	6,2	6,9	7,6	
Libéria	18,1	40,9	37,5	35,5	35,4	35,9	35,8	36,8	39,7		2,1	2,2	3,9	3,0	2,6	1,9	1,7	2,0	2,5	
Madagáscar	23,4	36,0	33,6	33,1	36,3	35,1	36,0	38,0	39,7		3,4	4,8	4,5	4,6	5,6	5,6	6,1	5,6	5,3	
Maláui	18,6	30,9	37,4	32,0	31,7	37,2	30,2	25,5	22,1		2,4	0,7	0,2	0,4	0,6	0,4	0,3	0,3	0,3	
Mali ¹	19,1	26,7	23,2	22,5	22,7	20,0	18,5	16,2	15,0		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Maurícias	13,3	20,2	23,2	19,4	18,2	17,8	16,8	16,0	15,1		8,4	14,4	12,8	11,4	9,9	11,4	13,0	12,9	13,0	
Moçambique	63,1	90,2	79,8	69,0	66,2	62,4	65,9	70,6	70,6		3,4	4,6	2,6	3,1	4,0	4,1	2,9	2,2	2,1	
Namíbia	12,2	18,8	13,8	16,6	16,7	15,2	9,8	6,5	5,8		3,4	4,0	4,5	3,9	3,7	4,1	3,4	3,3	3,3	
Níger ¹	18,4	33,0	31,5	33,0	31,9	26,1	25,3	24,7	24,6		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Nigéria	2,7	6,4	7,1	7,1	9,7	18,3	17,8	15,8	16,8		6,1	6,5	6,3	6,7	6,9	7,4	7,8	9,4	9,6	
Quênia	22,6	31,2	32,6	33,7	39,4	31,3	29,9	29,0	27,1		4,5	4,1	4,1	3,7	3,2	4,1	4,6	4,9	4,1	
República Centro-Africana ²	28,1	33,4	33,7	31,5	31,3	31,5	28,7	25,8	23,0		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
República Democrática do Congo	18,0	16,5	16,0	14,0	15,7	14,0	13,6	14,0	14,5		1,0	0,4	1,4	1,7	1,8	1,9	2,1	2,4	2,7	
República do Congo ²	42,2	63,6	53,2	43,3	39,7	36,3	39,3	33,5	31,1		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Ruanda	28,1	53,1	52,5	45,1	49,7	56,7	57,1	60,1	61,9		3,9	5,3	4,6	3,6	3,4	4,3	2,9	3,3	3,7	
São Tomé e Príncipe	55,7	46,1	41,6	40,7	35,4	33,5	30,6	26,8	25,1		3,8	4,3	3,5	2,9	2,1	2,0	2,5	2,7	3,1	
Seicheles	35,8	35,3	38,3	28,9	26,6	28,9	28,5	35,0	32,2		3,5	3,7	3,7	3,1	3,4	3,6	4,2	3,7	3,8	
Senegal ¹	36,3	69,5	73,9	73,1	84,1	91,4	87,1	83,8	85,6		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Serra Leoa	20,6	29,3	27,9	27,4	31,6	28,4	25,6	24,1	23,2		3,3	4,5	5,5	3,3	2,5	2,2	2,2	2,7	2,9	
Sudão do Sul	42,6	40,0	40,5	30,6	41,9	44,6	37,1	34,5	30,2		1,7	0,5	0,6	0,2	0,6	0,7	0,5	0,8	1,2	
Tanzânia	26,0	29,4	29,6	29,2	30,2	33,3	32,7	31,5	30,4		4,9	5,4	3,7	3,9	3,8	3,7	3,8	3,9	3,9	
Togo ¹	13,4	29,1	25,4	24,4	24,7	27,1	29,0	29,4	28,9		...	...	...	...	...	...	...	...	...	
Uganda	16,6	30,0	29,4	26,9	26,8	26,4	24,9	23,4	21,9		4,6	4,3	4,7	3,1	2,8	1,8	2,4	2,8	3,5	
Zâmbia ⁵	28,6	78,9	66,6	53,2	57,9	50,4	63,7	...	...		2,7	1,3	2,8	3,0	2,5	2,8	2,8	3,3	3,5	
Zimbábue ⁶	25,8	34,4	32,0	33,6	37,3	31,2	28,5	27,0	26,5		0,5	0,1	1,1	0,7	0,1	0,5	1,0	1,2	1,6	
África Subsariana	15,0	24,6	23,4	22,3	24,7	27,2	26,8	24,9	24,9		5,3	5,2	4,8	4,9	4,6	4,5	4,8	5,3	5,3	
Mediana	21,9	31,8	31,8	31,2	31,6	31,2	28,8	27,0	26,0		3,6	4,2	4,1	3,3	3,3	3,7	3,2	3,4	3,8	
Excl. África do Sul e Nigéria	24,2	36,7	34,6	31,8	32,3	31,2	30,6	28,9	28,2		4,5	4,1	3,8	3,5	3,2	3,4	3,7	4,0	4,1	
Países ricos em recursos naturais	13,1	21,7	20,3	19,1	21,8	24,6	23,6	21,6	22,0		5,6	5,5	5,1	5,4	5,3	5,1	5,3	5,9	5,8	
Países exportadores de petróleo	8,9	16,4	16,2	14,7	18,2	25,5	24,1	21,6	22,4		6,3	6,3	5,8	6,5	6,6	6,6	6,7	7,7	7,6	
Excl. a Nigéria	26,3	53,0	44,4	33,7	36,0	32,9	30,5	28,9	29,2		6,8	5,7	4,5	5,9	5,9	5,8	5,5	5,5	5,0	
Outros países ricos em recursos naturais	18,7	27,7	24,3	23,9	25,0	24,0	23,3	21,6	21,8		4,7	4,7	4,3	4,2	4,3	4,2	4,5	4,7	4,8	
Excl. a África do Sul	23,6	32,0	30,3	29,0	29,8	27,5	25,6	23,7	23,4		3,2	3,1	3,2	2,5	2,5	2,5	3,1	3,4	3,7	
Países pobres em recursos naturais	24,0	34,2	34,2	33,3	32,7	33,4	35,1	33,7	32,2		3,9	4,2	4,0	3,1	2,7	3,1	3,6	3,9	3,9	
Países de rendimento médio	13,0	22,6	21,3	20,6	24,0	27,2	26,3	24,2	24,5		5,9	6,0	5,5	5,8	5,8	5,7	5,9	6,5	6,4	
Países de baixo rendimento	24,0	30,8	29,8	27,4	26,5	27,1	28,0	26,5	25,7		2,7	2,7	2,6	2,1	1,9	1,9	2,4	2,7	3,0	
Países frágeis e afetados por conflitos	9,3	15,4	15,8	14,9	17,2	22,8	23,3	21,0	21,0		5,0	5,0	4,8	4,9	4,4	3,9	4,5	5,4	5,5	
Zona do franco CFA	21,3	33,3	31,2	32,2	32,8	32,1	31,1	29,3	28,8		4,7	4,8	4,4	4,1	3,7	4,4	5,9	6,0	6,1	
CEMAC	22,5	35,3	30,8	28,4	27,3	25,3	24,6	22,7	22,2		4,3	3,4	3,3	4,0	4,2	4,0	3,8	3,6	3,1	
UEMOA	20,8	32,1	31,4	34,6	35,9	35,9	34,6	32,8	32,2		4,9	5,5	5,0	4,1	3,5	4,6	7,0	7,3	7,6	
COMESA (membros da África Subsariana)	22,3	31,4	31,1	28,7	28,5	27,3	29,1	27,0	25,9		3,1	2,9	2,9	2,4	2,0	2,4	3,1	3,3	3,4	
CAO-5	22,6	31,3	31,9	31,5	34,3	32,0	30,6	29,6	28,2		4,6	4,6	4,1	3,6	3,3	3,5	3,8	4,0	3,9	
CEDEAO	7,4	14,4	15,4	15,5	19,7	28,7	26,5	24,3	24,7		5,6	6,0	5,8	5,7	5,6	5,2	5,7	7,0	7,2	
SACU	15,0	22,9	18,2	18,4	19,2	19,7	19,9	18,5	19,2		5,9	6,2	5,4	5,8	6,2	6,0	6,0	6,2	5,9	
SADC	20,1	32,8	27,8	25,7	27,5	26,5	26,3	24,6	25,0		5,7	5,5	4,7	5,1	5,2	5,3	5,2	5,3	5,2	

Ver fontes e notas de rodapé na página 45.